

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

A ascensão da extrema direita: uma análise comparativa entre
Brasil e Estados Unidos

Jéssica Matheus de Souza
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

S729

Souza, Jéssica Matheus de.

"A ascensão da extrema direita : uma análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos" / Jéssica Matheus de Souza. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

131 f. : il.

Inclui bibliografia.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.

Orientador: Vitor de Moraes Peixoto.

1. Extrema Direita. 2. Autoritarismo. 3. Populismo. 4. Comportamento eleitoral. 5. Bolsonarismo. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

Jéssica Matheus de Souza

A ascensão da extrema direita: uma análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Aprovada em: 20/11/2024

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **VITOR DE MORAES PEIXOTO**
Data: 19/02/2025 15:27:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto (orientador)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Prof. Dr. Rosana Pinheiro Machado (coorientadora)
University College Dublin (UCD)

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO CARLOS ALKMIN DOS REIS**
Data: 12/04/2025 13:02:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Carlos Alkmin dos Reis
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Documento assinado digitalmente
 **FABRICIO PONTIN**
Data: 08/04/2025 15:19:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fabrício Pontin
Universidade LaSalle (Unilasalle)

Documento assinado digitalmente
 **HUGO ALBERTO BORSANI CARDOZO**
Data: 27/02/2025 16:13:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Hugo Alberto Borsani Cardozo
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Documento assinado digitalmente
 **JAIRO CESAR MARCONI NICOLAU**
Data: 26/02/2025 19:29:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF. DR. JAIRO NICOLAU
Fundação Getúlio Vargas (FGV)

AGRADECIMENTOS

Sou grata, primeiramente, pela oportunidade de completar a graduação, o mestrado e o doutorado em uma universidade pública.

Aos meus orientadores, minha sincera gratidão. Ao professor Vitor, por estabelecer as bases sólidas da minha formação. À professora Rosana, agradeço pelo incentivo constante e pelas orientações que vão além dos limites desta tese.

Agradeço aos amigos que a academia me proporcionou: Yves Pessanha, Leonardo Miguel e Wagner Alves. Nos momentos mais desafiadores dessa jornada, eles foram apoio e encorajamento.

À minha família, em especial meus avós Fátima e Walter, que me incentivaram desde os primeiros livros até minha formação acadêmica.

Este trabalho foi financiado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na modalidade de bolsa de doutorado sanduíche.

Resumo

Este estudo explora a extrema direita populista usando os casos de Jair Bolsonaro, no Brasil, e Donald Trump, nos Estados Unidos, buscando compreender como o fenômeno se diferencia nesses contextos. É realizado um levantamento da conjuntura dos países nos anos anteriores às candidaturas, de forma a apontar quais fatores culturais, econômicos e sociais possibilitaram a ascensão desses movimentos. Para fins de comparação, foram sistematizadas as características comuns entre os movimentos bolsonarista e trumpista, incluindo a retórica de ambos os presidentes, com a classificação de seus posicionamentos a partir dos eixos de populismo, autoritarismo e nativismo, reconhecidos na literatura como componentes centrais da extrema direita contemporânea. A análise dos dados de opinião pública se deu com objetivo de traçar um perfil para os eleitores que depositaram seu voto em Bolsonaro ou Trump, além de diferenciar esses eleitores que votaram na extrema direita de outros eleitores quanto ao apoio a formas autoritárias de governo. Os resultados da análise dos dados eleitorais, referentes ao primeiro ano de governo e ao ano seguinte à derrota eleitoral de ambos, apontaram para um perfil em comum de eleitor, que tende a ser homem, branco, de religiões evangélicas pentecostais ou não pentecostais, e de maior renda. Além disso, foi comprovada a hipótese de que eleitores da extrema-direita são mais propensos a aceitar formas autoritárias de governo.

Palavras-chave: Extrema Direita; Autoritarismo; Populismo; Privação Relativa; Política Comparativa.

Abstract

This study explores populist far-right movements using the cases of Jair Bolsonaro in Brazil and Donald Trump in the United States, seeking to understand how the phenomenon differs in these contexts. A survey of the countries' situation in the years preceding the candidacies is conducted to identify which cultural, economic, and social factors enabled the rise of these movements. For comparison purposes, the common characteristics between the Bolsonarist and Trumpist movements were systematized, including the rhetoric of both former presidents, with the classification of their positions based on the axes of populism, authoritarianism, and nativism, recognized in the literature as central components of contemporary far-right. The analysis of public opinion data aimed to profile the voters who cast their ballots for Bolsonaro or Trump, as well as to differentiate these voters who supported the far-right from other voters in terms of their support for authoritarian forms of government. The results of the analysis of the electoral data, referring to the first year of government and the year following their electoral defeat, pointed to a common voter profile, which tends to be male, white, from Pentecostal or non-Pentecostal evangelical religions, and of higher income. Furthermore, the hypothesis that far-right voters are more likely to accept authoritarian forms of government has been proven.

Keywords: Far Right; Authoritarianism; Populism; Relative Deprivation; Comparative Politics.

Sumário

Introdução.....	9
1. A ascensão da extrema direita.....	14
Direita, direita radical e extrema direita populista: uma construção conceitual.....	17
Teorias da ascensão da extrema Direita: uma análise crítica.....	23
2. Dois caminhos, uma ideologia: a ascensão da extrema direita no Brasil e nos EUA	35
2.1 A extrema direita à brasileira	35
Cultura, memória coletiva e apoio à democracia no Brasil.....	36
Primavera brasileira ou semente do populismo? A trajetória política brasileira após junho de 2013	39
A ascensão do Bolsonarismo.....	49
2.2 Make America Great Again: do incipiente conservadorismo libertário à casa Branca....	51
A história recente do neoconservadorismo americano: de Reagan a Trump	53
Uma breve contextualização do liberalismo norte-americano e o Partido Democrata.....	56
A ascensão e crise do neoliberalismo progressista.....	58
2.3 Considerações relevantes.....	62
3. Trumpismo e Bolsonarismo: similaridades e diferenças	65
3.1 O populismo em Bolsonaro e Trump.....	65
Definições de elite e orientação econômica	67
A corrupção como ferramenta política.....	72
3.2 Nativismo e nação harmônica	75
A construção do outro	77
Despolitização e não exclusão	81
3.2 Autoritarismo	83
4. Convergências e divergências entre fatores comportamentais e atitudinais de bolsonaristas e trumpistas	89
4.1 O perfil do eleitorado	90
4.2 Atitudes individuais, autoritarismo e o apoio a Bolsonaro e Trump.....	98
Tendências Ideológicas e Alinhamento Político	98
Concordância com a democracia como forma de governo.....	102
Concordância com formas autoritárias de governo.....	106
4.3 A política do ressentimento.....	111
5. Considerações finais	119
Referências.....	126

Lista de Tabelas

Tabela 1: Classificação dos tercis de renda no Brasil e Estados Unidos	91
Tabela 2: Tercil de renda e voto presidencial no Brasil.....	91
Tabela 3: Tercil de renda e voto presidencial nos EUA	92
Tabela 4: Razões de chance para voto presidencial no Brasil (2018) e EUA (2016).....	93
Tabela 5: Razões de chance para voto presidencial no Brasil (2022) e EUA (2022).....	97
Tabela 6: Teste de razões de chance para voto e concordância com formas autoritárias de governo no Brasil (2018/2019) e nos Estados Unidos (2016/2017)	108
Tabela 7: Teste de razões de chance para voto e concordância com formas autoritárias de governo no Brasil (2022/2023) e nos Estados Unidos (2020/2021)	109

Lista de Figuras

Figura 1: Heatmap da relação entre posicionamento na escala ideológica e voto em Bolsonaro (2018) ou Trump (2016).....	99
Figura 2: Heatmap da relação entre posicionamento na escala ideológica e voto em Bolsonaro (2022) ou Trump (2020).....	100
Figura 3: Gráfico longitudinal de escala de posicionamento ideológico nos Estados Unidos.....	101
Figura 4: Gráfico longitudinal de posicionamento na escala ideológica no Brasil	101
Figura 5: Gráfico longitudinal de concordância com a democracia no Brasil e nos Estados Unidos.	103
Figura 6: Gráfico longitudinal de satisfação com a democracia no Brasil e nos estados Unidos	104
Figura 7: Gráfico longitudinal para confiança nas eleições no Brasil e nos Estados Unidos	105

Introdução

A presente tese de doutorado propõe compreender o comportamento de eleitores da extrema direita em dois países inseridos em um movimento global populista: Brasil e Estados Unidos. Os ex-presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump têm sido frequentemente comparados na literatura atual (BAPTISTA; HAUBER; ORLANDINI, 2022; BÉLAND et al., 2021; ITUASSU et al., 2019; MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2013; PENHA-LOPES, 2022; WEHNER, 2022). Essa comparação se justifica primeiramente por um posicionamento de ambos na ala de extrema direita conservadora, por discursos ofensivos contra minorias, pelo descaso perante as instituições democráticas e por conseguirem se eleger se passando por *outsiders* na política, apesar da atuação do brasileiro no congresso por cerca de 30 anos antes da presidência.

A justificativa para a investigação se dá devido aos múltiplos ataques ao sistema democrático vindos de ambas as figuras políticas, que tiveram sua máxima expressão nos acontecimentos como a tomada do Capitólio americano em janeiro de 2021 e a manifestação golpista de 8 de janeiro de 2023 em Brasília. Além disso, ambos os líderes apresentam afinidade ideológica com a nova extrema direita, movimento este associado a regressos democráticos em todo o mundo. Assim, cabe investigar se seus apoiadores compartilham desse baixo apreço pela forma democrática de governo.

A segunda justificativa é a comparação entre um país na América do Norte e outro na América do Sul, uma vez que a maior parte da literatura internacional acerca do avanço da extrema direita tem como foco países europeus e os Estados Unidos (INGLEHART; NORRIS, 2016; MONDON; WINTER, 2020; MUDDE, 2017, 2019; MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2018; ROGER EATWELL; MATTHEW J. GOODWIN, 2020). Países do sul global são citados como exemplo, e a teorias elaboradas usando o norte global como objeto de pesquisa são transpostas ao sul, o que gera incongruências explicativas desse fenômeno e limitações do conhecimento acadêmico na área, como já alertaram Pinheiro-Machado e Vargas-Maia (2023) e Masood e Nisar (2020).

Desse modo, o estudo do fenômeno da extrema direita recorrentemente é limitado a visões ocidentalistas e eurocêntricas, enquanto os países do sul sofrem o mesmo avanço do conservadorismo de direita, muitas vezes de forma ainda mais violenta. Os avanços mais recentes trazem sugestões de superação desse problema, como a proposição de Pinheiro-

Machado e Vargas-Maia (2023) de utilizar um modelo que leva em consideração singularidades do sul global, compreendendo a composição do movimento em questões como recessão econômica e subjetividade política, nuances de nacionalismo e xenofobia, legado ditatorial, conservadorismo moral e religioso e os tipos de resistência notados nesses países contra o avanço na extrema direita. Outra proposição levantada por Cristóbal R. Kaltwasser e Lisa Zanotti (2023) é a utilização e adaptação do modelo de Mudde (2007) a fim de compreender como os eixos nativismo, autoritarismo e populismo podem ser observados fora do contexto europeu e norte americano, indicando que a extrema-direita populista em diferentes países articula esses três eixos de diferentes maneiras e intensidades, ao mesmo tempo que emprega elementos ideológicos específicos de cada país para moldá-lo a problemas sociais preponderantes e assim alavancar a propagação do discurso.

A partir dessa problemática, a presente tese de doutorado busca inverter o sentido da análise: ao contrário de investigar os fatores explicativos moldados em países do Norte Global e verificá-los no Brasil, a proposta é compreender condicionantes levantados pela ciência política brasileira de modo a contrapô-los com as principais teorias acerca da nova direita radical a nível mundial. Nessa direção, um dos focos da análise é a influência de uma maior faixa de renda no voto em Bolsonaro, já repetidamente comprovada em diversos trabalhos (CARDOSO, 2020; NICOLAU, 2020), fator em direta contraposição às explicações associadas a eleitores de Trump, especialmente quando esses são descritos como “white working class” e “left behind” (SMITH; HANLEY, 2018; METZGAR, 2016).

Em outras palavras, na presente abordagem, o tema será tratado observando dois movimentos da extrema direita: um no Norte Global e outro ao Sul, a fim de compreender quais características são de fato semelhantes no bolsonarismo e no trumpismo, e quais são específicas dos contextos históricos, sociais e políticos de cada país. Espera-se, com essa abordagem, proporcionar uma contribuição significativa aos estudos sobre o tema.

Considerando os recentes progressos na discussão acerca de um possível rompimento com o ideal democrático por parte da população (APPADURAI, 2019) e também as atitudes reincidentes de descaso com a democracia de ambos os representantes das nações analisadas, a presente investigação propôs também compreender se de fato o rompimento democrático é um fator correlacionado aos eleitores dos líderes aqui estudados, e se sim, cabe analisar a frequência dessa atitude, quem são os eleitores que rejeitam a democracia e contextualizar o como o bolsonarismo e o trumpismo interferem na opinião pública, além de levantar

possíveis motivos para essa virada autoritária. A questão é relevante por conta do caráter autoritário dos movimentos populistas de direita (CAS MUDDE, 2017; MUDDE; ROVIRA KALTWASSER, 2018), por mais que literatura também aponte que esse colapso no apoio democrático vinha se construindo muito antes mesmo das campanhas presidenciais dos ex-presidentes aqui analisados (CARDOSO, 2020; ROGER EATWELL; MATTHEW J. GOODWIN, 2020).

Deste modo, a ascensão populista de direita tem relevância global, e com isso se torna cada vez mais importante a análise acerca dos fatores associados ao sucesso desses líderes representantes da extrema direita e como isso interfere no apoio à democracia. A presente pesquisa se faz necessária por uma lacuna teórica gerada pela priorização de países do norte global em detrimento ao todo dos países afetados pela onda da extrema direita. Esse movimento de ordem populista e radicalizada se fez presente a nível global, portanto deve ser estudado como tal, priorizando explorar de forma aprofundada seu funcionamento em cada país acometido, bem como suas semelhanças e discrepâncias supranacionais.

O estudo está estruturado de forma que o primeiro capítulo trata de uma revisão do estado da arte acerca do movimento de extrema direita no mundo. Primeiramente, são elencados os fatores em comum apresentados por líderes desse movimento que possibilitam a afirmação de que as observações nacionais fazem parte de uma tendência global. Dessa forma, são apresentados e discutidos os principais conceitos utilizados para debater a extrema direita populista, bem como as explicações para o surgimento desse fenômeno e sua crescente adesão popular.

No segundo capítulo, é realizada uma breve análise do contexto político e socioeconômico em ambos os países, a fim de aferir quais fatores em comum poderiam ter favorecido o aparecimento dos movimentos trumpista e bolsonarista, bem como as singularidades contextuais de cada nação. A primeira parte consta de uma compreensão das recentes transformações sociopolíticas brasileiras, de forma a compreender o impacto dos governos petistas anteriores e a transformação que levou ao bolsonarismo. É destacada a evolução do comportamento eleitoral e da cultura democrática nacional, uma vez que o país conta com histórico de recorrentes rupturas democráticas e golpes militares. Na segunda parte do capítulo, é abordado o histórico recente político e social estadunidense. O foco se dá em suas principais questões socioculturais e movimentos semelhantes que precederam Trump em

termos de conservadorismo libertário, com o objetivo de compreender quais fatores o favoreceram.

O terceiro capítulo objetiva comparar e compreender o bolsonarismo e o trumpismo dentro do movimento de ascensão da extrema direita. É utilizada a divisão da extrema direita populista em populismo, nativismo e autoritarismo (MUDDE, 2017; MUDDE; KALTWASSER, 2017; KALTWASSER; ZANOTTI, 2023) a fim de categorizar as características ideológicas adotadas por ambas as correntes. Dessa forma, investiga-se as similaridades e divergências ideológicas dos movimentos em cada país, bem como a forma com que o discurso é utilizado para conquistar e mobilizar apoiadores. A revisão de literatura específica a cada país permite que se compreenda como o bolsonarismo e o trumpismo se colocam quanto ao posicionamento econômico, como se dá a construção da união do povo composto por cidadãos de bem e patriotas e a oposição aos inimigos da nação e ao sistema corrupto. Também é abordada a forma com que o discurso antissistema e anticorrupção é mobilizado a fim de colocar os líderes dos movimentos como os únicos capazes de salvar a nação, bem como o papel de teorias de conspiração nesses movimentos.

No quarto capítulo, são utilizados testes com base nos dados do LAPOP a fim de identificar quem são os apoiadores de Bolsonaro e de Trump e aferir se existe um perfil comum para esses eleitores. A primeira seção consta de análise dos dados eleitorais e buscou compreender quem são os eleitores de Bolsonaro e de Trump, de modo a explorar, por meio de modelo de regressão logística multivariada, as razões de chance de voto nos candidatos conforme sexo, idade, escolaridade, posição socioeconômica e religião dos eleitores. Já a segunda tem objetivo de compreender as atitudes desses eleitores: quanto à evolução do posicionamento ideológico e o impacto desse fator nas eleições em ambos os países; quanto a evolução do apoio à forma democrática de governo; quanto ao suporte a formas autoritárias de governo.

A investigação dos bancos de opinião pública abrange os anos em que o questionário LAPOP foi aplicado, ou seja, bienalmente, de 2006 a 2023. Esse período será analisado de forma longitudinal para avaliar a evolução do apreço pela democracia e posicionamento na escala ideológica. As análises que correlacionam voto e autoritarismo puderam ser elaboradas somente com dados dos anos em que o questionário aborda o voto em Bolsonaro ou em Trump, ou seja, as rodadas de 2017 e 2021 nos EUA e as de 2019 e 2023 no Brasil. É apresentada a hipótese de que o apoio ao ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, ou ao ex-

presidente dos EUA, Donald Trump, é correlacionado a uma maior aceitação de formas antidemocráticas de governo.

Dessa forma, no que se refere ao aporte metodológico da pesquisa, as formas autoritárias analisadas que constam no questionário LAPOP foram as seguintes: concordância com fechamento do Congresso para que o presidente governe sem interferências e concordância com o fechamento do STF pelo mesmo motivo, presentes tanto no questionário utilizado no Brasil quanto nos EUA. Dessa forma, foram realizados testes de razão de chances a fim de entender como os movimentos analisados se relacionam com as atitudes políticas dos eleitores quanto a formas autoritárias de governo.

Por fim, a terceira e última parte do capítulo quatro volta à literatura, a fim de compreender como os resultados aqui apresentados se relacionam às principais teorias visitadas. Diante da incompatibilidade das explicações acerca das condições materiais e de classe dos eleitores de Trump e de Bolsonaro, são revisitados os contextos político e socioeconômico dos países e abordadas explicações levantadas pelas literaturas de cada um deles para a ascensão da extrema direita. É discutida a literatura sobre privação relativa, que, em vista dos dados aqui apresentados, é uma explicação mais compatível para a grande adesão ao populismo de direita no Brasil e nos Estados Unidos.

Finalmente, após levantamento e discussão dos dados, as considerações finais retomam os principais conceitos e explicações discutidas para a grande adesão que o populismo de extrema direita alcançou no Brasil e nos Estados Unidos. São sumarizadas as principais congruências e divergências entre os movimentos e levantadas possíveis explicações para tal, considerando contextos históricos e socioeconômicos. Por fim, são considerados os próximos passos que podem ser tomados nos estudos acerca desses movimentos e questões levantadas na presente investigação.

1. A ascensão da extrema direita

Os protestos de 2013 no Brasil, que começaram reivindicando reformas sociais e mais investimento nos serviços públicos, acabaram por ser usados pela direita para debilitar o governo Dilma e contribuíram para o enfraquecimento dos partidos em geral no Brasil. Depois disso, o país testemunhou uma sucessão de acontecimentos políticos marcantes que ocorreram de forma consecutiva; as eleições de 2014 com a vitória de Dilma e a não aceitação dela pelo candidato derrotado Aécio Neves, os protestos contra a Copa do Mundo, o escândalo da Lava Jato, a recessão econômica, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e em seguida, a ascensão do bolsonarismo.

Nos Estados Unidos, o contexto político tem sido marcado por crises econômicas, mudanças sociais significativas e crescente polarização partidária. A crise financeira de 2008 e sua lenta recuperação geraram profunda insatisfação com o sistema político e econômico. Nesse sentido, a eleição de Obama foi vista com esperança pela população e também pela comunidade científica, que não previu o subsequente “backlash” formado quando as pautas sociais progressistas do partido democrata, não acompanhadas de uma verdadeira reforma econômica que estancasse a crescente desigualdade social, passaram a ser repudiadas pelo campo da direita como causadora dos problemas sociais.

A culpabilização de tais pautas progressistas e de grupos minoritários foi uma das ferramentas usadas por Donald Trump, que antes de se candidatar à presidência, era um magnata do setor imobiliário e uma celebridade de reality show, conhecido por seu estilo extravagante e opiniões contundentes. Enquanto Bolsonaro, um deputado com 30 anos no Congresso, buscou em campanha se apresentar como outsider, Trump era um verdadeiro outsider. Contudo, ambos dificilmente tiveram sua chance de vitória levada a sério por grande parte da comunidade acadêmica até o ponto de não retorno. Em ambos os casos, os discursos irreverentes, polêmicos e midiáticos, combinados com um discurso populista e antissistema, atraíram uma base de eleitores descontentes com a “política tradicional”.

Desde início do século XXI o mundo vivenciou a ascensão da extrema-direita, com lideranças que adotam uma retórica populista, autoritária, nacionalista e repleta de discriminação, questionando instituições democráticas estabelecidas e se colocando como os

verdadeiros representantes do povo. Os casos mais populares são de Trump e em países europeus, como Marine Le Pen na França, Giorgia Meloni e Matteo Salvini na Itália, Viktor Orbán na Hungria, e também o crescimento do partido Democratas da Suécia. Todavia, o fenômeno já era observado em países como Índia, com Narendra Modi, nas Filipinas com Rodrigo Duterte, e com Nayib Bukele no El Salvador, casos que partilham similaridades com Brasil, porém menos abordados na literatura internacional. Movimentos com esse caráter cresceram em número e popularidade e muitas dessas lideranças chegaram ao poder; seus discursos autoritários ganharam força e adesão de parte da população, alguns acarretando contestação infundada de resultados eleitorais e reivindicações por golpe de estado, como o ataque de 8 de janeiro, no Brasil, e a invasão do Capitólio americano, o que vem levantando preocupações sobre a estabilidade das instituições democráticas.

Com isso, as expectativas se tornam menos otimistas e pesquisadores (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; RUNCIMAN, 2018) intensificam trabalhos sobre uma morte democrática, levantando a questão de que o tipo de autoritarismo visto com essa nova onda difere do que se via anteriormente como rompimento democrático: até aquele momento, se pensava em um golpe contra a democracia, instauração de ditaduras à força de regimes militares. Pesquisadores chamam a atenção para a corrosão gradual do sistema democrático, especificamente quando políticos autoritários chegam ao poder seguindo o processo eleitoral e, uma vez lá, utilizam todas as ferramentas ao seu alcance para ampliar sua autoridade. Dessa forma, a democracia estaria morrendo de maneira lenta, quando seus mecanismos de defesa não são suficientes para impedir que esses líderes autoritários cheguem ao poder (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Por mais que a “morte” da democracia não seja um ponto de consenso na literatura, o aumento de investigações nesse sentido é sintomático de um momento de crise em múltiplos países.

Os casos brasileiro e norte-americano contaram com diversas passagens que ilustram esse cenário, e duas das mais representativas foram a invasão do Capitólio nos Estados Unidos por apoiadores de Trump em 6 de janeiro de 2021 e os ataques ocorridos no Brasil em 8 de janeiro, na transição de mandato após a eleição de Lula. Os eventos apresentam similaridade, principalmente porque tanto na invasão do Capitólio quanto nos ataques ocorridos no Brasil houve o questionamento da validade das eleições e recusa dos grupos derrotados a reconhecer a vitória da oposição. A base para a revolta popular foi fornecida pelos ex-presidentes, que ainda no poder questionaram múltiplas vezes o sistema eleitoral de cada país, afirmando que

ocorreriam tentativas de fraude eleitoral. Ironicamente, Bolsonaro questionou o sistema de urnas brasileiro e chegou a propor eleições por voto impresso, que por sua vez é o sistema utilizado nos EUA e que foi criticado por Trump.

Em ambos os casos, a implantação dessa dúvida fez com que muitos eleitores questionassem os resultados das eleições quando seu candidato foi derrotado. No Brasil, a dúvida da população acerca da confiabilidade das eleições começou a ser instigada ainda em 2014, quando Aécio Neves, após perder a eleição para Dilma Rousseff, alegou junto a seu partido, PSDB, que haveria “descrença quanto à confiabilidade da apuração dos votos e à infalibilidade da urna eletrônica”¹, chegando a contratar uma auditoria para verificar os resultados; não foi encontrada alguma fraude.

É um princípio amplamente aceito na ciência política que, estabelecido um histórico de integridade e transparência do sistema eleitoral e do organismo encarregado das eleições, dúvidas lançadas contra o processo eleitoral e o não reconhecimento da vitória do oponente se qualificam como atos contra um dos mais relevantes princípios do ideal democrático. Como explicam Levitsky e Ziblatt (2018), praticar a tolerância ao candidato e ao partido oponente significa que, enquanto candidatos jogam pelas regras institucionais, aceita-se o direito à existência um do outro, assim como a competição pelo poder e por governar após a eleição. Dessa forma, em uma democracia, é necessária a aceitação dos rivais políticos como legítimos, cidadãos decentes e patrióticos, e por mais que um grupo político considere as ideias do grupo oposto como inadequadas ou incorretas, elas não são vistas como ameaça a sua existência ou à nação; ou seja, os partidos “concordam em discordar”. Se candidatos adversários são vistos como uma ameaça perigosa e não há tolerância mútua, pode se considerar que se tem muito a temer caso o partido rival chegue ao poder e considerados meios menos democráticos de evitar que esse mal ocorra. Com isso, a democracia é posta em jogo se há utilização de medidas autoritárias a fim de neutralizar a ameaça.

Nessa análise, a fim de compreender o momento em que Trump e Bolsonaro surgem como fenômeno político e se tornam líderes de suas nações e as similaridades e diferenças dos casos, se faz necessário abordar como eles se encaixam no avanço global desse movimento de extrema direita. Portanto, cabe discutir o esforço de teóricos da ciência política em estudar

¹Matais, A. “PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação”. Estadão. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao/> (último acesso em junho de 2023)

e tecer explicações acerca do que por vezes se chama de nacional populismo, populismo de direita, ou simplesmente uma onda da extrema direita no mundo.

Direita, direita radical e extrema direita populista: uma construção conceitual

Os trabalhos aqui referenciados para compreensão do fenômeno político que acometeu diversos países, mesmo com peculiaridades regionais, utilizam os termos ‘populismo de direita’ e ‘extrema direita’ para definir o movimento discutido. Em primeiro momento, é preciso analisar a base conceitual que permite a caracterização desse movimento, bem como sua evolução histórica, a fim de compreender suas ideologias, discursos e práticas políticas. Com isso, será possível estimar o que torna o conjunto de crenças que surgiu em diversos países parte de um movimento comum a todos, assim como quais são os elementos que se distinguem das características gerais e se adaptam ao contexto histórico-cultural regional.

Primeiramente, cabe começar pelo conceito de direita e extrema direita, e como esses extremos se encontram em mutação na atualidade, abrangendo novos aspectos, como pautas pós-materialistas. Primeiramente, cabe colocar a definição clássica explanada por Bobbio (2022), que coloca os termos direita e esquerda como opostos políticos, e entre os extremos estão distribuídos os partidos de acordo com seu posicionamento. Na diferenciação da direita, pode ser considerado como marco a posição diante do status quo, sendo esse o primeiro e mais evidente critério de distinção. Assim, a classificação muitas vezes é pautada no discernimento de movimentos e ideologias que são favoráveis à mudança (ou progresso), que seriam de esquerda, e movimentos que favorecem a conservação, classificados como direita. Todavia, o “antes” e “depois” são relativos, logo esses qualificadores devem ser usados com grande cautela.

Dessa forma, para Bobbio, o critério de distinção mais significativo entre esquerda e direita é a atitude diferente ao respeito do ideal da igualdade, enquanto o ideal da liberdade permite maior diferenciação entre o seu caráter moderado ou extremo de cada polo. A diferença entre a versão moderada e extrema de uma ala não se dá sempre por uma divergência ideológica, e sim pelo método utilizado para implementá-la: a aceitação do caminho democrático ou apelo a formas autoritárias e violentas de luta política. Dessa forma, as partições usuais do universo político se fazem quatro: extrema esquerda, centro esquerda, centro direita e extrema direita. Na extrema esquerda estão os movimentos igualitários que são também autoritários, já na centro esquerda se encontram movimentos igualitários e liberais, como o socialismo liberal.

No centro direita se encontram os movimentos liberais que são inigualitários, e, em contrapartida, na extrema direita se defende um ideal anti-liberal e anti-igualitário, ou seja, a direita reacionária.

Ainda segundo Bobbio, a diferença entre a orientação igualitária e inigualitária é o foco na igualdade das pessoas ou na sua desigualdade. Por mais que os homens sejam iguais e desiguais ao mesmo tempo, é tomada uma escolha ética no que se coloca ênfase, como condicionamentos históricos, sociais, familiares, ou biológicos. É essa escolha moral de preferir a igualdade à desigualdade, ou o contrário, que para o autor se coloca como a melhor forma de distinguir esquerda e direita ao longo da história. Bobbio exemplifica essa dinâmica ao contrastar Rousseau e Nietzsche, pensadores que foram base para estudos nos campos opostos. Rousseau enxerga as desigualdades como artificiais e as condena por estarem em contraste com a igualdade natural, já Nietzsche vê a igualdade como artificial, e defende a desigualdade como algo natural entre as pessoas. Ao se aprofundar na direita reacionária, foco da discussão, Bobbio descreve os argumentos repetitivos e “monótonos” com os quais se justifica a doutrina hierárquica sustentada por diversos autores adeptos, segundo os quais até mesmo o racismo é um conceito derivado na seleção histórica da humanidade, logo, natural. A democracia é repudiada por tentar igualar os homens e anular a diferença entre os méritos.

Cabe destacar, por fim, um tema que também recai recorrentemente nesses discursos da direita é um culto da tradição: toda direita reacionária tem um passado, histórico ou mesmo mítico, visto como um modelo de sociedade a ser restaurado e conservado (BOBBIO, 2022). A esquerda subversiva converge com essa direita em uma revolta contra a democracia, mas o contraste entre as doutrinas é que a esquerda revolucionária propõe mudança e renovação e vê o futuro como promissor. Já para a direita reacionária, a felicidade ficou no passado. Bobbio relaciona a concepção hierárquica do mundo com o culto à tradição: a dissolução da hierarquia diante do avanço gradual da igualdade, que representa o triunfo do homem-massa e a derrota e desaparecimento das aristocracias. A tentativa de volta ao passado decorre da visão do presente como uma sociedade em crise, logo a solução para a decadência do presente seria o retorno às origens. A decadência é desordem, a ordem é a relação estável e correta entre as diferentes partes da sociedade, respeitando sua natureza desigual.

No estado de decadência, o que ficava embaixo sobe para cima e vice-versa; tudo vira de cabeça para baixo. Decadência é confusão, desordem e, portanto, dissolução, desintegração, laceração, desintegração do formal no informe. Os filhos se rebelam contra os pais, os escravos contra os senhores,

o rebanho contra os pastores, a tripulação contra o capitão, as mulheres contra os homens, as criaturas contra o criador. Enquanto o revolucionário tem uma concepção progressiva da história, o reacionário tem uma concepção regressiva (terrorista, assim a chamava Kant). (Bobbio, 2022, p. 19)

Dessa forma, a decadência do presente, gerada pelo avanço da igualdade e dissolução da ordem natural, resultará em ruína, a não ser que uma revolução, mesmo violenta se preciso, restauraria a ordem e o retorno ao passado glorioso.

Todavia, essa definição precisava ser adaptada para o cenário político atual, que coloca em disputa novos temas, tornando o espectro político ainda mais complexo. Diante dessa problemática, Mudde (2017) classifica a política contemporânea como multidimensional, com isso é preciso considerar que os termos ‘esquerda’ e ‘direita’ abarcam duas dimensões diferentes. Uma delas é a dimensão socioeconômica, que diz respeito ao papel do estado na economia, de forma que a esquerda defende uma maior intervenção e a direita defende o livre mercado. Já a dimensão sociocultural abarca o embate entre as perspectivas autoritária/libertária, ou seja, a intervenção do estado na vida pessoal dos cidadãos, como proibição de alguns comportamentos e conservação de valores tradicionais, e também a cosmopolita/nacionalista, que diz respeito a uma maior integração e cooperação internacional ou proteção dos interesses e cultura nacionais com limitação dessa cooperação. Dessa forma, a direita conservadora se posiciona a favor da defesa do livre mercado contra a intervenção defendida pela esquerda, ao mesmo tempo que é autoritária quanto às liberdades individuais, favorecendo a intervenção e proibição de certos comportamentos e propagação e proteção de valores tradicionais.

Mudde (2017) relata que a distinção entre esquerda e direita que era predominantemente feita com critério econômico perdeu espaço em consequência de o posicionamento da centro-esquerda ter se deslocado cada vez mais a favor do mercado e crescente importância atribuída a problemas pós-materialistas. Além disso, nas últimas décadas surgiu a segunda dimensão sociocultural, que se refere ao posicionamento cosmopolita ou nacionalista. Os cosmopolitas, relacionados à esquerda liberal, acreditam que alguns valores transcendem barreiras nacionais e se posicionam favoravelmente a fronteiras abertas para pessoas, valores e bens. Em contrapartida, os nacionalistas, atrelados à direita conservadora, visam proteger os valores e interesses nacionais, e assim adotam posicionamento a favor de uma mínima cooperação internacional e fronteiras mais fechadas.

Uma vez que se compreende as definições de direita e extrema direita, é possível analisar como o populismo se adapta a esse sistema de crenças. Contudo, apesar de se observar o uso desse conceito não somente na área acadêmica, mas nos jornais e discursos de campanha, dificilmente há consenso a respeito do que se trata o populismo. Por mais que seja um termo que causa divergências por ser usado por diversos campos (economistas, cientistas políticos, jornalistas...) com significados diferentes e muitas vezes normativos, Mudde e Kaltwasser (2017) argumentam que isso não significa que ele não deva ser utilizado com significância nas ciências sociais, pelo contrário, ele precisa ser conceituado e analisado por ser um termo central nas discussões sobre política.

Desse modo, Mudde e Kaltwasser objetivaram definir esse conceito considerando as múltiplas versões de interpretação, mas que ainda assim seja preciso o suficiente para se discernir de fenômenos não-populistas. O populismo em suas várias formas sempre conterá um apelo ao “povo” e uma denúncia da “elite”, envolvendo uma crítica do “establishment”, ou seja, do status quo, da ordem ideológica, econômica e política que constitui o modo atual em que se encontra o país. O termo “povo” (“the people”) é uma construção que se refere a uma interpretação específica e deliberadamente vaga da sociedade; por mais que algumas teorias defendem que, por ser vago, o termo não poderia ser utilizado em análises, os autores defendem que é exatamente isso que torna o populismo um fenômeno ideológico poderoso, pois essa flexibilidade possibilita o apelo a diferentes setores da sociedade de modo que articula duas demandas, cria uma identidade compartilhada e facilita o apoio a uma causa comum. É usual ver a construção de significado que parte do “povo” para outras formas, como “o povo soberano”, a “nação”, “as pessoas comuns”. A noção do povo soberano deriva da ideia democrática moderna que em que todo poder emana do povo, que também é governante.

Esta noção está intimamente ligada às Revoluções Americana e Francesa, que, nas famosas palavras do presidente dos EUA, Abraham Lincoln, estabeleceram “um governo do povo, pelo povo e para o povo”. Contudo, a formação de um regime democrático não implica que o fosso entre governados e governantes desapareça completamente. Em determinadas circunstâncias, o povo soberano pode sentir que não está a ser (bem) representado pelas elites no poder e, conseqüentemente, criticará – ou mesmo rebelar-se-á contra – o sistema político. Isto poderia preparar o terreno para uma luta populista “para devolver o governo ao povo (MUDDE, KALTWASSER; 2017, p. 10, tradução própria).

Desse modo, esse tópico é comum ao discurso populista e serve para lembrar que o poder final em uma democracia vem do coletivo, que, se insatisfeito, pode gerar mobilização e revolta. Além disso, o conceito “the common people”, as pessoas comuns, se refere a um conceito de classe que combina fatores culturais e socioeconômicos. É usado para ressaltar a dignidade e conhecimento dos grupos que são excluídos do poder por seu status econômico e social; por isso é comum ver líderes populistas adotando gestos que são considerados marcas de inferioridade para a cultura dominante, afirmando-se como uma dessas pessoas comuns. O conceito antagônico, “a elite”, passa por um aspecto moralizante: a contraposição do povo virtuoso à elite corrupta. Essa elite pode ser a elite financeira, mas os líderes populistas podem criticar também a elite cultural ou a mídia, por exemplo. Esses grupos são tratados como uma elite uniforme e organizada que se opõe à vontade do povo, representada pelo líder populista.

Se em um primeiro momento se poderia teorizar que esses líderes não se sustentariam no poder, porque depois disso eles passam a fazer parte da elite e do establishment, em Mudde e Kaltwasser, isso não se confirma, porque a distinção entre povo e elite é moral e não situacional. Assim, esses líderes podem redefinir o que chamam de elite e argumentar que o poder de verdade não está com ele, mas com esses grupos que se articulam para sabotar que se imponha a vontade do povo. Dessa forma, os autores classificam o populismo como uma “thin ideology”, ou seja, uma ideologia incompleta, pois apesar da sua base central que contrapõe o povo e elite, ele frequentemente se combina com “full ideologies”, ideologias completas, como socialismo, liberalismo e fascismo. Assim, o populismo pode tomar diversas configurações conforme combinado com outras vertentes políticas, e forma diferentes interpretações de mundo que se moldam às demandas de cada sociedade. Isso é crucial para a promoção de projetos políticos que são apelativos para um público mais amplo. Uma vez definido, o tema populismo é tratado novamente ao decorrer do trabalho, e é abordado no capítulo 3, que visa compreender como o populismo toma espaço no discurso de ambos os líderes estudados.

Outro conceito relevante para a compreensão dessa extrema direita é o de autoritarismo. Nesse sentido, Stichweh e Ahlers (2019) defendem uma abordagem para a bipolaridade dos regimes políticos atuais que se apoia na teoria sociológica de diferenciação funcional de sistemas. Os autores levantam a hipótese de uma posição divergente entre valores sociais e formação de valores, que funcionam de maneira diferente em sistemas democráticos e

autoritários. Dessa forma, os padrões valorativos indicam onde e como os valores da sociedade surgiram; em regimes autoritários a criação de políticas é orientada por valores externos que podem ser de diversas origens (heterogênesse), enquanto na democracia os valores são criados dentro do próprio processo político (autopoiese). Isso quer dizer que fundamentalmente uma democracia é um sistema no qual todas as possíveis questões podem ser sujeitas a um processo de tomada de decisão cuja conclusão não é pré-determinada; já em um sistema autoritário os valores funcionam como premissas e não podem surgir dúvidas a respeito de sua validade. Além disso, no caso autoritário esses valores inquestionáveis e pré-determinados resultam em controle do futuro, uma vez que o objetivo será sempre o mesmo. Esses valores podem ser religiosos, baseados em princípios morais ou tradicionais, em formas de conhecimento ou ideologias. Os autores percebem que independente de “ondas” de democratização ou avanço autoritário, existe a tendência na sociedade moderna da inclusão individual impactar em formas de tomada de decisão vinculadas coletivamente. Assim, propõe-se que existe um imperativo de inclusão que é cada vez mais observado nas configurações institucionais e autodescrição de quase todos os regimes políticos.

Por fim, resta operacionalizar todos esses conceitos de forma a caracterizar a extrema direita populista. A abordagem que parece ser mais empregada na literatura global atual é a de Mudde (2017), que propõe uma forma de compreender a extrema direita por três atributos centrais que se fazem presentes na extrema direita: nativismo, populismo e autoritarismo. O populismo, como já discutido, consta de uma ideologia incompleta que contrapõe o povo virtuoso a uma elite corrupta, e defende que a voz do povo deve imperar acima de tudo e o porta-voz dessa vontade geral do povo é o líder político que se apropria desse discurso. O nativismo, termo não usualmente utilizado na ciência política brasileira, envolve uma combinação de nacionalismo e xenofobia. Consta de uma ideologia que defende que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo (a nação), ou minimamente priorizar esse grupo acima dos elementos não nativos (ou estrangeiros), sejam pessoas ou ideias; esses estrangeiros são uma ameaça à homogeneidade do Estado-nação. Por fim, o autoritarismo refere-se à crença em uma sociedade estritamente ordenada, e violações dessa ordem e da autoridade devem ser severamente punidas. Onde o autoritarismo prevalece, são priorizadas políticas de lei e ordem rigorosas, que exigem mais policiamento e mais duras penas.

Essa última abordagem será útil para compreender as extremas direitas brasileira e a estadunidense dentro do movimento global. Uma vez conceituados os termos centrais, é possível analisar as principais teorias que buscam explicar o surgimento dessa nova direita, seus elementos principais, seus apoiadores e o que suas lideranças apresentam em comum.

Teorias da ascensão da extrema Direita: uma análise crítica

O avanço da extrema direita causou grande interesse e preocupação na ciência política, com diversos estudiosos buscando aferir as consequências de governos de extrema direita; o fenômeno também foi associado a retrocessos democráticos (AVRITZER; KERCHÉ; MARONA, 2021; MUDDE, 2019) e desafios aos direitos humanos. Todavia, uma parcela considerável da comunidade científica nas ciências sociais não somente não conseguiu prever o avanço desse movimento, como também se surpreendeu com as vitórias de Trump nos EUA e Bolsonaro no Brasil. O avanço da extrema direita pareceu entrar em contraposição com teorias mais otimistas a respeito de um movimento dos países desenvolvidos em prol de mais democratização e valores emancipatórios.

De acordo com teorias pós-materialistas, os países pós-industriais estariam caminhando em direção a valores mais democráticos e consolidação da democracia. Um desses casos é a teoria da modernização, segundo a qual o desenvolvimento socioeconômico provocaria uma mudança cultural que acarretaria um conjunto de valores pós-materialistas. Isso daria origem a profundas alterações no campo da política, do trabalho, da religião, nas relações de gênero e nas normas sexuais. Essa mudança valorativa motivaria crescente pressão em países de regime autoritário para a instauração do sistema democrático, ou aprofundamento da democracia em países e regime democráticos ainda em fase de consolidação (INGLEHART; WELZEL, 2009). A mudança de valores nas sociedades pós-industriais tem embasamento na hipótese que os indivíduos perseguem objetivos em ordem hierárquica, de forma que as necessidades consideradas mais importantes recebem a máxima atenção. Com isso, ocorre uma diferença intergeracional motivada pelas condições materiais de criação das gerações, que passa do estágio de priorização das necessidades materiais básicas a outro patamar. As populações que ultrapassaram este estágio e foram socializadas em um período de afluência sem precedentes passam a dar a segurança econômica como garantida e a demonstrar diferentes preocupações e valores (INGLEHART, 2012).

[...] uma cultura humanística – que enfatiza valores de auto-expressão – propaga-se por todos os grandes domínios da vida, ajudando a dar uma nova forma a normas sexuais, papéis de gênero, valores familiares, religiosidade, motivações para o trabalho, relação das pessoas com a natureza e com o meio ambiente, e suas atividades comunitárias e participação política. A crescente valorização da autonomia humana é evidente em todos esses domínios, transformando o tecido das sociedades contemporâneas. [...] Papéis de gênero, orientações religiosas, padrões de consumo, hábitos de trabalho e comportamento eleitoral se tornam, cada vez mais, questões de escolha individual (Inglehart, Welzel 2009: 20).

A teoria do pós-materialismo é uma leitura fundamental para entender as mudanças valorativas ocorridas nos últimos anos, todavia, os autores não anteciparam a guinada à direita que seria experienciada por vários países, inclusive os mais desenvolvidos. É importante ressaltar que em alguns desses países o apoio ao sistema democrático já se encontrava em declínio nos últimos anos.

Em uma atualização da teoria da modernização, Inglehart e Norris (2016) explicam a onda conservadora e populista de direita pela teoria do "cultural backlash", que consta de uma reação de resistência cultural às mudanças sociais e políticas recentes, motivada pela perda de privilégio de grupos que foram predominantes anteriormente, e por preocupações com a perda de valores tradicionais e da identidade cultural. Foram analisados dados de países europeus para examinar essa teoria e também a teoria de insegurança econômica, de modo a contrapor suas capacidades explicativas. A teoria da insegurança analisada diz respeito ao impacto de fatores econômicos e privação social - como concentração de renda, erosão do trabalho organizado, declínio do estado de bem-estar social e movimentos globais de capital e trabalhadores, principalmente imigrantes - que gera crescente insegurança entre os “deixados para trás”, o que causa um ressentimento popular das classes políticas. Assim, a classe mais insegura da sociedade fica suscetível a discursos populistas que são antissistema, nativistas, xenofóbicos, culpabilizando a “eles” pela falta de prosperidade e oportunidades de trabalho para “nós”.

De acordo com Inglehart e Norris (2016) a teoria do “cultural backlash”, ou seja, os valores culturais combinados a fatores demográficos e sociais promovem a explicação mais consistente para o voto em partidos populistas, e o sucesso desses partidos na Europa provém em grande parte de apelos ideológicos a valores tradicionais. Esses valores geram a adesão de pessoas de mais idade, homens, religiosos, maiorias étnicas, e pessoas com menor nível de educação formal. Para os autores, esses grupos são mais propensos a se sentir “deixados para trás” por correntes progressistas e mudanças culturais baseadas nos valores que eles não

compartilham. Além disso, homens brancos e mais velhos com valores conservadores viram seu privilégio e predominância decair nos últimos anos, o que reforça essa sensação de terem sido “deixados para trás”.

Em contrapartida, Eatwell e Goodwin (2020) atribuem menos peso à mudança valorativa intergeracional como geradora de resistência à adesão ao populismo de direita e pautas xenofóbicas, e defendem que por mais que as novas gerações sejam mais tolerantes que seus pais e avós, os movimentos nacionalistas populistas estão conseguindo forjar laços com muitos desses jovens que, de certa forma, se sentem negligenciados pela política atual. Portanto, esse movimento atrai uma variedade de eleitores, uma coalizão de grupos-chave diversos, ainda que seja formada em grande parte trabalhadores brancos, muitos outros estão longe de ser o estereótipo do “velho branco e raivoso” que logo será substituído por uma geração de millenials tolerantes.

Com isso, citando em particular os casos na Europa e nos EUA, Eatwell e Godwin afirmam que a ascensão desse movimento prometia dar voz a pessoas que se sentiam negligenciadas e desprezadas pelas elites corruptas, ao mesmo tempo que se valorizaria a nação. Para os autores, por mais porque alguns líderes populistas apresentem discursos problemáticos quanto à demonização de imigrantes e aos direitos democráticos, a maioria dos eleitores desse movimento querem mais democracia: na forma de referendos, de mais poder ao povo em detrimento das elites econômicas e políticas estabelecidas, e maior capacidade dos políticos de ouvir seus eleitores. Eles questionam sobre questões legítimas em uma democracia, por exemplo sobre como as elites se tornaram isoladas em relação às pessoas comuns e suas preocupações, sobre a erosão do Estado-nação, a criação de sociedades altamente desiguais, as agendas cosmopolitas e globalizantes e qual sociedade criarão. Essas dúvidas passíveis de discussão são deixadas de fora do debate, perdendo atenção para as pautas racistas e xenofóbicas puxadas por setores desse movimento.

Em suma, Eatwell e Goodwin defendem que o nacional populismo se apoia em quatro fatores. O primeiro consta da desconfiança nos políticos e instituições causada pela tendência da democracia liberal de minimizar a participação das massas, o que acarreta um distanciamento maior entre políticos e cidadãos comuns, que sentem não ter mais voz no diálogo nacional. O segundo ocorre pelo receio em relação à imigração e à super mudança étnica, que gera medo da destruição da identidade histórica estabelecida pelo grupo nacional, potencializado pela crença que políticos culturalmente liberais e organizações transnacionais

estão encorajando migração em massa, erodindo a nação e silenciando os opositores a essas políticas. O terceiro fator se trata da sensação de privação relativa que acomete esses eleitores; apesar dos apoiadores do nacional populismo estarem empregados e tenham renda acima da média, eles passam a crer que estão perdendo em relação a outros grupos. Isso é interpretado como resultado da crescente desigualdade de renda no Ocidente, o que acarreta desesperança desses eleitores quanto a um futuro mais próspero e se relaciona diretamente em como eles pensam sobre questões como imigração e confiança política. O quarto e último fator é o desalinhamento entre eleitores e partidos políticos, uma vez que agora o elo entre eles é mais fraco e a relação é menos previsível.

Uma ressalva necessária é que em Eatwell e Godwin as preocupações dos eleitores da extrema direita aparecem como naturais e democráticas, todavia Mondon (2022) aborda que as questões levantadas na mídia ou por políticos populistas não apenas retratam as demandas do eleitorado: os discursos políticos influenciam tanto os assuntos que ganharam popularidade quanto a direção da opinião pública sobre eles, a depender da forma como as questões são articuladas. Nessa linha de raciocínio, demandas levantadas por lideranças populistas são noticiadas e colocadas no centro do debate por veículos de informação, que por sua vez realizam pesquisas de opinião para compreender a opinião da população acerca do tópico. A depender de como essas pesquisas são realizadas, elas estão propícias a confirmar a concordância do público, e acabam por legitimar a argumentação dos políticos em questão. Assim, existe uma formação de opinião *top-down*, ou seja, de cima para baixo, das elites para a população.

[...]os dados de opinião nunca são objetivos ou imparciais. A sua utilização acrítica e, por vezes, uma utilização indevida clara e intencional criaram narrativas que guiaram o discurso público, privilegiando certas questões em detrimento de outras, e justificaram a sua proeminência nesse discurso público, atribuindo-as ao “povo” e aos políticos “populistas”. Isto não significa que “o povo”, seja qual for a sua definição, não tenha agência, é claro, e não possa impor certas questões à sua elite, seja nos meios de comunicação social, na política ou no meio académico. No entanto, seria, na melhor das hipóteses, ingénuo pensar que numa sociedade como a do Reino Unido, que tem um acesso profundamente desigual ao discurso público, certos interesses não têm mais poder do que outros para moldar a agenda. Simplificando, estamos confrontados com um ciclo vicioso que realça as questões enquanto obscurece outras no que pode ser considerado um simulacro democrático (MONDON, 2022, p. 14, tradução própria)

Essa discussão importa também na medida em que a mídia tradicional tem perdido lugar como a principal formadora de opinião, cedendo espaço para as redes sociais e outras mídias

digitais. Isso é ainda mais problemático, porque se a mídia tradicional é regulamentada e por isso se responsabiliza por seu conteúdo e prioriza a contratação de profissionais especializados para a divulgação de notícias, nas novas mídias digitais qualquer pessoa pode gerar ou compartilhar conteúdo, e dificilmente geradores de conteúdo falso (ou discurso de ódio) são responsabilizados e punidos. Essa discussão é retomada com mais profundidade no capítulo 6.2.

De forma semelhante a Eatwell e Godwin, que defendem que muitos eleitores da extrema direita querem mais democracia e participação popular, Castells (2018) não acredita em uma rejeição da democracia em si, mas sim da democracia liberal em prol da democracia real. Boa parte da literatura (APPADURAI, 2019; CASTELLS, 2018; ROGER EATWELL; MATTHEW J. GOODWIN, 2020) compreende essa ruptura entre governantes e governados e a deslegitimação da representação política por meio da desconfiança nas instituições. Em Castells, o modelo de representação atual em diversos países vem sofrendo um colapso gradual, como demonstrado por recorrentes manifestações e movimentos em que a população clamava não se sentir representada pelo sistema político vigente. Esse rompimento do vínculo entre o que os eleitores desejam e as ações dos eleitos produz uma crise de legitimidade política, agravada pela consolidação de uma classe política. Essa classe compartilha do consenso que convém manter o monopólio de poder, de forma delimitar um quadro de opções entre as quais a população pode escolher, de forma que o voto sempre acaba em acordo com interesses criados e enraizados conforme a política se profissionaliza. Uma tática emocional comum adotada pelo poder político é fomentar a esperança de mudança na população a cada eleição, porém essa esperança recorrentemente frustrada passa a erodir a legitimidade da democracia. Além disso, no processo eleitoral essa deslegitimação é agravada pela mobilização de escândalos políticos a fim de desmoralizar o oponente, tão comuns que geram o efeito de inspirar uma crescente desconfiança sobre o conjunto dos políticos.

Em concordância com Castells e também Eatwell e Godwin, Appadurai (2019) defende que o modelo de representação atual vem sofrendo um colapso gradual: a população se vê cada vez menos representada pelo sistema político vigente. Além disso, tal como os autores, Appadurai defende que o sucesso mundial desses líderes populistas não deve ser explicado a partir da concordância dos seguidores a um sistema de crenças totalitárias e etno-nacionalistas, uma vez que a adesão a essas crenças ocorreria apenas em uma parcela dos cidadãos. Todavia, enquanto Castells e Eatwell e Godwin concordam que é o modelo atual de

democracia sendo rejeitado pela população e não a democracia em geral, Appadurai discorda que os eleitores apoiadores do movimento da extrema direita querem um melhoramento do regime democrático, e coloca que existe uma fadiga da democracia.

Appadurai explica essa crise por três elementos. Primeiramente, existe a expansão do uso da internet e mídias sociais, o que possibilita a construção identitária, a busca por pessoas de crença similar que possam ser aliados, propaganda e mobilização em prol de um sistema de ideias ou líder político. Em segundo lugar, a crescente perda de soberania econômica pelos estados-nação. Por fim, o terceiro fator é o apoio dado a estrangeiros e migrantes em quase todos os países do mundo com a propagação da ideologia dos direitos humanos, ainda que estes encontrem hostilidade no lugar de destino. Com isso, esses três fatores, adicionados ao aprofundamento da desigualdade, diminuição do bem-estar social e a ideia do risco de desastre financeiro propagada pelas indústrias financeiras, intensificaram a intolerância política e a paciência com processos legais. Com isso, os líderes autoritários veem a democracia como obstáculo à busca e exercício do poder, e seus seguidores, por sua vez, são vítimas da fadiga da democracia, e percebem na política eleitoral um modo de sair dela.

Desta forma, em Appadurai a soberania cultural é usada como denominador comum para unificar exaustão e ressentimento, resultando em discursos de vitória racial e renascimento global, uma vez que a soberania nacional se encontra em crise: nenhum estado-nação controla plenamente sua economia. Assim, como a soberania econômica se tornou um conceito cada vez menos relevante no debate público, os movimentos populistas em ascensão procuram uma soberania através da cultura, por meio de artefatos como etnonacionalismo e opressão de divergências culturais internas. Desta forma, não é coincidência que atuem de forma similar, com características de neoliberalismo, xenofobia e chauvinismo cultural. Uma vez no poder, esses líderes autoritários continuam suas políticas neoliberais enquanto empregos e salários diminuem e minorias e imigrantes são feitos de bode expiatório. Em Appadurai, o voto nesses líderes, particularmente o exemplo de Trump, é um voto contra a democracia, fazendo com que o voto tenha sido usado como uma saída da democracia e não como um meio de corrigir erros e debater política dentro do sistema democrático. Existe uma fadiga da democracia que tem sido base para o sucesso dos populistas, que exploram a frustração dos cidadãos.

Certamente é possível discutir um voto de não confiança na democracia no caso brasileiro. Tanto por parte do presidente quanto de seus seguidores foram recorrentes as manifestações em defesa da ditadura militar que ocorreu no Brasil entre 1964 e 1985, muitas vezes

defendendo também a instauração de um novo regime ditatorial militar. Ao longo do mandato, o presidente e sua família recorrentemente defenderam a ditadura militar ocorrida, levantaram suspeitas contra a validade do processo eleitoral² e implicaram que o país estaria sujeito a um novo regime militar.

No entanto, pessoas em prol dessa pauta não formam a completude do eleitorado bolsonarista, nem mesmo do eleitorado trumpista. Considerando os avanços na literatura, permanece uma questão não respondida e motivo de divergência: o quanto fatores como a fadiga democrática contribuem para a grande e repentina adesão ao bolsonarismo, e o quanto dessa adesão é explicada por outros fatores também discutidos na literatura, como democratas de direita que se recusaram a votar na alternativa petista, como será discutido no capítulo 2. Com isso, esse trabalho se faz com o intuito de compreender o voto em Bolsonaro, quais as pautas mais importantes para essa adesão e se são de fato pessoas que defendem o rompimento com a democracia, e comparar o caso brasileiro ao estadunidense para responder quem são os eleitores de ambos os movimentos.

No caso dos Estados Unidos, o ex-presidente Donald Trump fez diversos ataques à democracia americana durante seu mandato³, como o estímulo a grupos armados a realizar manifestações contra o isolamento social adotado durante a pandemia de Coronavírus⁴. Em mais de uma ocasião alegou que haveria fraude nas eleições, o que culminou em um violento protesto em Washington por parte de seus apoiadores quando perdeu as eleições de 2020 para Joe Biden⁵; enquanto os protestantes invadiram o capitólio armados e protagonizaram cenas de vandalismo, o ex-presidente se recusava a admitir a vitória do oponente. No entanto, a democracia americana é mais antiga e mais consolidada, e cabe compreender em que nível houve erosão do suporte à democracia em decorrência desses acontecimentos.

Até o momento, não há consenso sobre até onde o voto na extrema direita é um voto para sair da democracia. Todavia, um dos fatores que aparecem muito frequentemente na literatura é o

² Tortella, T. “Relembre vezes em que Jair Bolsonaro questionou o sistema eleitoral”, CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-vezes-em-que-jair-bolsonaro-questionou-o-sistema-eleitoral/> (último acesso em junho de 2023).

³ BBC News, “Conspiração e fraude: as novas acusações que pesam contra Trump”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ck7v8j0xd33o> (último acesso em agosto de 2023).

⁴ Globo, New York Times, “Trump defende manifestantes que protestaram pelo fim do isolamento social nos EUA”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/trump-defende-manifestantes-que-protestaram-pelo-fim-do-isolamento-social-nos-eua-24383203> (último acesso em agosto de 2023).

⁵ Tortella, Tiago, “Invasão do Capitólio completa um ano: relembre o ataque à democracia dos EUA”. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/invasao-ao-capitolio-completa-um-ano-relembre-o-ataque-a-democracia-dos-eua/> (último acesso em agosto de 2023).

sentimento de invisibilidade do eleitor diante da política que se faz atualmente, que decorre principalmente do distanciamento entre os anseios da população e os interesses da classe política (APPADURAI, 2019; CASTELLS, 2018; ROGER EATWELL; MATTHEW J. GOODWIN, 2020; SOLANO, 2021). A literatura parece indicar também que fatores culturais e demográficos (INGLEHART; NORRIS, 2016).

Após percorrer por diversos autores que investigaram o avanço da extrema direita, é possível perceber um padrão: a maioria dos estudos se concentra em analisar casos na Europa e nos EUA (INGLEHART; NORRIS, 2016; MONDON; WINTER, 2020; MUDDE, 2007, 2017, 2019; MUDDE 2007; ROVIRA KALTWASSER, 2018; ROGER EATWELL; MATTHEW J. GOODWIN, 2020). Essa concentração do foco nas pesquisas no norte global abre espaço para lacunas nas ciências sociais que tratam do tema, uma vez que o sul global também presenciou uma guinada à direita. Com isso, pesquisadores que trabalham com países do sul global (MASOOD; NISAR, 2020; PINHEIRO-MACHADO; VARGAS-MAIA, 2023; ROVIRA KALTWASSER; ZANOTTI, 2023) chamam atenção à necessidade de estudar esse fenômeno nos países do sul, onde a extrema direita conservadora pode impactar o comportamento político-social e o sistema político de forma ainda mais intensa.

Essa crítica é abordada por Pinheiro-Machado e Vargas-Maia (2023), que argumentam acerca da necessidade de um novo modo de analisar a extrema direita colocando uma perspectiva que tenha em seu cerne o Sul Global. Na literatura internacional, os países do Sul são usados como exemplos ou variantes de fenômenos observados na Europa e Estados Unidos; esse pensamento acadêmico colonizado impede uma compreensão ampla da nova extrema direita a nível global, que parece afetar de forma ainda mais intensa e violenta países como Brasil e Filipinas. O resultado desse viés é um repertório limitado que foca em processos como a recessão econômica em países afluentes, o colapso de um sistema de ‘welfare state’, a problemática da imigração, empobrecimento da classe trabalhadora, ‘desdemocratização’ e revolta contra a democracia liberal.

Dessa forma, uma produção de conhecimento colonizada faz com que se tente ‘encaixar’ teorias elaboradas no Norte Global a países como o Brasil; o problema é que nem sempre as peças realmente se encaixam, ao contrário dos países que são centro da maioria das análises internacionais. Pinheiro-Machado e Vargas-Maia justificam que quando começou a insurgência da extrema direita o país estava atingindo seu pico de desenvolvimento econômico. Por mais que Bolsonaro tenha sido eleito em um período de recessão, o país não

estava apresentando colapso em nenhuma situação anterior de *welfare state*, pelo contrário: as pessoas estavam saindo da pobreza e o autoritarismo não era uma novidade, devido ao passado ditatorial brasileiro. O Brasil também não enfrentava uma crise de refugiados, os ‘inimigos’ ressaltados em discursos da extrema direita sempre foram internos. Dessa forma, o reaparecimento da extrema direita aqui não pode ser explicado por um quadro teórico idêntico ao usado em outros países, com uma visão Ocidentalista Europeia/Norte Americana. A recessão de 2008, o Brexit em 2016 e a eleição de Trump foram eventos significativos que criaram oportunidades e incentivo para movimentos similares, gerando ondas de autoritarismo no mundo todo. O Norte Global segue a exercer poder no Sul Global e isso faz com que ideologias extremistas sejam exportadas; isso é facilitado pelas mídias sociais, por uma economia globalizada e interconectada, redes internacionais de poder e teorias da conspiração.

Pinheiro-Machado e Vargas Maia sugerem que talvez a maior diferença entre a extrema direita no norte e sul globais seja uma questão de intensidade e escala, que devem ser analisadas considerando contextos históricos e particularidades. Trump e Bolsonaro expressam discursos de intolerância similares nas mesmas redes sociais, usando as mesmas táticas de “dog-whistle”. Muitos acadêmicos prestam atenção a essas similaridades, porém é igualmente importante prestar atenção ao perigo muito maior que uma cruzada contra direitos de gênero e sexuais pode gerar no Sul em comparação ao mesmo fator no Norte. Dessa forma, quadros explicativos são elaborados para Europa, mas percebidos como universais. Por mais que o problema do bolsonarismo tenha ganhado atenção global, ele é analisado em uma rota epistemológica dominada por meios de produção de conhecimento colonizados, que ainda persistem no meio acadêmico. Assim, o Brasil foi incorporado em vários projetos de pesquisa acerca da extrema direita no Sul Global, mas as mesmas ferramentas de análise são aplicadas ao caso.

As autoras concordam com Masood e Nisar (2020) em inverter a ordem de análise e retirar as pistas sobre o avanço desse fenômeno global justamente nesses países com modernidade inacabada ou híbrida do Sul Global. Argumenta-se que o discurso acadêmico atual sobre populismo de extrema direita se baseia na premissa que o norte global, que é ‘normal’, tem se tornado ‘anormal’. Conforme cresce o interesse dos acadêmicos sobre o assunto e suas consequências na democracia, surgem mais trabalhos feitos com essa temática a fim de entender esse problema ‘inesperado’. Todavia, esses trabalhos majoritariamente consideram o

avanço da extrema direita como um fenômeno primordialmente ocidental, o que não somente é empiricamente incorreto como limita uma compreensão aprofundada uma vez que ele se mostra multicultural e multinacional. Além disso, esse foco eurocêntrico na extrema direita populista não considera a hipocrisia de governos supostamente liberais no norte global que apoiam ou toleram políticas nacionalistas no sul global porque isso se alinha com seus projetos neocoloniais.

Dada a forma como a ascensão da extrema-direita se desenrolou na Índia, o envolvimento do governo da extrema-direita na usurpação dos direitos democráticos e das liberdades pessoais em nome do estabelecimento de uma nação forte, usando a fachada da agenda anti-elitista enquanto a enorme riqueza Embora a transferência ocorra para os ricos e o custo humano do conflito resultante, poder-se-ia supor que a Índia seria um tema quente de interesse acadêmico no populismo e na ascensão da extrema-direita. No entanto, seria difícil encontrar qualquer envolvimento significativo (teórico ou não) com a política nacionalista na Índia (e no Sudeste Global) nos principais debates contemporâneos sobre a política de extrema-direita. Enquanto o mundo assiste ao Brexit com uma descrença atordoada, ou se apressa a dissecar o mundo pós-verdade em que vivemos depois de Trump, a trajetória política da Índia e a tática de usar a violência religiosa para ganhos políticos que impulsionou o BJP ao poder raramente são mencionadas (Masood e Nisar, 2020, p. 169, tradução própria)

Assim, em Masood e Nisar (2020) se questiona o discurso binário em que o Norte Global opera sobre as premissas de secularismo, liberdade de expressão e o processo democrático, enquanto no Sul Global existe a normalização do autoritarismo, intolerância religiosa, e restrições às liberdades individuais e de expressão. Por esse dualismo, eventos como a eleição de Trump e o Brexit são considerados chocantes: colocam em questão a crença de que o liberalismo pertence ao Norte. Em contrapartida, vitórias nacionalistas na Índia são desinteressantes, uma vez que a violência no Sul reafirma a posição do “outro” ao Norte, esse outro que é fundamentalista e iliberal. Além disso, os debates sobre nacionalismo na Europa e nos EUA continuam a desconsiderar a conexão com o nacionalismo no Sul Global. Por isso, é criticamente importante contestar esse padrão teórico de classificação dos movimentos populistas de extrema direita, a fim de superar as lacunas que esse padrão acarreta à produção acadêmica.

Com semelhante crítica, um estudo recente de Cristóbal R. Kaltwasser e Lisa Zanotti (2023) procuram compreender a extrema direita fora do contexto Europeu, considerando que a extrema direita populista (no original, popular radical right – PRR) se tornou um ator global e deve ser estudado como tal, de forma a levar em consideração retóricas desse movimento de diversos países e verificar qual é o grau de homogeneidade ideológica entre eles. Dessa

forma, é ressaltada a necessidade de mais estudos comparativos entre países fora do contexto europeu, onde se concentram a maior parte desses estudos. Os autores indicam que apesar da crescente influência política desse movimento a nível global, quase não existem estudos que visam examinar se existe um processo global de difusão dessa ideologia. O artigo utiliza como caso de estudo 5 países: Austrália, Brasil, Chile, Índia, Turquia e USA, e os analisa considerando a definição de Mudde (CAS MUDDE, 2017) da PRR pelos eixos nativismo, autoritarismo e populismo. Os autores encontraram resultados indicando que a extrema-direita populista fora da Europa articula esses três eixos centrais em diferentes modos e intensidades, e empregam elementos ideológicos específicos para alavancar a propagação do discurso e moldá-lo a problemas sociais preponderantes no país em que se encontram. Isso significa que parte do sucesso da PRR se deve a sua capacidade de se adaptar construindo quadros ideológicos que se conectam com as ansiedades do público-alvo nacional ou regional. Exemplos dessa influência de fatores histórico-culturais nacionais são o impacto da ditadura militar no discurso bolsonarista e a retomada por Trump da ideia de ameaça do comunismo, que historicamente uniu diversas seções do partido republicano, bem como as adaptações da inclinação econômica dos partidos da extrema direita atuais, que podem ser liberais (Brasil e Chile), protecionistas produtivistas (EUA) ou chauvinistas assistencialistas (maior parte dos partidos da PRR europeus).

Em suma, é possível compreender o avanço dos estudos internacionais sobre extrema direita até o momento e a problemática de ter países do norte como o predominante foco dessas pesquisas. Dada a complexidade e a diversidade intrínseca aos países do sul global, na presente tese de doutorado não pretende colocar essa questão como objetivo do estudo, uma vez que a abordagem desse problema de forma integral torna-se impraticável. No entanto, é possível adotar uma perspectiva alternativa, ao deslocar o foco para um desses países do sul global como um caso de estudo aprofundado, a fim de inverter a lógica de comparação. A presente tese busca primeiramente explicações formuladas a partir do caso brasileiro, e as usa de modo a compreender se se encaixam no contexto estadunidense. Dessa forma, o trabalho visa abordar os dois movimentos da extrema direita a fim de compreender quais características são de fato semelhantes no bolsonarismo e no trumpismo. Assim, espera-se gerar uma contribuição aos estudos acerca do tema, de forma a ter foco em um país latino-americano de economia emergente, e relacioná-lo com um dos países mais estudados dentro das nações afligidas por esse movimento.

2. Dois caminhos, uma ideologia: a ascensão da extrema direita no Brasil e nos EUA

A fim de estabelecer um quadro comparativo dos movimentos trumpista e bolsonarista, é necessário analisar as especificidades dos casos, histórica e politicamente, antes de situá-los dentro de um movimento global e compreender suas similaridades e diferenças. Além disso, é preciso compreender o estado da arte em relação à progressão desses movimentos e o que alimenta esse fenômeno, bem como os motivos que levaram parte da população a vê-lo como saída aos problemas políticos, sociais e econômicos enfrentados nos países estudados.

Considerar fenômenos socioculturais específicos ao país torna-se ainda mais importante no caso brasileiro, considerando suas características divergentes das de países do Norte Global, aos quais se adequam a maior parte da literatura produzida. Ao longo de sua história, o país contou com múltiplos períodos autoritários e uma parcela da população julga regimes militares como solução aos problemas nacionais, como mostra a literatura (MOISÉS; CARNEIRO, 2008; MOISÉS, 2008) e os dados expostos nesse capítulo. Já os EUA contam com uma história de estabilidade democrática, tanto que a eleição de Trump surpreendeu muitos cientistas sociais, todavia, movimentos de extrema direita sempre existiram no país, mesmo em proporção consideravelmente menor que hoje (MUDDE, 2017). Com isso, interessa analisar e comparar o quadro da opinião pública acerca da democracia no Brasil e nos Estados Unidos a fim de compreender sua evolução até as eleições aqui estudadas, especialmente quando se considera a relação da extrema direita com retrocessos democráticos globalmente e os múltiplos ataques ao sistema democrático vindos dos presidentes. Após a compreensão desse contexto, o capítulo 3 busca compreender o eleitorado e em que medida seus apoiadores compartilham do baixo apreço pela forma democrática de governo.

2.1 A extrema direita à brasileira

Essa seção visa discutir os fenômenos culturais, sociais e históricos destacados na literatura nacional como fatores necessários à compreensão da extrema direita populista brasileira. A primeira parte da análise tem como foco a convivência de princípios democráticos e elementos antidemocráticos persistentes como resquícios de estruturas autoritárias históricas. A segunda parte visa compreender o contexto político e socioeconômico no país durante esse período e também as implicações disso para a propagação do discurso de direita radical populista e ressurgimento de pautas autoritárias no debate político.

Cultura, memória coletiva e apoio à democracia no Brasil

Historicamente, a democracia brasileira teve curtos períodos de duração: a experiência democrática nacional foi intercalada múltiplas vezes com golpes de Estado que resultaram em períodos de regime autoritário. O último período ditatorial se deu em 1964 com o golpe militar, todavia a literatura mais recente descreve um outro golpe de estado, disfarçado com aparência democrática, que se deu em 2016 com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (SOUZA, 2017; VALIM, 2017). Antes dessa data, os protestos de junho de 2013 já podiam ser considerados um alerta do desalinhamento entre as demandas da população e as instituições de representação. Cientistas políticos têm se dedicado ao estudo do que tem sido interpretado como crise política e da democracia, campo que no Brasil abarca fatores explicativos como o afastamento do eleitorado dos partidos (GIMENES, 2017), apartidarismo, antipartidarismo generalizado (FUKS; RIBEIRO; BORBA, 2021; ORTELLADO; SOLANO, 2016) e também específico, como o fenômeno do antipetismo (BORGES; VIDIGAL, 2018; NICOLAU, 2020; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2017).

Todavia, o problema pode ter raízes histórico-culturais, como tem discutido teóricos que consideram a sobrevivência de valores autoritários entre os cidadãos brasileiros, vestígios de uma história de golpes militares. A literatura (BAQUERO, 2001; JOSÉ ÁLVARO MOISÉS; GABRIELA PIQUET CARNEIRO, 2008; MOISÉS, 2008) aponta a persistência de resquícios culturais da época ditatorial na opinião pública, principalmente no que diz respeito à adesão e à confiança na democracia como forma de resolver os problemas nacionais. Desse modo, uma das possíveis causas de elementos antidemocráticos no país seria essa memória coletiva e persistências de estruturas autoritárias no sistema político-social. A temática tem grande relevância nos tempos atuais, com o avanço de discursos autoritários tanto por segmentos da população quanto dos representantes políticos.

Baquero (2001) argumenta que o que se tem é uma memória coletiva que decorre do legado histórico autoritário e o uso privado das instituições públicas no país, uma vez que interesses e poderes econômicos recorrentemente empregaram os poderes políticos e instituições democráticas com a finalidade de exercer dominação de maneira legítima. Essa memória dificulta a construção de uma cultura verdadeiramente democrática no país, o que não necessariamente significa uma ruptura democrática, mas significa que a forma com que a democracia funciona está vulnerável à institucionalização de formas antidemocráticas de

governar e solucionar problemas, o que por sua vez causaria erosão dos princípios democráticos.

Na mesma direção, Moisés e Carneiro (2008) utilizaram dados do Latinobarômetro (1995 a 2002) e identificaram uma ligação entre a desconfiança nas instituições públicas e a insatisfação com a performance da democracia e apoio a ela no país. Dessa forma, quando prevalece a ineficiência ou a indiferença das instituições diante das demandas da população, ou existe corrupção e fraude, é criado um contexto de suspeita e descrédito, o que acarreta aumento da distância entre os cidadãos e instituições democráticas e a política em geral. Assim, desenhos institucionais que recusam os partidos políticos e o Congresso Nacional têm maior chance de serem escolhidos conforme cresce a desconfiança e insatisfação com a democracia. Os autores argumentam que democracia coexiste com sintomas negativos acerca de seu funcionamento: a desconfiança e insatisfação dos cidadãos se associa à indiferença perante alternativas ao sistema político e até mesmo à preferência por autoritarismo, em alternativas anti-institucionais que conferem pouca ou nenhuma relevância aos partidos políticos e parlamento. Ainda 10 anos antes da presidência de Bolsonaro, os autores levantaram a consideração que aspectos tradicionais na política latino-americana, como o populismo, continuam presentes; e com isso se atribui pouco valor à mediação das instituições.

Mesmo considerando que há uma boa parte da população que relata preferir a democracia a qualquer outra forma de governo, a adesão ao regime democrático como um ideal não necessariamente significa a adesão a esse como sistema prático. De acordo com Moisés (2008), existe uma incongruência entre a adesão normativa e o que se julga da democracia em ação (*democracy-in-action*). Em certos casos, o desempenho dos governos e das instituições pode não assegurar que as expectativas dos cidadãos sejam atendidas. Assim, a preferência por parte dos brasileiros por soluções além do limite da democracia para os problemas nacionais é motivada pelo descrédito em componentes do próprio governo, como partidos políticos e parlamento. Dessa forma, avanço de discursos autoritários por parte das lideranças se faz especialmente problemático no caso brasileiro, que apresenta ambivalência em relação a preferência entre democracia e a busca de soluções autoritárias, vestígio de longos períodos de ditadura.

O argumento que existe uma ambivalência entre regime democrático e autoritário é reforçado por Fuks, Casalecchi e Ribeiro (2019), que investigaram se indivíduos que se afirmam

democratas são coesos em suas crenças na democracia, com suporte em dados de 19 países latino-americanos retirados do Barômetro das Américas 2010. Foram operacionalizados princípios essenciais democráticos e considerados coesos os democratas que respondem de forma a apoiar esses princípios; os outros dois grupos categorizados foram autoritários coesos e democratas não coesos. A grande maioria relatou preferência pela democracia, entretanto, o apoio aos princípios democráticos não apresentou a mesma frequência. Alguns contaram com maior aprovação, como eleições livres e separação dos poderes, outros com baixo apoio, como participação em manifestações pacíficas, Estado de direito e tolerância política. Os autoritários coesos se fizeram menos de 1%, assim como os democratas coesos também foram um pequeno contingente (12,8%); o maior grupo foi democratas não coesos (86,6% da população). Por fim, a chance de o indivíduo ser um democrata coeso aumentou conforme os anos de estudo, interesse por política e a localização nas faixas etárias mais velhas.

Os valores democráticos também foram testados em indivíduos autoproclamados democratas em Fuks et al. 2016), que investigaram a coesão do apoio à democracia a partir de uma visão multidimensional. O Estudo tomou como parâmetro a preferência pela democracia e apoio aos valores democráticos, e os resultados sugeriram que os brasileiros que expressam essa adesão à democracia não necessariamente manifestam aderência na mesma intensidade às dimensões principais do sistema. Os indivíduos mostraram apoio aos princípios do voto e participação política, todavia os procedimentos de escolha e representação política contaram com adesão reduzida. Desta forma, mesmo os democratas não manifestam tal apoio a todas as dimensões democráticas. Entretanto, os democratas brasileiros apresentaram atitudes mais democráticas em comparação a outros países latino-americanos, com níveis que se aproximaram aos dos norte-americanos no mesmo período.

Por fim, esta seção discutiu brevemente a cultura política brasileira, mostrando que as soluções autoritárias para problemas nacionais já eram uma realidade histórica no país antes da escalada da extrema-direita. O legado autoritário deixou um país que em parte valoriza soluções radicais e uso da força como elementos necessários para impor a ordem. A seção a seguir tem como objetivo compreender a evolução da crise política que precedeu a ascensão do bolsonarismo em 2018. O foco da literatura analisada é a situação socioeconômica e política dos brasileiros da era de Lula até o impeachment da presidenta Dilma e a presidência interina de Michel Temer.

Primavera brasileira ou semente do populismo? A trajetória política brasileira após junho de 2013

É bem aceito entre os cientistas políticos brasileiros que a instabilidade política e social no país começou em junho de 2013 (CARDOSO 2020; NICOLAU 2020; COUTO 2015), e depois disso a insatisfação popular foi crescendo, mudando de pautas e tomando forma, acarretando a ascensão do bolsonarismo. Os protestos começaram com a insatisfação popular a respeito dos custos da vida urbana, que atingiu seu limite quando o governo de São Paulo aumentou em vinte centavos as tarifas do transporte público. As manifestações começaram na capital do estado e sofreram forte e violenta repressão policial⁶, deixando mais de uma centena de manifestantes feridos e mais duas centenas deles presos, o que gerou ainda mais revolta popular. Dessa forma, o movimento se inflamou e se espalhou por todo o país; diversas pautas foram adicionadas conforme os manifestantes deixavam claro que “não é só por vinte centavos”. Uma das pautas levantadas era a anti-corrupção, motivada pelos escândalos ocorridos no governo como a Lava-Jato, e amplamente repercutidos pela mídia, na qual os governos petistas eram os principais responsabilizados apesar do caráter multipartidário dos crimes. Depois disso, a presidente na época, Dilma Rousseff, viu sua popularidade despencar.

Um dos estudiosos desse fenômeno é Adalberto Cardoso (2020). Para o autor, a frustração de expectativas de ascensão social das novas classes médias e populares foi um dos fatores para que manifestantes fossem às ruas em junho de 2013, juntamente com como a crise dos transportes públicos que simbolizou o ápice da luta pelo “direito à cidade” e os protestos contra a Copa do mundo sediada no Brasil com demanda por serviços públicos “padrão FIFA”. Depois disso, o movimento foi propagado por seu próprio momentum, com adição de múltiplas e diversas demandas, incluindo o antipetismo e as pautas antigovernista e antipolítica. O autor analisou como o governo petista, que se baseou na promoção social dos mais pobres por meio do consumo, teve seus limites revelados nas jornadas, que ampliaram os conflitos sociais e expuseram um mal-estar que estava latente. O movimento se expandiu até alcançar a ala da direita, que antes permanecia em redes online pouco conhecidas, e que passou a protagonizar os protestos que se seguiram e impor suas pautas de classe, que incluíam segurança pública e combate à corrupção. Portanto, o próprio movimento,

⁶ “13 de junho de 2013: a noite que durou 10 anos”, BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0j5125089do>

constantemente alimentado pelas mídias sociais e imprensa, atraiu cada vez mais pessoas às ruas.

Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Scalco (2020) descrevem a ascensão social na era Lula e mais tarde a adesão ao bolsonarismo e ao conservadorismo, em um trabalho etnográfico dividido em dois momentos, de 2009 a 2014 e de 2016 a 2018. As autoras destacam que a transição do Lulismo ao Bolsonarismo ocorreu com uma alta seguida de queda na economia, a erosão dos partidos políticos tradicionais e o colapso do sistema político; com isso buscou-se demonstrar como mudanças políticas e econômicas em nível nacional afetaram a subjetividade política das pessoas, suas condições morais e individualidade. O primeiro momento foi marcado por melhora econômica e inclusão das camadas mais pobres na economia de mercado. Assim, houve inclusão dos novos consumidores, que trouxe também empoderamento individual e uma maior autoestima. Muitas pessoas de baixa renda contaram com melhorias de vida, ao menos em termos de conforto material, por conta dessas políticas sociais. O lulismo forneceu aos grupos desfavorecidos visibilidade e reconhecimento com ações afirmativas e inclusão pelo consumo, e pela primeira vez se via pobres tendo acesso a viagens aéreas. Começaram a surgir estudos classificando as camadas emergentes como a “nova classe média”, e esse contexto levou o país a resistir à crise econômica de 2008 e alcançar o pico de seu crescimento econômico.

Pinheiro-Machado e Scalco argumentam que o consumismo impactou a personalidade de diversas maneiras; a invisibilidade e “humildade” das classes subalternas se transformaram em orgulho individual, racial e de classe. Principalmente o grupo formado por mulheres negras de baixa renda, beneficiadas pelo bolsa família, puderam ter acesso a lugares antes inacessíveis, a bens materiais e à construção de uma casa própria. Em um país onde imperava racismo e desigualdade, o consumo se tornou uma maneira de obter reconhecimento e respeito. Todavia, esse processo foi interrompido pela recessão econômica em 2014, que causou uma crise de autoestima que afetou principalmente os homens. Houve uma bifurcação de gênero que resultou em uma forte rejeição de Bolsonaro entre as mulheres, enquanto homens experimentaram uma perda de seu lugar no mundo. Com isso, uma figura masculina de Bolsonaro em sua campanha tornou possível uma reconciliação da identidade pessoal e pertencimento político, prometendo mudança através da ordem e inspirando visões de mundo individualistas, conservadoras, misóginas e punitivistas.

Em suma, o governo petista e a promoção da cidadania por meio do consumo produziram ambiguidades políticas, com empoderamento das classes menos favorecidas ao mesmo tempo que os bens públicos permaneceram precários. Com a recessão, as pessoas não conseguiram mais consumir bens, que antes era o os empoderava.

[...] se o consumismo se tornou uma questão existencial, sua ausência - em meio a uma crise multidimensional e endividamento - desencadeou uma crise de autoestima. Nesse contexto específico, poucos recursos comunitários ou participativos permaneceram: os bens públicos se deterioraram e as pessoas experimentaram a crise isoladas do coletivo, já que não havia reuniões comunitárias, fóruns ou eventos sociais nos quais as pessoas pudessem discutir e elaborar seus problemas cotidianos. Enquanto as reuniões de orçamento participativo defendiam o processo decisório coletivo, o bolsonarismo representava o oposto: uma figura masculina única que atuaria como um salvador nacional. Esse candidato representava tanto a grande promessa de restaurar a ordem social quanto uma oportunidade de reconciliar a crise de identidade prevalente entre os homens durante o auge da crise nacional (PINHEIRO-MACHADO, SCALCO, 2020, p. 15)

Na mesma direção, Couto (2015) argumenta que redistribuição realizada pelos governos do PT em favor dos mais pobres teria gerado, a um só tempo, maior identificação entre as classes desfavorecidas e o partido, e uma perda de apoio entre as classes médias. A classe C, formada por emergentes e beneficiários das políticas redistributivas da presidência de Lula, mostraram bem menos apoio ao governo que as classes mais baixas, uma vez que atribuíram sua ascensão social mais a seu próprio mérito do que aos benefícios concedidos pelo governo. Assim, o PT ganhou apoio dos mais pobres, mas via cada vez menos apoio das classes médias e setores emergentes, cuja insatisfação com a corrupção, violência e inflação fez com que participassem cada vez mais de manifestações, e essas foram vocalizadas em veículos de mídia e redes sociais, disseminando reforço dessas convicções. Contribuíram para o desgaste do partido junto aos eleitores os escândalos de corrupção, exponenciados por uma mídia crítica ao governo, mas também fatores econômicos: todos os setores foram beneficiados durante o governo Lula, mas principalmente os mais pobres, e a percepção disso se agravou no governo Dilma.

Dessa forma, ainda de acordo com Couto, a classe média passou por uma perda relativa de status, uma vez que a classe ascendente passou a ter similar capacidade de consumo, essa perda de distinção despertou um ressentimento, manifestado reiteradamente em demonstrações discriminatórias em contextos diversos e redes sociais. esses fatores unidos à queda no desempenho da economia fizeram com que em 2014 as eleições fossem bem mais

acirradas. As jornadas de junho de 2013 foram, nesse sentido, expressão do esgotamento de um ciclo; o progresso social gerou um paradoxo, aumentou as expectativas da população para um patamar que não pode ser satisfeito por esse próprio processo (TOCQUEVILLE, 2017).

Considerando o papel central que as classes médias desempenharam nos acontecimentos políticos aqui descritos, Cardoso (2020) argumenta que estas lidam com três desafios identitários; o primeiro deles diz respeito à necessidade de construir e proteger suas posições sociais e econômicas. Exemplos disso são o restrito acesso a posições da classe média superior e tentativa de assegurar a herança de classe dos filhos por transferência de patrimônio ou por educação de qualidade desde a alfabetização até a entrada na universidade. O segundo desafio identitário é proteger-se do risco de proletarização quando alguns segmentos da classe média não têm meios de fechar seus mercados de trabalho ou garantir privilégios, como parte dos servidores públicos o fazem. Já o terceiro desafio é se proteger contra a desclassificação que uma possível perda de status ou prestígio social traria, todavia, com a ascensão social das classes mais baixas a distância entre elas e classe média diminui.

As classes médias, então, convivem com o temor de perder o que conquistaram com esforço e risco, principalmente para as classes médias baixas, que ocupam posições mais vulneráveis devido ao mercado de trabalho instável. Uma consequência disso é a necessidade de se reafirmar como classe social, de forma a impor distanciamento econômico das classes mais baixas, as classes operárias e populares das quais muitas vezes os integrantes da classe média saíram (CARDOSO, 2020). Com a ascensão das classes baixas por meio do consumo, espaços que antes eram ocupados predominantemente pelas classes médias, semipúblicos, mas vistos por elas como privativos e de circulação controlada, como shopping centers, bairros nobres e aeroportos, passam a ser frequentados por classes menos privilegiadas. Portanto, a desclassificação pode ocorrer de maneira real, por meio da perda de renda, mas também pode se dar a partir de uma sensação de privação relativa, que se dá a partir da perda de privilégios em relação às classes baixas das quais se pretende distanciar.

Por fim, Cardoso (2020) argumenta que os três desafios identitários da classe média se desdobram em consequências políticas. Os interesses definidos e compartilhados por indivíduos que ocupam a mesma posição de classe foram usados pela nova direita para sua organização e articulação de seus valores. Como eleitores, membros dessa classe podem favorecer projetos políticos que visem garantir suas posições com programas tais quais, por exemplo, redução da inflação para aumentar o poder salarial, geração de empregos de classe

média e medidas que mantenham as classes baixas “em seu devido lugar”, de forma a anular essa privação relativa e perda de privilégios. A ação das classes médias a partir de 2013 revelou facetas de uma identidade social que foi reprimida ao longo do tempo. Esses alinhamentos políticos e identitários definidos a partir de recursos materiais, culturais, simbólicos e discursivos, ajudaram a promover a eleição de Bolsonaro.

Sustento, também, que as classes médias foram protagonistas na configuração do político como ambiente de conflitos irreconciliáveis e irreduzíveis, que gerou uma dinâmica de polarização política que extravasou os limites das classes médias, mobilizando outras classes e segmentos de classe, o que terminaria por favorecer Bolsonaro. Mas esse resultado não estava dado no processo de polarização. Pretendo mostrar que a escalada da radicalização das posições políticas construiu, ano a ano e com cume em 2018, um ambiente insuportável, que alimentou sentimentos de rejeição ao sistema político como um todo em parcelas expressivas da população (CARDOSO, 2020)

A respeito do comportamento de classes e considerando a ascensão da dita nova classe média, Rennó e Turgeon (2016) testaram hipóteses acerca da influência da estratificação social e mobilidade social em atitudes políticas dos brasileiros. Os autores investigaram como o posicionamento nas classes sociais e mobilidade social afetaria atitudes políticas como não-opinião, extremismo atitudinal e heterogeneidade intraclasse de opiniões. A conclusão foi que as classes médias compartilham visões de mundo semelhantes às das classes altas, e os mais pobres se diferenciam de ambas. Em outras palavras, o estudo apontou diferença atitudinal entre ricos e pobres quanto às visões sobre política e sociedade no país, mas a dita “nova classe média” não apresenta nada de novo.

Outro trabalho que relacionou a reestruturação das classes no Brasil ao comportamento político foi desempenhado por Borges e Vidigal (2018), que argumentam que, de modo geral, ocorreram duas tendências convergentes quanto à organização dos partidos no eleitorado no período anterior à eleição de Bolsonaro. De um lado, um fortalecimento dos sentimentos partidários associados aos dois principais partidos que competiam pela presidência: esse processo se caracterizou pela “internalização” da bipolaridade PT-PSDB. Por outro lado, houve um processo de polarização partidária do eleitorado, motivado em parte por uma reação dos setores médios da sociedade contra as políticas públicas redistributivas levadas a cabo pelo PT. Ou seja, cada vez mais as divisões partidárias estariam associadas às divisões sociais, de modo que os eleitores identificados com o PT (ou o PSDB) seriam cada vez mais semelhantes entre si, e cada vez mais diferentes daqueles identificados com o PSDB (ou o PT).

Em resumo, a literatura aponta que as classes médias buscam se diferenciar das classes mais baixas como modo de reafirmar seu status (CARDOSO, 2018), e se aproximam ideologicamente das classes mais altas (RENNÓ E TURGEON, 2016). A melhora do poder aquisitivo e modo de consumo das classes emergentes (PINHEIRO-MACHADO, SCALCO, 2020) fizeram com que, comparativamente, a classe média tenha sentido uma queda relativa em sua posição social, uma vez que as classes baixas se aproximavam dela em hábitos de consumo. Ou seja, foi criado um ressentimento nessa classe (COUTO 2014), que tinha se beneficiado menos no governo petista.

Por mais que o impeachment da presidenta Dilma após as acirradas eleições de 2014 possa ser considerado o despertar da revolta da classe média com as políticas petistas de reformismo e ascensão das classes baixas, as tentativas de minar o governo de centro-esquerda já vinham ocorrendo bem antes; de acordo com Jessé Souza:

A operação Lava Jato foi desde seu começo uma caça aos petistas e a seu líder maior, como forma de garantir e assegurar a mesma distância social em relação aos pobres que não os torne tão ameaçadores como eles haviam se tornado com Lula. O maior perigo representado pelos pobres foi quando eles começaram a poder entrar para a universidade pública, reduto dos privilégios da classe média, pois durante a administração do PT aumentou de 3 para 8 milhões o número de matriculados. Se não fosse essa a razão, o que faria os “camisas amarelas” [...] ficarem em casa quietinhos, agora, em meados de 2017, quando a corrupção real mostra sua pior face? Se fosse a corrupção o que indignasse esse povo, o painelço deveria ser ensurdecido [...] É a seletividade da corrupção não só apenas no Estado, mas apenas dos partidos de esquerda, que querem diminuir a distância entre as classes sociais, o que verdadeiramente move e comove nossos “camisas amarelas” (SOUZA, 2018)

Souza (SOUZA, 2017) e Valim (2017) estão de acordo a respeito do uso da corrupção como arma legal utilizada por campos da elite sempre que existem políticas que envolvam inclusão dos setores marginalizados da população, o que acarretaria aumento salarial dos trabalhadores, ou criação pelo Estado de políticas de desenvolvimento a longo prazo. Jessé Souza se aprofunda ainda na configuração do corrupto como inimigo: uma vez que o combate à desigualdade social é um valor universal que não pode ser atacado sem prejuízos, ela deve ser combatida com outra bandeira inatacável, e assim usa-se a corrupção.

Cardoso (2020) relata que as eleições de 2014 foram caracterizadas pela intensificação da polarização política principalmente por conta das direitas e seu antipetismo, impulsionadas pelas denúncias de corrupção da lava-jato. Depois da acirrada vitória de Dilma, as posições políticas se tornaram irreduzíveis umas às outras, inegociáveis. Dentre esses fatores que causaram isso estavam o não reconhecimento da derrota por parte do candidato de oposição

Aécio Neves, a reorientação de Dilma em prol da adoção de medidas de ajuste neoliberal, e a ascensão de Eduardo Cunha, opositorista do governo, como presidente da Câmara. Com isso, as manifestações pelo impeachment da presidenta começaram já em 2015, e seguiram tomando força até o Impeachment de 2016. No conflito entre neoliberalismo e democracia, o resultado do processo de impeachment contra Dilma Rousseff enfraqueceu as instituições democráticas e abriu espaço para "outsiders". Quanto aos determinantes estruturais do fenômeno bolsonarista que veio em seguida, o autor destacou o papel do Poder Judiciário e dos militares, que se uniram para cercear as instituições democráticas.

Sustento que esse resultado é incompreensível sem menção aos processos identitários das classes médias (medo da queda, medo da proletarização, anseio por mobilidade social, ideologia meritocrática), que terminaram por engolfar as demais classes em disputa. Esses processos identitários reduziram a luta política à guerra de extermínio entre “coxinhas” e “petralhas” e configuraram o político como campo não de negociação dos fins da ação pública, mas de conflito irreconciliável entre opositores que não reconheciam no adversário direito à existência. Tiveram papel central, aqui, as interações radicalizadas em bolhas de filtro nas redes sociais, a Operação Lava Jato e a imprensa empresarial. As classes médias ganharam centralidade na delimitação dos conteúdos da luta política, que, nesse sentido preciso, foi um processo típico de formação de classe referenciado no exercício do poder de Estado. (CARDOSO, 2020)

Após o Impeachment, houve uma grande frequência de estudos acerca do autoritarismo, e, além disso, passaram a ser relevantes as considerações sobre antipetismo e antipartidarismo e o papel desses elementos no agravamento da crise política e de representação. Estudos mostraram que em 2018, cerca de 10% do eleitorado se identificava com o PT, porém cerca de 1/3 o rejeitava, principalmente os eleitores com ensino superior, fazendo com que o antipetismo fosse um dos temas mais centrais da eleição uma vez que quase a totalidade dos eleitores que rejeitam o PT votaram em Bolsonaro (NICOLAU, 2020). Em outras palavras, ser antipetista acarretava ser bolsonarista.

Muito do descontentamento popular era geral, como argumentaram Ortellado e Solano (2016), que analisaram as manifestações pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff. As autoras concluíram que o descontentamento dos manifestantes teve como alvo os partidos políticos de forma geral, e não apenas o Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, a expansão do sentimento antipetista caminhou para um antipartidarismo que acomoda uma variedade mais ampla de alvos, e uma crescente associação entre antipartidarismo e intolerância política. Esse antipartidarismo ocorreu de formas variadas, porém foi um fenômeno que teve um grande papel em determinar as escolhas nas eleições de 2018, principalmente o voto em

Bolsonaro (FUKS; RIBEIRO; BORBA, 2021). Bolsonaro, se passando por um outsider e criticando “tudo isso que está aí”⁷, foi novamente beneficiado.

Samuels e Zucco (2014) argumentam que a corrupção foi considerada uma traição aos princípios do partido, que priorizavam transparência e honestidade, e muitos brasileiros concluíram que a política brasileira mudou o PT mais que o PT mudou a política. Além disso, o partido foi alvo da maior parte da culpa no escândalo da lava-jato, e uma das explicações para tal pode ser simplesmente pela força simbólica e popularidade do partido. Da mesma forma que a visibilidade crescente potencializava a adesão de novos simpatizantes, também expunha o partido a pessoas contrárias, que encontraram no PT um alvo claro; o mesmo não aconteceu com partidos que tinham imagem incoerente e sem significado. Assim, quando um político petista é acusado de corrupção, os eleitores o associam ao partido, enquanto políticos de outros partidos são julgados em um nível mais individual. O estudo também apontou que atitudes sobre corrupção são mais efeito que causa de sentimentos partidários negativos, e a evidência sugere que petistas e antipetistas filtram informações que confirmam noções pré-concebidas e retiram informações contrárias, a fim de manter sua identidade social.

Ainda segundo o estudo de Samuels e Zucco, a maioria dos eleitores que simpatizam com um partido político continuaram sendo petistas mesmo com a queda de partidarismo, assim como a maior parte do antipartidarismo continua sendo de antipetistas. Com isso, o PT pode ser percebido como uma força estruturante forte na política brasileira. Além disso, evidências encontradas apontam que sentidos partidários positivos e negativos têm construção psicológica similar; assim como partidarismo, o antipartidarismo também induz raciocínio motivado e molda o comportamento do eleitor. A distinção entre petistas e antipetistas não está pautada primordialmente nas classes sociais e não pode ser resumida a uma polarização entre liberais e conservadores; o estudo apontou que os grupos têm posição similar quanto a pautas como casamento gay e intervenção do Estado na economia. A diferença entre petistas e antipetistas pode se dar em grande parte por predisposições psicológicas antiautoritárias ou autoritárias.

Sugerimos que o antipetismo surgiu como resposta ao surgimento do PT e à maneira como afirmava que se envolveria na política, promovendo mudanças sociais, políticas e econômicas por meio de uma participação massiva e de base. A capacidade do PT de atrair apoiadores partidários

⁷ QUEIROZ, Antônio Augusto de. A campanha presidencial do “contra tudo que está aí”. Congresso em Foco, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/a-campanha-presidencial-do-contra-tudo-que-esta-ai/>. Acesso em: 29 maio 2024.

cresceu com seu sucesso eleitoral. No entanto, como um ímã cada vez mais poderoso, seu crescimento também afastou cada vez mais os brasileiros que rejeitaram sua abordagem à política, aqueles que viam a democracia com ambivalência desde o início e que se opunham aos esforços do PT para promover mudanças sociais. Ou seja, para se tornar antipetista, não basta apenas desaprovar o desempenho do PT no governo: é necessário rejeitar os princípios ostensivos do PT. O antipetismo não é impulsionado principalmente pela corrupção ou incompetência do PT. Repousa, em vez disso, na oposição à mudança política, social e econômica. Em contraste, o petismo exige não apenas uma predisposição particular para endossar o partido e seus princípios, mas também a possibilidade de recrutamento. [...] No entanto, o fraco desempenho do partido no governo e suas repetidas ligações a escândalos massivos de corrupção têm corroído seu apoio partidário (SAMUELS; ZUCCO, 2018, tradução própria).

Por fim, é possível concluir que o descontentamento foi altamente canalizado para o governo Dilma e seu partido e utilizado para tirá-la do poder e implantar políticas neoliberais ainda mais restritivas quanto às funções do Estado em amenizar a desigualdade social e a pobreza. Valim (2017) relata o estado de exceção em que se deu o Impeachment.

[...] é fundamental desde já compreender que o golpe de estado de 2016 é tão só um exemplo das múltiplas exceções que, se já não sepultaram por completo o combalido Estado de Direito brasileiro, estão em vias de fazê-lo. Na realidade, como restará claro, o principal e mais perigoso agente da exceção no Brasil é o Poder Judiciário. Com efeito, a partir de novembro de 2014, com o início da chamada “Operação Lava jato”, uma série de prisões cautelares de empresários e de agentes públicos, revestidas de grande espetacularização, somadas aos chamados “vazamentos seletivos” de informações, em absoluta orquestração com grandes veículos de comunicação social, criaram as condições sociais e políticas para a instauração do processo de impeachment e a posterior destituição da Presidenta eleita (VALIM 2017, pág. 25.)

Valim relata a ilegalidade das prisões cautelares em nome da ‘defesa da ordem pública’ ocorridas nesse processo, além de interceptações de conversas telefônicas, incluindo da Presidenta da República por um juiz de primeira instância, que cometeu ilegalidade não só na própria interceptação, mas na quebra de sigilo quanto ordenou sua divulgação. Outro fator marcante foi a perseguição criminal contra o Ex-Presidente Lula, durante a qual ocorreram evidentes inconstitucionalidades no exercício da função jurisdicional. Princípios fundamentais como juiz natural, imparcialidade e presunção de inocência foram desrespeitados, transformando o processo em um espetáculo com o apoio da mídia e de grupos destilavam ódio nas ruas e nas redes sociais.

Os argumentos para a deflagração do processo de impeachment foram as “pedaladas fiscais”, ou seja, o atraso dos pagamentos para o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e uso desse dinheiro para programas sociais como "Bolsa Família" e "Minha Casa, Minha Vida" e

criação de créditos suplementares sem permissão legal. De acordo com a legislação brasileira, essas ações jamais deveriam ser consideradas crimes de responsabilidade, sendo insuficientes para justificar o impeachment de uma Chefe do Poder Executivo Federal (VALIM 2017). No entanto, no dia 31 de agosto de 2016, com uma espetacular amostra de misoginia e justificativas desconexas como pela “pátria” e “família”, a Câmara aprovou o impeachment da presidenta. Foi destaque a fala de Bolsonaro, que justificou seu voto “contra o comunismo” e saudou o chefe do DOI-Codi do Exército de São Paulo, órgão de repressão política do governo militar:

"Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu os trabalhos dessa Casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim."⁸

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, ao menos 50 pessoas foram assassinadas ou desapareceram e outras 500 foram torturadas sob o comando do coronel⁹. Para somar ao absurdo, Dilma Rousseff havia sido torturada durante a ditadura militar quando era uma estudante de 22 anos, presa por “subversão” e falsamente acusada por crimes como atos terroristas, assaltos a bancos e sequestros¹⁰. Bolsonaro nunca foi punido por sua apologia à tortura.

A partir da consagração do impeachment, o Vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente a presidência e compôs um novo governo, substituiu ministros e autoridades, e se aliou ao parlamento. Durante esse período foram aprovadas diversas medidas de austeridade que causaram desmonte de direitos e proteção social, como a reforma da previdência e a reforma trabalhista. A população ficou exposta à destruição dos mecanismos estatais que protegiam as camadas mais baixas contra os efeitos mais severos da desigualdade social e da pobreza.

⁸ “Há 5 anos Câmara abria impeachment de Dilma e Bolsonaro louvada Ustra”, Poder 360l. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ha-5-anos-camara-abria-impeachment-de-dilma-e-bolsonaro-louvava-ustra/>

⁹ “Um retrato do torturador comandante Brilhante Ustra, segundo as suas vítimas”, El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/20/politica/1461180363_636737.html

¹⁰ “Saiba por que Dilma foi presa e torturada durante Ditadura Militar”, UOL Notícias. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/por-que-dilma-foi-presa-e-torturada-ditadura-militar-16592985>

Passada essa turbulência e radicalização que surpreendeu muitos dos cientistas sociais, é possível ver nitidamente os elementos que formaram o bolsonarismo e a extrema direita brasileira como ela é hoje. A literatura abordada evidenciou o papel do ressentimento de classe, as expectativas dos cidadãos, principalmente de classe média, a respeito de seu próprio bem-estar e status aumentada e depois frustrada. Ficam evidentes também o descontentamento popular se transformando em antipartidarismo e em antipolítica, a contribuição da mídia ao crescimento da frustração e antipartidarismo, a tolerância com os discursos de ódio de Bolsonaro antes mesmo de sua candidatura, e, por fim o avanço das políticas neoliberais após a retirada da centro esquerda do poder.

A ascensão do Bolsonarismo

A eleição de Bolsonaro pegou grande parte da comunidade acadêmica de surpresa, fazendo cair por terra diversas teorias e presunções que, até então, eram consideradas fundamentais na ciência política brasileira, além de desafiar os métodos tradicionais de análise política. Bolsonaro rompeu com um padrão que colocava como condições necessárias se eleger presidente: caixa expressivo para financiamento de campanha, tempo razoável de propaganda eleitoral e apoio de lideranças estaduais (NICOLAU, 2020). Muitos cientistas políticos inicialmente acreditaram que esta seria uma eleição de um único turno – o candidato que fosse para o segundo turno com Bolsonaro ganharia, pois era considerado altamente improvável que um candidato ao extremo da escala ideológica conseguisse vencer as eleições presidenciais; tradicionalmente os políticos eleitos eram mais voltados ao centro. As análises iniciais se baseavam na ideia de que o eleitorado brasileiro, historicamente diversificado e moderado, dificilmente se alinharia com um candidato cujas visões políticas eram tão polarizadoras e radicais. Essa teoria de convergência ideológica se baseia na premissa que os eleitores em geral teriam opiniões moderadas, e com isso candidatos extremistas teriam menos chances de obter apoio significativo. Antes de Bolsonaro, vinha se notando uma crescente convergência ideológica do eleitorado, que se deu principalmente em razão do movimento do PT em direção ao centro do espectro político (BORGES; VIDIGAL, 2018).

O discurso bolsonarista conseguiu mobilizar o descontentamento público, a polarização social e o crescente antipetismo, além de utilizar as mídias sociais em proporção inédita a fim de influenciar a opinião pública, angariando e mobilizando uma base de apoiadores fervorosos. Dessa forma, o movimento conseguiu articular um apoio amplo e diversificado, o

que transformou um partido minúsculo na 2ª maior bancada parlamentar. A virada eleitoral tornou evidente a necessidade de uma análise mais aprofundada das dinâmicas sociais, culturais e comunicacionais que impulsionam a política contemporânea, destacando a importância de considerar fatores imprevisíveis e dinâmicos ao estudar o comportamento eleitoral e os resultados políticos no Brasil. A propagação de discursos autoritários e a favor da militarização do governo também forçou os estudiosos a reavaliarem conceitos previamente estabelecidos sobre a estabilidade democrática no país.

As dinâmicas políticas acontecem hoje em um ritmo muito mais acelerado quando se compara aos anos anteriores à popularização das redes sociais como fonte de informações políticas; se antes uma pesquisa eleitoral feita posteriormente ao último debate presidencial em TV aberta poderia ser eficaz em prever os resultados, hoje a viralização de um conteúdo pode rapidamente causar impacto na opinião pública e virar o jogo eleitoral. Métodos quantitativos tradicionalmente usados na ciência política brasileira muitas vezes não conseguem capturar a complexidade dessas dinâmicas políticas em tempo real com a velocidade da nova dinâmica de informação política, o que tem levado os acadêmicos a explorar abordagens interdisciplinares e qualitativas mais profundas, como etnografias digitais, estudos de caso detalhados e análises de discurso.

Em conclusão, a literatura utilizada aqui para compreender a ascensão do Bolsonarismo foi levantada primeiramente com intuito de analisar as particularidades do contexto brasileiro. Foram destacados o papel desempenhado por elementos como desilusão política, a crise econômica, as demandas por segurança e o uso estratégico das redes sociais na disseminação de notícias falsas e mensagens que reforçam o sistema de valores e crenças que é o bolsonarismo. O aprofundamento nessa literatura se dá no capítulo 3, onde são debatidos elementos peculiares ao bolsonarismo, e para além disso, os como padrões e tendências desse movimento se relacionam ao avanço da extrema direita populista nos Estados Unidos, liderada por Trump. A seguir, é feita uma contextualização dos principais fatores políticos e socioeconômicos no cenário americano que pavimentaram o caminho para que Trump chegasse ao poder.

2.2 Make America Great Again: do incipiente conservadorismo libertário à casa Branca

De acordo com (MUDDE, 2017), antes de Trump a extrema direita estava presente na mídia estadunidense em maior parte como associada a movimentos na Europa. A maioria dos estadunidenses acredita que a extrema direita estava somente à margem da política do país, com uma história limitada em episódios como a luta por direitos civis em 1960. Todavia, as políticas de extrema direita na verdade têm história mais longa nos EUA que na Europa, principalmente como uma força política. As políticas de extrema direita começaram pelo menos no século 19, com o movimento dos *Know-Nothing*¹¹ e com o nativismo influenciando fortemente políticas públicas. Apesar disso, a extrema direita falhou em se estabelecer como uma força política a nível nacional, primeiro pela força do sistema bipartidário já estabelecido, mas também por falta de organização política. Os dois partidos, por mais que nunca pudessem ser descritos como puro exemplo de política de extrema direita, foram influenciados por esse movimento durante diversos períodos, principalmente a níveis estaduais e locais.

Portanto, ainda de acordo com Mudde, além do nativismo, o autoritarismo e o populismo também são recorrentemente encontrados nas políticas públicas na defesa de uma sociedade em que infrações de ordem são punidas severamente. O “amor e respeito por autoridade”, expressão que remete sutilmente ao autoritarismo, é característica pilar tanto do conservadorismo quanto de várias vertentes de cristianismo. Essa ideia é uma das principais dentro do partido republicano, associada a posicionamentos favoráveis a guerra às drogas e pena de morte. O autoritarismo está fortemente presente na população estadunidense, tanto que as forças militares e policiais são fortemente celebradas, e estão entre as instituições em que a população mais confia. O populismo, por último, é uma longa tradição no país, começando já com os *Founding Fathers* (Fundadores da constituição do país) que de acordo com a visão popular eram adeptos ao significado por trás da expressão “We the People”¹².

¹¹ O Partido Nativo Americano, posteriormente renomeado como Partido Americano, surgiu na metade do século XIX e ficou conhecido pelo movimento “Know Nothing” uma vez que membros da organização secreta, quando questionados sobre suas atividades, respondiam “Eu não sei de nada”. Segundo Mudde (2017), esse provavelmente foi o primeiro partido puramente nativista do mundo ocidental, ganhando poder político significativo nos níveis local e regional enquanto lutava contra imigrantes católicos da Irlanda e da Alemanha. Os *know nothings* também foram responsáveis por uma série de violências públicas, principalmente motivadas por eleições para prefeito em cidades como Baltimore e Louisville. O movimento desapareceu tão rapidamente quanto surgiu.

¹² A democracia estadunidense se caracteriza pela união de duas visões contrastantes, registradas na elaboração de sua constituição. James Madison, o quarto presidente dos EUA, tinha uma visão mais elitista e defendia uma participação limitada do povo no governo por acreditar que as pessoas agem naturalmente por interesse próprio,

Ainda que populistas raramente se tornem uma força a nível nacional no país, tal como o nativismo, ele está presente em grandes nomes das políticas regionais desde o século 19. O nativismo dos países europeus costuma ser uma força maior comparado aos EUA, mas na política estadunidense o autoritarismo e o populismo estão mais presentes. O posicionamento autoritário no país normalmente é acerca de tópicos como o aborto, pena de morte, legalização de drogas, e os argumentos para isso são fortemente religiosos.

Nesse capítulo, será abordada a mais recente história política estadunidense, os principais movimentos que influenciaram suas políticas e a influência exercida para além das fronteiras do país. Primeiramente, será abordado o surgimento da coalizão neoconservadora que ganhou cada vez mais influência no partido republicano a partir da década de 80, apoiando a eleição de Reagan em 1980 e George W. Bush em 2000, com temas como oposição ao aborto, aos direitos dos homossexuais e ao feminismo. Esse período foi marcado por influência significativa da direita cristã tanto na política interna quanto na externa, com apoio à intervenção militar contra o comunismo na América Central. Além disso, é relevante compreender como esse movimento neoconservador se expandiu e influenciou a política brasileira a partir do período da guerra fria até os tempos atuais.

A segunda tendência política abordada é o neoliberalismo progressista, principalmente a partir da gestão de Bill Clinton (1993-2001), durante a qual a ala Clintoniana do Partido Democrata desarticulou a antiga aliança do *New Deal* e passou a adotar políticas mais centristas e pró-negócios, enquanto contava com apoio de grupos diversos. Segundo Fraser (2018) o neoliberalismo progressista conseguiu prevalecer naquele período, mas os diversos problemas sociais acarretados pela implementação dessas políticas hoje ameaçam sua hegemonia, fazendo com que alternativas populistas ganhem força.

e logo democracia “demais” seria condenável. Em sentido contrário, a visão populista do terceiro presidente, Thomas Jefferson, considerava as pessoas como virtuosas e capazes de agir pelo bem comum. Enquanto a visão de Madison prevaleceu no conteúdo da constituição e influenciou grande parte dela para limitar a democracia e proteger o governo dos desejos diretos do povo (como não permitir eleições diretas exceto na Casa dos Representantes), Jefferson deu origem ao preâmbulo (“We the People”) e deixou um forte legado quando enfatizou a importância do governo “do povo, pelo povo, para o povo”, conforme imortalizado por Abraham Lincoln. Atualmente, a influência de Jefferson na identidade política americana persiste, com políticos de ambos os partidos reivindicando representar “o povo” contra “a elite”(MUDDE, 2017).

A história recente do neoconservadorismo americano: de Reagan a Trump

Lacerda (2018) narra que a partir da década de 1950 os evangélicos nos Estados Unidos passaram a se envolver politicamente, em suporte ao capitalismo e ao anticomunismo em um contexto de Guerra Fria. Se a direita cristã era antes pouco articulada, mobilizando-se em torno de TVs evangélicas, clérigos e eleitorados esparsos, isso se alterou nos anos 70, quando passou a adquirir estrutura organizacional e poder de massa. A partir disso, passou a exercer influência política, se promovendo em resposta ao avanço das pautas feministas e dos direitos dos homossexuais. Em 1980, essa mobilização culminou na formação de uma coalizão neoconservadora. A direita secular, que já levantava as bandeiras de anticomunismo, tradicionalismo moral e liberalismo econômico, passou a alimentar a direita cristã, motivada pelo poder eleitoral dos evangélicos e inclinação a dar suporte a essas pautas. A participação dos evangélicos culminou na eleição de Reagan em 1980 e a obtenção de uma maioria republicana no Congresso, consolidando uma política que une religião e nacionalismo americano.

Neste cenário, a direita cristã buscou legitimar suas pautas conservadoras por se posicionar como “maioria moral”, passando a integrar o grupo político mais homogêneo e bem-organizado dos EUA, o que a colocava em posição forte para ir contra políticas progressistas e defender valores tradicionais relacionados à família, sexualidade, e reprodução, fundamentados em princípios cristãos (LACERDA 2018). Durante o governo Reagan, o movimento se refletiu na política internacional, especialmente na América Latina, onde as organizações evangélicas buscaram combater o comunismo e promover influência norte-americana, marcando profundamente tanto o cenário político quanto social americano e estendendo sua influência além das fronteiras dos EUA.

Conforme o neoconservadorismo ganhou força, ele exerceu uma influência marcante no Partido Republicano ao longo dos anos em diversas áreas. Na política externa, ele impulsionou uma abordagem mais intervencionista, principalmente quanto à atuação militar, à segurança nacional e à promoção da democracia no exterior. Os neoconservadores também foram ativos na defesa de políticas econômicas favoráveis ao livre mercado e na promoção de valores tradicionais e conservadores. Além disso, promoveu o desenvolvimento de diversas redes de suporte ligadas a *think tanks* e grupos políticos que exerciam pressão no partido republicano; influência tal que ajudou a moldar a agenda e as pautas do partido. Ao longo do tempo, os neoconservadores se tornaram uma parte integral da colisão republicana, ao lado de

grupos cristãos fundamentalistas e de capitalistas da região do “cinturão do sol” (HIGH, 2009).

Brenner (2007) destaca que a virada para a direita ganhou ímpeto durante a administração de Ronald Reagan, que, ao parecer aumentar as esperanças republicanas de poder nacional, deu aos sulistas uma razão para romper laços de longa data com os Democratas. Sobre o programa republicano:

[...] Se propunha a atrair especialmente homens brancos da classe trabalhadora, que sofriam com o declínio econômico de longo prazo, agravado por novas ameaças à autoridade patriarcal. Com essas forças, combinadas com seus apoiadores tradicionais nos remanescentes das pequenas cidades americanas, a direita republicana parecia ter o potencial eleitoral para ir além da versão anêmica do estado de bem-estar social americano e lançar um novo projeto imperial. Em outras palavras, poderia esperar acumular apoio suficiente da classe trabalhadora branca para realizar seu projeto abertamente anti-classe trabalhadora e, assim, superar o problema que assolava a direita americana desde Goldwater: como ganhar apoio eleitoral para um programa doméstico que era transparentemente contra os interesses econômicos da grande massa da população e uma política externa que parecia tanto imprudente quanto redundante? A resposta, como vimos, foi olhar para o Sul, tanto como modelo quanto como base eleitoral, para construir uma ideologia individualista antiestatista fundamentada na supremacia branca, na defesa da família patriarcal e no fundamentalismo protestante (BRENNER, 2007)

Assim, direita republicana foi bem-sucedida em construir uma fórmula ideológica de colocar o estado liberal como ameaça ao status quo de segregação racial e aos 'valores tradicionais da família', e, por sua vez, isso permitiu que o partido disputasse pelo poder com um programa “descaradamente pró-negócios” (BRENNER, 2007). Os alvos dessa política eram os aspectos-chave do acordo New Deal-Great Society que nenhuma administração, democrata ou republicana, havia ousado mencionar: Seguridade Social, tributação progressiva e regime regulatório empresarial. Todavia, a recessão de 1981-82 interrompeu a revolução de Reagan, e assim permitiu que os democratas recuperassem em número na Câmara. A recessão obrigou Reagan a revogar boa parte de seus alívios fiscais para os mais ricos, além de restaurar uma parcela significativa dos gastos sociais.

A influência do neoconservadorismo Americano na atuação da direita brasileira

Lacerda (2018) relata que quando o ativismo neoliberal começou nos Estados Unidos, ele veio como uma resposta a ameaça representada pelas políticas de bem-estar social, que visavam reduzir a desigualdade, e também pelo reconhecimento pelo poder público dos movimentos LGBTQIA+ e feminista. Já no Brasil, essa ação neoconservadora tem como foco principal questões reprodutivas e sobre a sexualidade, e como isso é despertada com avanços feministas e LGBT. Em ambos os países, as respostas para medidas progressistas procuram limitar ou banir o aborto, reforçar a ideia de família tradicional como pilar da sociedade, e afirmar repúdio a famílias formadas por casais homossexuais.

Segundo Lacerda, a política externa reaganista no contexto da Guerra Fria objetivava, primeiramente, colocar os EUA como potência hegemônica no âmbito internacional, e, além disso, consolidar o capitalismo como o modo de produção vigente a nível global. Atualmente, décadas após o desfecho da guerra, essa política deixa vestígios ideológicos: ainda existe no Brasil uma agenda de combate ao socialismo, a Cuba, ou ao bolívarismo, reforçados pelo crescimento do antipetismo. Todavia, ao contrário do que ocorreu nos EUA, isso não ocorre com finalidade de projeção de poder; para a autora, o Brasil tem um conservadorismo subalterno. Essa atuação é protagonizada pela direita cristã, principalmente evangélicos, mas com participação relevante de católicos.

Dessa forma, o que existe são vasos comunicantes que estão presentes no Brasil desde a ofensiva de missões evangélicas no governo Reagan à América Latina; por exemplo, as editoras estadunidenses instaladas no Brasil na época frequentemente associavam o comunismo com forças diabólicas relatadas nas profecias bíblicas. Por sua vez, essa mentalidade influenciou a postura evangélica no apoio à ditadura militar, que passou a ser vista como um movimento combativo ao comunismo ateu (CHESNUT, 1997, apud LACERDA 2018). Mais tarde, assim como ocorreu nos EUA, setores do mercado financeiro passaram a contar com o apoio dos evangélicos às suas pautas centrais, tanto por propensão à adesão à agenda quanto pelo poder social crescente do grupo e sua correspondente força no Congresso.

É possível ver a semelhança das tendências neoconservadoras em ambos os países:

Nos Estados Unidos o marco progressista que instigou a coalizão neoconservadora foi a Emenda de Direitos Iguais (Diamond, 1995; Snyder, 2007). Aqui, houve os pronunciamentos do Ministro da Saúde de Lula pela descriminalização do aborto, o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, a julgamento da constitucionalidade do casamento homoafetivo e o material

educativo contra a homofobia. O neoconservadorismo se opõe a programas governamentais que atendam a esses movimentos, como foi o caso da portaria da cirurgia de transsexualização pelo SUS ou daquela que regulamentou repasses para realização de aborto legal. Um dos pilares da contraofensiva neoconservadora nos EUA foi a proposta de Ato de Proteção da Família, ou Laxalt Bill (Diamond, 1995; Petchesky, 1981). No Brasil há um verdadeiro paralelo dessa proposta, o Estatuto da Família, aprovado em comissão especial em 2016. Coerente com o princípio neoconservador de proibição de materiais educativos que tratem de diversidade de gênero e sexual, opuseram-se ao Programa Escola Sem Homofobia – e impulsionam o que surgiu em reação a ele, o Escola Sem Partido, que restringe a ação dos professores e privilegia os valores morais familiares e religiosos nas escolas. Escola Sem Partido e Estatuto da Família são dois projetos estruturais da ação neoconservadora brasileira, e ambos combatem a chamada ideologia de gênero (LACERDA, 2018, p. 186)

Em suma, essa literatura aponta que existe um ativismo neoconservador na Câmara dos Deputados e argumenta que esse movimento tem origem estadunidense, mas trata-se de um conservadorismo subalterno, periférico e tardio. Esse neoconservadorismo se diferencia de outras ideologias de direita pelo peso atribuído a família tradicional e a questões sexuais/reprodutivas: os neoconservadores no Brasil articulam valores morais, sexuais, punitivistas, neoliberais, em defesa ao Estado de Israel e de combate ao bolivarianismo.

Uma breve contextualização do liberalismo norte-americano e o Partido Democrata

Antes de qualquer comparação que envolva discutir esquerda e direita no Brasil e Estados Unidos, cabe o esclarecimento que a definição de “liberal” é usada de formas muito distintas nos dois países. No Brasil, o liberalismo é associado, primeiramente, a questões econômicas, em direção a uma menor intervenção do Estado na economia. Nos EUA, o significado do termo liberal sofreu alterações durante o último século.

O termo “liberal” na Inglaterra do século XIX, quando foi usado para descrever um conjunto de crenças políticas do Partido Liberal, cujas pautas eram a defesa do livre comércio, a expansão do sufrágio, a proteção das liberdades de imprensa e de religião, além da oposição à intervenção governamental monopolista. Já no início do século XX, o partido passou a apoiar o estado de bem-estar social, a promoção de impostos progressivos e a seguridade social. Nos EUA, o termo “liberal” foi adotado nos anos 1910 para descrever as políticas de Woodrow Wilson, e duas décadas depois foi ressuscitado por Franklin Roosevelt na busca de equilíbrio entre o laissez-faire conservador e o coletivismo socialista (TEXEIRA; JUDIS, 2023).

O liberalismo de Roosevelt, assim como o do século XIX, incluía a defesa da liberdade política e religiosa, mas seu princípio central, e pelo qual se tornou conhecido, era o uso da “nova maquinaria” do governo para efetuar

grandes mudanças sociais e econômicas para os americanos trabalhadores comuns. Em seu discurso sobre o Estado da União de 1944, apenas um ano e três meses antes de morrer, Roosevelt detalhou sua Segunda Carta de Direitos. O direito a um emprego útil e remunerador nas indústrias, lojas, fazendas ou minas da Nação; o direito de ganhar o suficiente para prover alimentação, vestuário e recreação adequados; o direito de todo agricultor a cultivar e vender seus produtos com um retorno que proporcione a ele e sua família uma vida decente; o direito de todo empresário, grande ou pequeno, de negociar em um ambiente livre de competição desleal e dominação por monopólios, domésticos ou estrangeiros; o direito de toda família a uma casa decente; o direito a cuidados médicos adequados e à oportunidade de alcançar e desfrutar de boa saúde; o direito à proteção adequada contra os medos econômicos da velhice, doença, acidente e desemprego; o direito a uma boa educação. (TEIXEIRA; JUDIS, 2023, Conclusão, 5º parágrafo, tradução própria)

Todavia, durante os anos 60, de acordo com Teixeira e Judis (2023), os ativistas na “nova esquerda” passaram a criticar os “liberais da Guerra Fria” e os “liberais corporativos”, condenando os governos Kennedy e Johnson pelo apoio à Guerra do Vietnã e a adaptação das reformas econômicas de acordo com interesses de grandes empresas. Com o fim da guerra, as novas causas defendidas pela nova esquerda, como direitos ao aborto, direitos civis, ações afirmativas, direitos LGBTQ+, e proteção ambiental, passaram a ser associadas ao liberalismo. Esse fator, em conjunto com o declínio do movimento trabalhista e a transformação da base eleitoral do partido para profissionais de nível superior focados em questões sociais e ambientais, fez com que o significado de liberalismo mudasse. A mudança de significado foi concluída no início do século XXI, quando ser liberal passou a significar o interesse em questões como controle de armas, aborto, mudança climática e direitos civis, e a economia passou a ser cada vez menos central nas definições populares de liberalismo.

O termo “conservador” também passou por uma transformação semelhante à do termo “liberal”: se antes os conservadores do Partido Republicano se sobressaíam pela oposição ao comunismo soviético e à regulamentação e tributação governamental das empresas, isso começou a mudar as últimas três décadas do século XX. Embora já houvesse oposição às leis de direitos civis, essa não era sua principal causa. Como foi visto na sessão anterior, o Partido Republicano teve sua agenda e valores centrais redefinidos com o fortalecimento da coalisão conservadora, após o apoio de democratas do sul e do norte que faziam oposição à dessegregação racial, à imigração ilegal e ao controle de armas, além de fundamentalistas e pentecostais conservadores contrários ao posicionamento da Suprema Corte em relação à liberação do aborto.

Ademais, os significados transformados de liberal e conservador foram reforçados a cada campanha política, uma vez que os democratas faziam campanha contra a versão mais extrema do conservadorismo social republicano, e os republicanos, por sua vez, rechaçavam a versão mais extrema do liberalismo social dos democratas. Ao longo do tempo, questionários de aferição de intenção política refletiram essa mudança, focando em questões sociais e culturais, em contrapartida à economia ou política externa, que antes eram centrais ao conservadorismo (TEIXEIRA; JUDIS, 2023).

A definição de liberalismo na próxima seção será a mesma adotada na ciência política brasileira; portanto, quando se fala de neoliberalismo progressista, o neoliberalismo diz respeito ao eixo econômico, e o progressista, ao social.

A ascensão e crise do neoliberalismo progressista

Em sequência à investida republicana vista na sessão anterior, de acordo com Brenner (2007), a resposta do partido democrata foi se adaptar ao avanço republicano para a direita. A princípio, buscou maximizar sua maioria na Câmara, bloqueando iniciativas republicanas e garantindo o apoio financeiro das empresas, mas com o decorrer do tempo acabou por abandonar seu projeto de reforma social. Durante esse período, as grandes corporações intensificaram sua organização política por meio da acumulação de fundos e criação de think-tanks para promover uma agenda pró-negócios. Com isso, era crescente a influência do dinheiro corporativo nas decisões legislativas, especialmente sob os governos Carter e Reagan. Até 1992, os democratas exploraram sua posição na Câmara para garantir financiamento corporativo e usaram redistribuição (gerrymandering) para obter cadeiras extras, mas sua agenda política já havia se deslocado significativamente para a direita. Clinton tentou consolidar uma maioria democrata de longo prazo, mas nesse cenário de preponderância capitalista cada vez mais desenfreada, os democratas haviam passado a promover uma agenda neoliberal pró-negócios e comprometida com uma austeridade permanente. Independentemente das medidas adotadas, o partido democrata ainda contava com o apoio incondicional de sua base negra e da classe trabalhadora. No fim, a preferência empresarial pelos republicanos, a falta de uma identidade política clara dos democratas e a ausência de mobilização de eleitores da classe trabalhadora e pobres deixaram o partido cada vez mais vulnerável.

Descrevendo esse mesmo cenário com um olhar mais abrangente, Fraser (2018) utiliza o conceito de hegemonia de Gramsci para explicar a disputa ideológica que ocorreu no âmbito político dos Estados Unidos, o surgimento de Trump, e a crise de hegemonia global. Fraser relata que, antes de Trump, o liberalismo progressista era o bloco dominante, e esse foi formado a partir da improvável combinação de correntes liberais dos movimentos sociais e dos setores financeiros da economia estadunidense. A política de reconhecimento, que orienta como a sociedade deve atribuir respeito e marcas morais de associação e pertencimento, foi pensada a partir das principais correntes liberais dos movimentos sociais, como multiculturalismo, feminismo, antirracismo, direitos LBGT+ e ambientalismo. Já o componente distributivo desse bloco, ou seja, a visão sobre como a sociedade deve alocar bens divisíveis, era neoliberal, objetivando livrar as forças do mercado da intervenção estatal, financeirizar a economia e enfraquecer as proteções sociais. Em outras palavras, esse bloco progressista-neoliberal combinava um programa econômico neoliberal, que buscava liberalizar e globalizar a economia capitalista, com uma política liberal-meritocrática de reconhecimento.

Ainda segundo Fraser, esse projeto foi pensado por intelectuais de direita a partir do momento em que se percebeu que a versão “fundamentalista” do neoliberalismo não se tornaria hegemônica em um país influenciado pelo *New Deal*, a “revolução dos direitos” e os movimentos sociais da Nova Esquerda. Era necessário “reembalar” o projeto neoliberal, ligá-lo a aspirações não-econômicas de emancipação a fim de dar uma face progressista ao movimento, e assim uma política econômica profundamente regressiva se tornou o centro do novo bloco hegemônico. A política de reconhecimento, mesmo enviesada, seduziu correntes dos movimentos progressistas, uma vez que adicionava carisma e assim moldava um “novo espírito do capitalismo”, exsudando uma aura de emancipação. O que era sombrio passou a ser visto como liberal, cosmopolita e moralmente avançado, e assim políticas que favoreciam acúmulo de riqueza nos estratos superiores ganharam legitimidade.

Os “Novos Democratas” usaram o ingrediente essencial:

uma política progressista de reconhecimento. Recorrendo às forças progressistas da sociedade civil, eles difundiram um ethos de reconhecimento superficialmente igualitário e emancipatório. O núcleo desse ethos eram os ideais de “diversidade”, “empoderamento” das mulheres e direitos LGBTQ; pós-racialismo, multiculturalismo e ambientalismo. Esses ideais foram interpretados de uma forma específica e limitada que era totalmente compatível com a Goldman Sachsificação da economia dos EUA. Proteger o meio ambiente significava comércio de carbono. Promover a posse da casa própria significava empréstimos

subprimes agrupados e revendidos como títulos lastreados em hipotecas. Igualdade significava meritocracia. A redução da igualdade à meritocracia foi especialmente fatídica. O programa neoliberal progressista para atingir uma ordem de status justa não visava a abolir a hierarquia social, mas “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas”, pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo. E esse ideal era inerentemente específico a cada classe: voltado para garantir que indivíduos “merecedores” de “grupos sub-representados” poderiam atingir posições de prestígio e poder aquisitivo igual aos dos homens brancos heterossexuais de sua própria classe. A variante feminista diz isso; mas, infelizmente, não é a única. Focado em “afirmar-se” e “quebrar o teto de vidro”, seus principais beneficiários só poderiam ser os que já possuíam o necessário capital social, cultural e econômico. Todos os outros seriam mantidos no andar de baixo. (FRASER, 2018, p.47)

Fraser relata que, para alcançar a hegemonia, o novo bloco neoliberal progressista teve que superar dois rivais. O primeiro era o neoliberalismo reacionário do partido republicano, que tinha como ponto em comum a política neoliberal de distribuição, porém com reconhecimento reacionário. Esse também visava beneficiar principalmente a elite global, e embora afirmasse apoiar pequenos negócios e manufatura, seu verdadeiro foco econômico estava na promoção das finanças, produção militar e energia extrativa. A ordem de status promovida era etno-nacional, anti-imigrante e cristã, implícita e por vezes explicitamente racista e patriarcal. Seus apoiadores eram evangélicos cristãos, brancos sulistas, americanos rurais e de cidades pequenas, e estratos da classe trabalhadora branca descontente, que passaram a coexistir por décadas com libertários, apoiadores do Tea Party e setores do mundo financeiro, como banqueiros, capitalistas de risco e especuladores de fundos especulativos. Já o segundo rival era a coalizão do New Deal, e assim foi desarticulada a aliança histórica que unia trabalhadores organizados, imigrantes, afro-americanos, classes médias urbanas e parte do grande capital industrial. Essa aliança foi substituída, durante a era Clintoniana do Partido Democrata, por uma composta de empresários, banqueiros, suburbanos, movimentos sociais emergentes, latinos e jovens, ao mesmo tempo que ainda contava com o apoio dos afro-americanos, que sentiam não ter alternativa melhor. Essa era começou em 1992, quando Clinton venceu ao falar sobre diversidade, multiculturalismo e direitos das mulheres, enquanto mantinha vínculos estreitos com interesses financeiros, como Goldman Sachs.

De acordo com Fraser, essa política foi implementada principalmente na gestão de Bill Clinton, e acarretaram esvaziamento dos padrões de vida das classes médias e trabalhadoras, enquanto a riqueza se transferia ao 1% mais rico. Resultaram também na desindustrialização, propagação de trabalho precário e enfraquecimento dos sindicatos. A financeirização, por sua vez, trouxe o dismantelamento das barreiras para a livre circulação do capital, aumento das

dívidas predatórias e a desregulamentação dos bancos. Apesar das ênfases setoriais distintas, o neoliberalismo reacionário e o neoliberalismo progressivo não apresentavam divergência substancial no âmbito da economia política: apoiavam o livre comércio, baixos impostos corporativos, direitos trabalhistas reduzidos, a primazia dos acionistas e a desregulamentação financeira. Apesar do tímido debate sobre impostos aos mais ricos, ambos os blocos elegeram líderes que buscavam grandes barganhas para cortar direitos. Dessa forma, suas diferenças principais estavam relacionadas ao reconhecimento, não à distribuição.

Em conclusão, durante as últimas décadas, essas duas versões de neoliberalismo dominaram o quadro político; não havia oposição à deterioração dos padrões de vida das classes trabalhadoras e médias, e parte do eleitorado ficou sem um representante natural e projetos antineoliberais se enfraqueceram. Fraser relata que, durante a gestão Obama, foram desperdiçadas duas chances de mobilização de apoio para uma mudança do neoliberalismo: a crise financeira de 2008 e os protestos Occupy Wall Street. Durante a crise de 2008 foi definido apenas um objetivo de “recuperação” em contrapartida a uma reforma estrutural, e assim foram financiados com enormes quantias planos de salvamento dos bancos de grande porte que estavam à beira de quebrar, enquanto dez milhões de estadunidenses perderam suas casas em execuções hipotecárias durante a crise. Já o movimento Occupy Wall Street expressou descontentamento com a influência do capital financeiro na política, mas seus efeitos foram contidos, e depois da reeleição de Obama esse descontentamento se transformou em uma crise aberta de autoridade política. Depois disso, a campanha populista de Trump venceu com facilidade as primárias republicanas, enquanto Bernie Sanders, um socialista democrático, desafiou a sucessora de Obama nas primárias democratas. Esses outsiders ocuparam a lacuna hegemônica, preenchendo-a com novos elementos políticos.

Por fim, contextualizando o caso americano dentro do contexto global, Fraser coloca Donald Trump como o garoto-propaganda de uma crise hegemônica global. Para a autora, existe uma crise política que é explicitada pelo colapso da autoridade das classes políticas estabelecidas e dos partidos políticos, que passam a sofrer rejeição generalizada. Ela explica que a classe dominante naturaliza sua dominação estabelecendo os pressupostos de sua visão de mundo como o senso comum da sociedade. Com isso, essa crise geral é uma crise de hegemonia. Assim, a crise política nos Estados Unidos não é apenas um problema isolado, mas está relacionada a diversos desafios em outras áreas que não são diretamente políticas. Esses desafios incluem questões financeiras, como a influência do grande capital nas decisões políticas, a precarização do emprego em setores como o de serviços, o aumento da dívida dos

consumidores para comprar produtos mais baratos de outros lugares, o crescimento das emissões de carbono e eventos climáticos extremos, além da negação das mudanças climáticas. Também estão ligados ao problema o alto número de prisões de pessoas racializadas e a violência policial sistêmica, juntamente com o aumento do estresse nas famílias e comunidades, causado em parte pelo aumento das horas de trabalho e a redução dos auxílios sociais.

2.3 Considerações relevantes

O capítulo buscou fazer um apanhado geral dos históricos recentes dos dois países analisados, considerando principalmente seus movimentos políticos e transformações socioeconômicas. É importante ponderar alguns fatores, uma vez que são países com histórias democráticas díspares, sistemas eleitorais diferentes e problemas socioculturais que refletem cada história. No caso brasileiro, foram levados em consideração os principais fatores levantados pela literatura política no país para explicar a ascensão do bolsonarismo. Notadamente, boa parte da literatura envolve o legado autoritário brasileiro, pelo qual o interesse é novamente despertado quando o bolsonarismo surge. Além disso, foi abordada a promoção de cidadania pelo consumo na era petista, com o empoderamento das classes menos favorecidas, as novas expectativas das classes em ascensão e a ambiguidade política que isso trouxe, além da sensação de estar relativamente desprivilegiada das classes médias, quando os lugares antes ocupados exclusivamente por ela tornaram-se mais acessíveis. A redistribuição em favor das classes mais pobres aumentou a identificação partidária e gerou perda de apoio ao partido vigente nas classes médias, enquanto a classe emergente atribuiu sua ascensão ao próprio mérito, e não às políticas petistas, se posicionando de forma similar à classe média.

A insatisfação popular se fez explícita em grandes manifestações, como a de 2013, e mais tarde, a movimentação da direita que culminou no “Fora Dilma”. Novamente, essas tendências foram vocalizadas em veículos de mídia e redes sociais, disseminando o reforço dessas convicções. Além disso, as expectativas de ascensão social contínua da “nova classe média” passaram a ser ainda mais frustradas com a recessão econômica de 2014, e juntou-se a uma crise política quando foram descobertos diversos escândalos de corrupção, amplamente reverberados pela mídia, e o discurso de insatisfação se espalhou pelo país com a insatisfação com a corrupção, violência e inflação.

Assim, os movimentos de direita conseguiram captar a insatisfação social e o discurso anticorrupção, e tornar crescente o sentimento antipetista. Com a força política da direita, que ganhou força nesse cenário principalmente com os protestos de 2013 e acirradas eleições de 2014, o governo Dilma foi reorientado em prol da adoção de medidas de ajuste neoliberal. Com o impeachment de Dilma como pauta, foi acirrada uma intensa polarização política, e os posicionamentos se tornaram inegociáveis. Desde o Impeachment de 2016, o governo Temer intensificou a agenda neoliberal, criando o Teto de Gastos e promovendo diversos cortes em direitos trabalhistas e previdenciários. O governo Bolsonaro deu continuidade à política neoliberal, além de dobrar a aposta com pautas reacionárias no âmbito cultural.

Na revisão da literatura acerca dos movimentos políticos e socioeconômicos nos EUA, foram destacadas a tendência neoconservadora, e mais tarde o avanço de um neoliberalismo progressista. É importante ressaltar que mesmo com o avanço do neoliberalismo progressista, o conservadorismo continuou presente, ganhando força em momentos como a administração Bush Jr pós os ataques de 11 de setembro, com o combate ao terrorismo e outros valores conservadores implementados em sua política externa¹³, e no ressurgimento do Tea Party em 2010. O Tea Party e ganhou visibilidade quando, em 2009, o correspondente da CNBC Rick Santelli, teve um “desabafo improvisado”¹⁴ e criticou fortemente as políticas de resgate hipotecário da administração Obama. O movimento tem posicionamento fortemente contrário a intervenção do Estado em programas sociais e direitos individuais, principalmente após a gestão Obama implementar suas políticas fiscais, como o resgate financeiro a grandes bancos, estímulos econômicos que incluíam gastos governamentais, e programas com benefícios sociais como o Affordable Care Act (GERVAIS; MORRIS, 2018). A força conservadora reunida pelo movimento preparou o terreno para as eleições de 2016; o conservadorismo está significativamente presente no discurso de Trump, apesar do ex-presidente exibir nuances que divergem de vertentes conservadoras anteriores.

Quando ocorreram as eleições de 2016, a estratégia neoconservadora que o partido republicano adotou nas últimas décadas já enfrentava dificuldade para atrair conservadores

¹³ Se antes dos ataques George W. Bush não estava alinhado com as ideias neoconservadora, após os ataques, a atmosfera direcionou o foco para a política externa e fortaleceu os neoconservadores, que defenderam uma filosofia política pró-Estados Unidos. Bush então adotou a expressão "Eixo do Mal" para descrever Irã, Coreia do Norte e Iraque como países que supostamente apoiavam grupos terroristas. A expressão reflete a visão neoconservadora de um universo moral dividido entre forças do bem e do mal (GARCIA, 2021).

¹⁴ SANTELLI, Rick. 5 years later: Rick Santelli Tea Party rant revisited. CNBC, 24 fev. 2014. Disponível em: <https://www.cnbc.com/2014/02/24/5-years-later-rick-santelli-tea-party-rant-revisited.html>. Acesso em: 29 maio 2024.

mais jovens em com melhor nível educacional. Mudde (2017) coloca que esses grupos são muito mais liberais em questões como direitos das mulheres, de homossexuais e legalização da maconha, por exemplo. A questão do aborto, que ainda é condenado, não é uma prioridade. Além disso, os republicanos mais jovens e os não-brancos não atribuem importância para a política externa intervencionista neoconservadora. Para o autor, Trump combina um posicionamento inconsistente na dimensão socioeconômica, defendendo uma infraestrutura massiva patrocinada pelo Estado e uma desregulação radical da economia, ao mesmo tempo que adota uma postura fortemente à direita em relação à dimensão sociocultural, fomentando fortemente discursos autoritários e nativistas. Essa combinação conecta o GOP ao seu eleitorado de modo muito mais forte que a posição neoconservadora tradicional do partido republicano. A posição mais flexível de Trump no quesito econômico aliado a uma ênfase na dimensão sociocultural, principalmente em relação à imigração, se adequa melhor ao posicionamento da classe média branca norte-americana.

Em contrapartida, ao priorizar uma posição nativista, Trump faz com que estadunidenses não brancos, mesmo conservadores, tenham mais dificuldade em apoiá-lo. Em outras palavras, enquanto Trump conseguiu alinhar o Partido Republicano à sua base principal, isso ocorreu às custas de quase todos os eleitores não-brancos. Para Mudde, essa estratégia provavelmente tem uma vida de curta duração. Na próxima década, a maioria dos estados serão compostos de uma maioria da população formada pelo conjunto de vários grupos minoritários, especialmente no Sudeste (como Flórida e Geórgia), e por isso os custos a longo prazo dessa estratégia para o partido político serão muito maiores do que os benefícios de curto prazo que ela pode proporcionar.

No Brasil, com a volta de Lula à disputa eleitoral e sua vitória nas eleições seguintes e denúncias do envolvimento do clã Bolsonaro em escândalos de corrupção e da irresponsabilidade negacionista e genocida do ex-presidente durante a pandemia, o bolsonarismo teve uma queda em termos de visibilidade. Todavia, o bolsonarismo é maior que Bolsonaro, assim como a extrema-direita nos EUA vai além de Trump.

3. Trumpismo e Bolsonarismo: similaridades e diferenças

Esta seção objetiva compreender a complexa interseção entre o Trumpismo e o Bolsonarismo, de forma a analisar cuidadosamente os fatores comuns apresentados por esses movimentos políticos, e compreender quais elementos são contextuais do cenário político, histórico e social de cada nação. Em primeiro momento, o capítulo se apoia na literatura atual a respeito da extrema direita populista global, para complementá-la e compará-la com os trabalhos que analisam o bolsonarismo ou o trumpismo como fenômenos singulares. Dessa forma, é utilizada em primeiro momento a definição de Mudde (2017) amplamente adotada na literatura quanto à extrema direita populista global, que divide os eixos desse movimento como populismo, nativismo e autoritarismo, e agregadas as considerações feitas por Kaltwasser e Zanotti (2023) a respeito de como esses eixos podem variar em cada nação conforme o contexto histórico-social. Essa estrutura tem objetivo de categorizar os fatores observados em ambos os países, a fim de facilitar a comparação de como os elementos do populismo de direita funciona em cada um.

Dessa forma, a primeira seção visa compreender como se dá o fator populista nos movimentos analisados, ou seja, como a retórica desses movimentos divide a nação harmônica da elite corrupta, bem como a orientação econômica desses movimentos, e como a corrupção é utilizada como arma para atacar qualquer oposição. Todos esses elementos foram integrados à seção populismo por serem essenciais da distinção entre nós/eles, entre o povo virtuoso e a elite corrupta. A segunda seção se dedica ao fator nativismo, e se aprofunda na construção do “outro” e na harmonização e unificação do povo puro, a fim de identificar quais setores da sociedade são explorados como o inimigo do populismo e como o discurso nativista se adapta ao contexto de cada país. Por fim, a terceira seção teórica aborda o autoritarismo desses movimentos, considerando suas diferentes trajetórias históricas.

3.1 O populismo em Bolsonaro e Trump

A fim de assimilar o elemento populista dos governos analisados, é preciso entender os elementos componentes da dicotomia “povo” e “elite”. Esta seção analisa a construção desse sistema de ideias que caracteriza o discurso populista nos dois governos, e primeiramente é necessário identificar quem pode ser considerado da “elite” a ser combatida pelo povo no

Brasil e nos Estados Unidos. A estrutura em que se organiza a comparação das características desses movimentos é dada a partir da definição de Mudde (2017), que divide os principais componentes ideológicos da extrema direita populista global pelos eixos nativismo, autoritarismo e populismo. Dessa forma, são analisados primeiramente os três eixos ideológicos e sua articulação em cada país, de forma a compreender o grau de homogeneidade ideológica que os movimentos apresentam e também suas divergências entre os países analisados. Para além da organização ao redor desses três fatores, serão adicionadas contribuições de estudos específicos a cada país, a fim de compreender quais características podem existir fora do quadro teórico mais utilizado para comparar os movimentos de direita populista radical contemporâneos.

Kaltwasser e Zanotti (2023) argumentam que a extrema direita populista fora da Europa articula autoritarismo, nativismo e populismo em diferentes modos e intensidades, e emprega elementos ideológicos específicos para alavancar a propagação do discurso, de forma a moldá-lo a problemas sociais preponderantes no país em que se encontram. Isso significa que parte do sucesso do extrema direita populista se deve a sua capacidade de se adaptar construindo quadros ideológicos que se conectam com as ansiedades do público-alvo nacional ou regional. Os autores argumentam que existem diferenças ideológicas entre o movimento na Europa e em outros países, uma vez que, dependendo do contexto nacional, fenômenos socioculturais específicos, tais como imigração, direito das mulheres e público LGBTQ+, podem ser menos ou mais relevantes. Assim, o discurso da extrema direita populista se conecta a essas questões de diferentes modos, e oferece uma narrativa que é atraente para os maiores segmentos do eleitorado. Na Europa, o nativismo é uma dimensão importante e com o maior peso em relação ao autoritarismo e populismo; todavia, várias nações têm uma taxa de emigração maior que de imigração. Além disso, em nações em que houve histórico de colonialismo, isso pode impactar fortemente a ideia de quem é o “povo” ao qual se refere o discurso populista, o que influencia o tipo de nativismo de que se fala e sua intensidade.

Ainda de acordo com Kaltwasser e Zanotti, existe variação em quem seriam os sujeitos dos conceitos da “elite corrupta” e o “povo puro” em cada nação. Na Europa, por volta das décadas de 80 e 90, os inimigos do povo eram imigrantes e seus costumes, porém, essa alcunha tem se referido atualmente cada vez mais aos praticantes do islamismo e à elite corrupta. Outros países podem ter contexto histórico e político diferentes do europeu, e em consequência, tem queixas nacionais diferentes que geram necessidade de ajustar o discurso

da extrema direita populista à cultura dominante, para construir distinções que delimitam o ‘dentro’ e ‘fora’ do grupo dominante que é seu eleitorado. Existe também uma tendência de construir o conceito de elite corrupta como composta de atores progressistas, que seriam ligados ao “establishment”. No Brasil e nos Estados Unidos, isso se traduz em uma hostilidade à esquerda política, principalmente nos partidos de oposição (PT e Partido Democrata). Esse antipartidarismo foi um importante elemento discursivo para Bolsonaro e Trump, que colocavam intelectuais progressistas e políticos como atores corruptos que tentavam impedir e contrariar a vontade do povo.

Definições de elite e orientação econômica

No Brasil, o antagonismo ao que seria a “ideologia dominante” é central: é preciso mudar “tudo isso que está aí”. Para Maitino (2020), o discurso parte da ideia de que nas últimas décadas o “marxismo cultural” ganhou espaço para destruir os valores da família brasileira e facilitar a corrupção e injustiça da esquerda, portanto, medidas pontuais como tirar o PT do poder são insuficientes. Dessa forma, é necessário um governo diferente da “velha política”, e principalmente um movimento no plano cultural em que se possa restaurar os valores morais e éticos da nação e da família tradicional brasileira. Bolsonaro então se coloca como representante do povo, e para não atacar as elites econômicas, ele cria uma elite política e cultural que contraria o povo e deve ser combatida, assim como faz Trump na defesa dos que seriam os americanos reais contra os princípios das “liberal coastal elites”. Dessa forma, em ambos os casos é utilizado o discurso populista que coloca a vontade do povo contra uma elite problemática.

Bolsonaro se coloca como o líder forte capaz de restaurar os valores tradicionais e unir a população, já que essa nação homogênea é ameaçada pela esquerda e governos petistas, que usam as políticas de identidade para “dividir o povo” (BAPTISTA; HAUBER; ORLANDINI, 2022). Assim, o reconhecimento de diferenças seria uma estratégia petista para causar discórdia e promover a luta de classe, colocando brancos contra negros, pobres contra ricos, pai contra o filho. O discurso então visa evitar essas formas de diferenciação, o que nega a necessidade de medidas de reconhecimento progressistas e de redistribuição de renda. Isso reforça a definição do que é ser de direita e ser bolsonarista: é ser contra o projeto de doutrinação esquerdista, a dominação petista, e o viés ideológico comunista. (MAITINO, 2020).

O discurso populista tradicionalmente coloca o povo contra uma elite corrupta, portanto, a princípio, a oposição esquerda-direita parece funcionar como base para um governo populista. Todavia, essa elite não necessariamente precisa ser financeira. No Brasil o discurso anti-esquerda se amplia além do antipestimo, passando a englobar também qualquer oposição ao governo, mesmo partidos identificados à direita. Dessa forma, as acusações de “esquerdista” e comunista” vão se expandindo progressivamente até englobar todo o sistema político brasileiro, se tornando capazes de mobilizar o povo contra o Estado (MAITINO, 2020). Com isso, no Brasil a elite no ideário bolsonarista se trata primeiramente da esquerda, especificamente o PT, e a partir de então qualquer oposição do governo é acusada de fazer parte da trata da esquerda, incluindo veículos de mídia tradicional, pessoas públicas, políticos de direita. Na próxima seção, é explorada a construção do “outro”, dos inimigos do povo, aqueles que tramam contra o bem da nação.

Em um primeiro momento a ideologia de extrema direita bolsonarista, fortemente liberal na economia, porém extremamente conservadora nos costumes, dificilmente parece coerente em um primeiro momento. Todavia, a literatura explica como o ideário bolsonarista se articula e justifica nesse quesito (CESARINO, 2019), frequentemente criando sua própria noção de realidade (DA SILVA, 2023). O Bolsonarismo usa a ideia de nação para argumentar que o povo brasileiro, cansado da “roubalheira” e da “corrupção”, enfrenta a discórdia implantada pela esquerda, quando na verdade todo o povo seria prejudicado pelo governo petista e a ideologia comunista, os verdadeiros inimigos do povo. Dessa forma, o discurso bolsonarista visa retirar qualquer necessidade de políticas de reconhecimento progressistas e de medidas distributivas de renda que visem amenizar as desigualdades sociais: o verdadeiro problema é o sistema político corrupto e a ideologia esquerdista, que faz com que os cidadãos de bem sejam igualmente prejudicados pelos bandidos, corruptos, “vagabundos”.

Com isso o debate acerca de desigualdades sociais, raciais e de gênero é silenciado, e se joga questões de interesse público para a esfera privada (BAPTISTA; HAUBER; ORLANDINI, 2022). Cesarino (2019) expõe que a bivalência redistribuição-reconhecimento, ilustrada no slogan da nova direita “conservador nos costumes, liberal na economia”, foi mobilizada na campanha digital bolsonarista. A presença de elementos “neoliberais” remete ao eixo da equivalência quanto aos tópicos “mérito” e “liberdade individual”, mas também ao eixo da diferença, com ideias relacionadas à “privilégio”, “corrupção” e “coletivismo”. Um dos significantes vazios utilizados com eficácia nesse discurso foi o termo “mamata”, que remete à revolta com a corrupção e à demanda por reconhecimento a privilégios mantidos às custas

dos impostos pagos pelos "trabalhadores de verdade". A família também desempenhou um papel importante na aliança entre neoliberais e conservadores, especialmente nas disputas em torno da "ideologia de gênero" e na defesa da família como instância exclusiva da moralidade.

Uma vez que os trabalhadores veem o “vagabundo” como o problema, ele não se opõe ao grande empresário, e falar de conflito de classe passa a ser tentar “dividir o povo” e trabalhar contra a nação. Assim, trabalhadores e empresários pequenos ou grandes são todos prejudicados igualmente pela corrupção do Estado dominado pela esquerda e os negócios pessoais de burocratas e políticos (CESARINO, 2019). Dessa forma, o mercado passa a representar os interesses do povo contra o Estado corrupto que atrapalha a vida do brasileiro e a política neoliberal se populariza, uma vez que sem as intervenções desse Estado o país teria mais sucesso. Em suma, Bolsonaro articula um discurso populista a fim de mobilizar o povo contra o establishment, ao utilizar ideários moralizantes tanto no campo da cultura quanto da política, e o neoliberalismo, que é o interesse de classe bolsonarista, toma um caráter de moralidade e regeneração: não se trata de privilegiar o empresário, mas de combater os privilégios dos corruptos, recompensando os trabalhadores honestos. (MAITINO, 2020).

Esse ideário é reforçado pelo conceito de meritocracia, que justifica a desigualdade social. Os grandes empresários e a desigual distribuição de renda não são uma injustiça, uma vez que quem acumulou capital fez isso por mérito próprio. Nesse universo onde qualquer pessoa pode ser milionária desde que trabalhe para isso, os super ricos são pessoas a serem admiradas por seu sucesso e não responsabilizadas pelo rentismo. Dessa forma, quem critica as diferenças de classe faz um discurso esquerdista, de quem “não quer trabalhar” e inveja a fortuna meritocraticamente construída pelo outro. Sequer se deve reclamar das condições de trabalho, isso é coisa de quem “não quer trabalhar”. O debate sobre condições de trabalho é silenciado, e empresários que empregam pessoas em péssimas condições não devem ser criticados, afinal, são eles que geram empregos.

Apesar das similaridades discursivas, bolsonarismo e trumpismo se diferenciam bastante em relação à orientação econômica. O discurso neoliberal é uma forte característica bolsonarista que se soma aos três eixos da extrema direita populista, enquanto nos EUA o movimento de Trump adota medidas protecionistas e producionistas. As políticas protecionistas visam restringir a concorrência externa contra os trabalhadores americanos, implicitamente os trabalhadores brancos, enquanto o producionismo argumenta que grupos na sociedade

dedicados à criação de riqueza tangível trazem mais benefícios para o país do que aristocratas que herdaram sua riqueza e status (KALTWASSER; ZANOTTI, 2023). Dessa forma, a extrema-direita nos Estados Unidos se assemelha mais à europeia no enfoque econômico, adotando uma abordagem chauvinista de bem-estar social que defende um forte Estado somente quando visa beneficiar a população nativa, pessoas consideradas não-nativas.

Dessa forma, nos EUA, assim como no Brasil, o populismo é adequado aos contextos sociais e históricos do país. Para Mudde (2017), a *volonté généralité* (vontade geral das pessoas) teve papel central no sucesso de Trump, uma vez que sua campanha atacava a “elite corrupta” por sufocar a população e trair seus desejos. O presidente tem posição inconsistente na questão econômica, defendendo uma infraestrutura massiva patrocinada pelo Estado e uma desregulação radical da economia, ao mesmo tempo que adota uma postura fortemente à direita em relação à dimensão sociocultural, fomentando fortemente discursos autoritários e nativistas. Essa combinação conecta o GOP ao seu eleitorado de modo muito mais forte que a posição neoconservadora tradicional do partido. A posição mais flexível de Trump no quesito econômico aliado a uma ênfase na dimensão sociocultural, principalmente em relação à imigração, se adequa melhor ao posicionamento da classe média branca norte-americana.

Durante a disputa eleitoral que deu vitória a Trump, surgiram diferentes interpretações do cenário estadunidense quanto as classes sociais, com Trump e Biden apresentaram posições diferentes, porém ambos criticavam a distribuição neoliberal e adotaram discursos populistas (FRASER, 2018). O candidato democrata para as primárias, Bernie Sanders, condenou fortemente as políticas neoliberais que dominaram as gestões passadas e a influência do 1% mais rico, na contramão dos conservadores republicanos que defendiam os CEOs das empresas como “criadores de empregos”. Trump adequou sua própria interpretação à posição conservadora, atribuindo culpa aos imigrantes e países rivais pelo roubo de empregos dos cidadãos norte-americanos, alimentando o ressentimento coletivo que o levou à Casa Branca (WALLEY, 2017).

Fraser (2019) relata que enquanto Sanders criticava a "economia manipulada" e era favor de uma perspectiva universalista e igualitária, Trump utilizava essa mesma expressão, mas solucionava a questão com nacionalismo e protecionismo, de forma a adotar discursos exclusivos, repletos de racismo, misoginia, homofobia, islamofobia e ideias anti-imigração. Seu discurso propaga a visão de que a "classe trabalhadora" nos EUA é branca,

heterossexual, masculina e cristã, e suas áreas de trabalho são ligadas a setores como mineração, perfuração e construção.

Enquanto isso, Sanders adotava uma visão de classe trabalhadora ampla e inclusiva, incluindo diversos setores da economia e também minorias. A partir de um populismo progressista, o candidato unia uma política inclusiva com uma política de distribuição voltada aos trabalhadores, com medidas como mais assistência médica para todos, ensino superior gratuito, justiça reprodutiva para mulheres, direitos LGBT e mais desmembramento dos grandes bancos. Todavia, Clinton removeu a opção populista progressiva da cédula. A retórica de Trump sugeria um populismo reacionário que visava combinar uma política hiper-reacionária de reconhecimento e uma política populista de distribuição, ilustrada pelo muro na fronteira mexicana e os gastos significativos do governo. Após eleito, ao contrário de governar como populista reacionário, Trump abandonou as políticas distributivas populistas que prometia adotar durante sua campanha. (FRASER, 2018).

Para Mudde (2017) o posicionamento de Trump com ênfase na dimensão sociocultural, principalmente em relação à imigração, é provável que leve a um sucesso de curta duração, tornando-se malsucedida quando eventualmente o conjunto das minorias formar a maioria da população norte-americana. Na mesma direção, Fraser (2019) afirma que esse neoliberalismo hiper-reacionário de Trump se caracteriza por sua instabilidade e fragilidade, explicitada por sua relação disfuncional com o establishment do Partido Republicano. Após a vitória de Trump sobre Clinton, ao invés de governar como um populista reacionário, o presidente abandonou as políticas distributivas prometidas durante sua campanha e focou em políticas reacionárias de reconhecimento, marcadas por ações e declarações que intensificaram hierarquias de status injustas. Dessa forma, não apenas seu populismo econômico de campanha desapareceu, mas o método de culpabilização se tornou cada vez mais vicioso, e resultou em um neoliberalismo hiper-reacionário, que se mostrou caótico, instável e frágil, e que não oferece uma perspectiva segura de hegemonia. Ainda de acordo com Fraser, por mais que a ascensão de Trump com seu discurso crítico ao sistema possa ser vista como parte desse processo em que, e para desafiar essas estruturas, as classes dominadas precisam construir uma nova visão de mundo, uma "contra-hegemonia", a incerteza sobre o futuro do partido e a falta de uma estratégia clara sugerem que esse modelo político não oferece uma perspectiva segura de configurar um novo bloco hegemônico.

Sobre o governo Trump:

Como previsto, ele cancelou o Acordo de Parceria Transpacífico –Trans-Pacif Partnership (TPP). Mas ele contemporizou sobre o NAFTA e falhou ao não avançar nem um milímetro para controlar Wall Street. Trump também não deu um único passo sério para implementar projetos de infraestrutura pública criadores de empregos em larga escala; seus esforços para incentivar a indústria foram limitados a exibições simbólicas de ameaças e alívio na regulamentação para o carvão, cujos ganhos se revelaram em grande parte fictícios. E longe de propor uma reforma do código tributário cujos principais beneficiários seriam famílias da classe trabalhadora e da classe média, ele assinou a versão republicana padrão, projetada para canalizar mais riqueza para o um por cento mais rico (incluindo a família Trump). Como este último ponto atesta, as ações do presidente na frente distributiva incluíram uma forte dose de capitalismo de compadrio e auto negociação. [...] Tendo abandonado a política populista de distribuição, Trump passou a apostar na política reacionária de reconhecimento, enormemente intensificada e cada vez mais cruel. A lista de suas provocações e ações em apoio a hierarquias de status injustas é longa e arrepiante: a proibição de viagens nas suas várias versões, todas dirigidas a países de maioria muçulmana, mal disfarçada pela cínica adição tardia da Venezuela; a destruição dos direitos civis na justiça [...] e no trabalho [...]; a recusa em defender processos judiciais sobre direitos LGBTQ; a reversão da cobertura do seguro obrigatório de contracepção; a contenção das proteções do Título IX para mulheres e meninas mediante cortes no pessoal de fiscalização; pronunciamentos públicos de apoio às abordagens policiais truculentas de suspeitos, [...] (FRASER, 2018, pág. 54)

Em suma, nem o neoliberalismo de Bolsonaro, com seus valores meritocráticos e “pró-família”, tampouco o neoliberalismo hiper-reacionário de Trump, resultam no rompimento da estratégia retórica populista, uma vez que as definições do que seria povo e elite foram adequadas a uma posição reacionária no campo do reconhecimento.

A corrupção como ferramenta política

Outro motivo pelo qual as eleições brasileiras apresentaram semelhanças com as eleições dos Estados Unidos foi que em ambos os casos a extrema direita conseguiu vencer quando enfrentou adversários considerados fracos. No Brasil, Lula, que estava na frente em todas as pesquisas desde que as candidaturas eram apenas especulações, foi preso após um julgamento posteriormente declarado parcial pelo STF e até pela ONU¹⁵, com decisões que indicaram violações de princípios constitucionais brasileiros. Nos Estados Unidos, com a retirada da opção populista progressista de Sanders das candidaturas finais, a aversão a candidata Hillary Clinton levou ainda mais republicanos às ruas no dia da votação (MUDDE, 2017). Após a

¹⁵ ARBEIX, Thais. Comitê da ONU conclui que Moro foi parcial em julgamento de Lula e petista teve direitos políticos violados. CNN Brasil, Brasília, 27 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/comite-da-onu-conclui-que-moro-foi-parcial-em-julgamento-de-lula-e-petista-teve-direitos-politicos-violados/>>. Acesso em: 30 maio 2024.

prisão de Lula por “corrupção passiva”, o bolsonarismo ganhou um grande argumento para conquistar mais votos, e Haddad, que foi oficializado como candidato um mês antes das eleições, era visto como um substituto para Lula, não contando com tempo hábil para construir sua identidade e campanha.

O discurso contra a corrupção é um dos elementos centrais tanto no bolsonarismo quanto no trumpismo. Bolsonaro capitalizou problemas específicos ao país, como o escândalo nacional da Lava Jato, e assim sua campanha conseguiu politizar a frustração dos eleitores com a corrupção que se alastrou por grande parte da classe política tradicional, e, além disso, os sentimentos negativos em relação ao PT e aos partidos tradicionais em geral (ZANOTTI; RAMA; TANSCHKEIT, 2023). Dessa forma, conseguiu consolidar como sua base eleitoral os antipetistas e pessoas frustradas com o sistema político.

Tanto Bolsonaro quanto Trump reafirmam a ideia de um país que precisa de ordem e correção após a atuação dos últimos governos, que eram corruptos e esbanjavam o dinheiro público. Trump recorrentemente utilizava a *hashtag* “#DrainTheSwamp” (drenar o pântano), se referindo ao combate a corrupção vigente, e frequentemente associando isso a Obama e Hillary (BAPTISTA; HAUBER; ORLANDINI, 2022). Mesmo o slogan “Make America Great Again” remete a um ataque às gestões anteriores, que eram frequentemente associados no discurso trumpista a mentiras e gastos desnecessários.

De forma semelhante, o Bolsonarismo utiliza a corrupção para atacar os que considera inimigos do povo. Essa estratégia permite que sempre haja uma brecha para Bolsonaro evitar a responsabilização por qualquer fracasso em seu governo, pois assumiu a presidência depois que “o PT deixou o Brasil quebrado”, ou a esquerda está tentando sabotá-lo, e a oposição ou o STF não o deixa fazer o que precisa ser feito. Assim, é possível manipular o discurso e desviar qualquer acusação feita contra o governo. As teorias da conspiração também são úteis nesse sentido, já que a péssima gestão da pandemia pode ser justificada pela “bula da Pfizer”, pela falta de confiabilidade da “indústria das vacinas”, ou pelo papel da China no vírus (DA SILVA 2023).

Parte da estratégia no discurso bolsonarista é associar moralidade privada e pública e reforçar constantemente a oposição à esquerda e à “velha política”. Essa ideologia procura construir a imagem de um povo virtuoso, harmônico e sem divisões, ameaçado por um sistema político corrupto e uma esquerda onipresente, que objetiva destruir os valores do povo e enriquecer às

custas do cidadão de bem. Bolsonaro se coloca como aquele homem virtuoso que se rebela contra o sistema e visa corrigir e moralizar a política e a cultura brasileira (MAITINO, 2020). Esse discurso era constantemente divulgado em momentos de campanha e principalmente nas redes sociais. Uma publicação de Bolsonaro no Twitter durante sua campanha que exemplifica isso é: “Se for da vontade de Deus, amanhã será o dia de nossa nova independência. Vamos derrotar o partido dos maiores escândalos de corrupção da história, do Petrolão, do Mensalão, do Foro de SP, dos inimigos da liberdade e da Constituição! Devolveremos o Brasil aos brasileiros de bem!” (BAPTISTA; HAUBER; ORLANDINI, 2022).

Esse discurso moralizante faz com que esses movimentos consigam capitalizar com escândalos políticos envolvendo outros partidos e o sistema político em geral; esse sentimento de conspiração se alimenta de um sentimento mais generalizado de impotência entre os eleitores, frustrados com a corrupção e com a falta de convergência entre as vontades da população e as políticas adotadas. Nos Estados Unidos assim como na Europa, o maior sentimento de impotência está relacionado com mudanças no alinhamento partidário, uma vez que muitos eleitores que se apoiam a direita radical foram anteriormente da esquerda dominante, que outrora foi ancorada no sindicalismo, no protecionismo e numa base de eleitores brancos da classe trabalhadora (GEST; RENY; MAYER, 2018). Trump conseguiu captar esse sentimento, a partir de falas como “Mudança REAL significa restaurar a honestidade para o governo” e “Nosso plano vai acabar com a corrupção governamental!”, publicada na plataforma Twitter (BAPTISTA; HAUBER; ORLANDINI, 2022).

Dessa forma, tanto Trump como Bolsonaro se colocam como líderes fortes e morais que podem salvar suas nações do sistema político altamente corrompido, se colocando como outsiders a esse sistema para ter uma posição à parte dessa política imoral. Esse fator reforça o discurso de nação, de população de bem, que está sendo prejudicada pelo sistema, e o discurso de “nós” contra “eles”, clássico de movimentos populistas. No Brasil, a mídia teve grande participação no sentimento de frustração que veio a alimentar a extrema direita: o jornalismo brasileiro noticiou de maneira espetacular o caso da Lava Jato, com foco desproporcional na participação do PT, partido que levou Lula e Dilma à presidência (MONDON, 2022).

Tanto os contextos nacionais e escândalos políticos de cada país quanto teorias conspiratórias foram mobilizadas pelos candidatos a fim de comprometer a integridade não só de toda a

oposição, mas do sistema político em geral. Com isso, a narrativa deixa clara a necessidade do líder forte e íntegro para salvar a nação de ser afundada pela máquina política desonesta e corrupta que trabalha contra os interesses da nação.

3.2 Nativismo e nação harmônica

Os ataques contra minorias como mulheres, comunidade LGBTQ+, não-brancos e imigrantes foram citados como elementos comuns à extrema direita populista em geral (BOBBIO, 2022; MUDDE, 2017; MUDDE; KALTWASSER, 2017; ROGER EATWELL; MATTHEW J. GOODWIN, 2020). Todavia, enquanto na literatura referente a países europeus e aos EUA abordam com mais frequência o termo nativismo (CAS MUDDE, 2017; MUDDE, 2019; MUDDE; KALTWASSER, 2017; ROVIRA KALTWASSER; ZANOTTI, 2023), no Brasil esse termo dificilmente é utilizado. É mais comum que o bolsonarismo seja definido como frequentemente associado a tipos diversos de intolerância contra grupos minoritários como mulheres, homossexuais, populações indígenas e negra (BAPTISTA; HAUBER; ORLANDINI, 2022; CESARINO, 2019; TELLES et al., 2018).

Todavia, segundo Kaltwasser e Zanotti (2023), o nativismo não deve ser igualado somente a ataques contra imigrantes, e existe um critério específico para determinar quem é o grupo dominante considerado nativo, e quem é considerado a ameaça contra a homogeneidade nacional. O critério de cor é usado por ambos, Bolsonaro e Trump, para excluir grupos que não alcançariam os critérios morais do ‘povo virtuoso’. Enquanto o nativismo na Europa implica em políticas anti-imigração, no Brasil ele se relaciona mais com racismo, com o critério de cor utilizado para distinguir quem é o grupo dentro desse movimento e quem é considerado como ‘outro’. Por mais que pareça contraintuitivo, isso diz respeito à ideia de indivisibilidade da população nacional, que faz com que o elemento que parece estranho dentro do contexto do todo seja percebido como uma ameaça à homogeneidade da nação. Nos países marcados pelo colonialismo, o grupo colonizador com frequência se torna o grupo dominante, e por mais que normalmente a literatura com base na Europa trate a ameaça contra a hegemonia nacional como um fator externo, ele também pode ser um inimigo interno, como as populações indígenas. No Brasil, o nativismo contra populações indígenas tem um forte caráter racial, por exemplo quando Bolsonaro se coloca contra cotas afirmativas para negros e indígenas, com a justificativa que isso reforça o preconceito e a divisão da população.

Assim, o Brasil se assemelha com os EUA no sentido de ter uma extrema direita orientada por um componente racial, o que oferece novas perspectivas acerca de como líderes de extrema direita populista articulam ao mesmo tempo o discurso nativista e autoritário, e diz respeito a um dos determinantes do voto nesses partidos. Dessa forma, devido ao histórico de colonialismo, a extrema direita populista latino-americana pode considerar pode condenar programas para povos indígenas como formas de “racismo reverso”. A elite corrupta muitas vezes é descrita como atores globais ou forças domésticas que influenciam os resultados do governo, como é o caso do discurso de Trump e Bolsonaro (ROVIRA KALTWASSER; ZANOTTI, 2023).

De acordo com Mudde (2017), o nativismo é o fator que faz com que o populismo de direita costume ser mais bem-sucedido que o de esquerda. No caso de Trump, o candidato já saiu das primárias profundamente envolvido com o populismo. Porém, nos seus primeiros comícios, nos quais ele falava sobre seus feitos na esfera privada, pouca comoção era gerada: seus apoiadores o exaltaram bem mais quando começou a atacar imigrantes e mulçumanos. O nativismo não se manifesta nos EUA somente por Trump e o partido republicano, mas foi central em sua campanha, em que apelou fortemente aos americanos brancos, mobilizando a classe trabalhadora às custas de todos os eleitores não-brancos. Embora Trump tenha sido capaz de alinhar o Partido Republicano (GOP) com essa agenda, a estratégia só pode ter sucesso a curto prazo. A longo prazo, o GOP terá que ir além do voto branco indignado, o que significa buscar os votos de eleitores não brancos moderando sua posição nas três dimensões da política dos EUA.

Segundo Kaltwasser e Zanotti (2023), nos Estados Unidos, a construção da dicotomia povo virtuoso/ elite corrupta e a distinção entre grupo dominante e grupo estrangeiro, que dizem respeito respectivamente aos fatores populismo e nativismo/autoritarismo, são definidos por critérios étnicos e religiosos, o que é ilustrado pela preferência não sutil de Trump pela população branca. Os EUA também se diferenciam da Europa quando os debates sobre migração no país são frequentemente marcados por debates acerca da escravidão e da população latino-americana, o que não ocorre nos países europeus. .

A construção do outro

A construção do povo puro é um elemento básico do discurso populista. Todavia, são necessárias ameaças à vontade desse povo a fim de que o líder populista se coloque como único capaz de salvar a população de uma elite corrupta, e como foi exposto, essa elite não precisa ser financeira. A política bolsonarista exemplifica bem esse embate moral, principalmente quando cria a figura do “cidadão de bem”, a chave de articulação do populismo (MAITINO 2020). No Brasil, a população harmônica é formada pelo povo virtuoso, pelo cidadão de bem que está cansado do sistema político corrupto e da “vagabundagem”, e quer restaurar os valores da nação.

Bolsonaro reforça esse discurso se inserindo como representante de um povo uniforme e majoritário quando afirma que “a minoria tem que se curvar à maioria” e sua campanha usa a chamada “minha cor é o brasil”, ou seja, o ex-presidente é o representante povo unificado, da maioria, e grupos minoritários devem seguir as normas impostas pelo povo através dele. Essas normas sociais dizem respeito muitas vezes aos valores do cidadão de bem: “Deus, pátria e família”. Deus, porque existe no bolsonarismo um grande apelo à comunidade cristã; sua campanha contou com apoio de diversas instituições religiosas e pastores. Pátria, diz respeito aos valores nacionalistas, que no bolsonarismo passam por salvar a nação do comunismo e uma revisão histórica da política brasileira na ditadura militar. E família, por fim, deixa claro os valores heteronormativos e da “família tradicional brasileira”. Quando afirma que minoria se curvar a maioria, Bolsonaro deixa claro para quem governa e quem deve se adaptar às normas, e assim demonstra seu posicionamento autoritário.

De acordo com Cesarino (2019) o movimento bolsonarista nas redes sociais usava um espelho invertido para tratar com o inimigo: era realizada uma inversão de acusações desse inimigo, e assim as políticas de identidade eram caracterizadas como ‘vitimismo’ e eram elas que dividiam a sociedade e propagavam discursos de ódio. Esse espelho invertido também é utilizado para contrapor a direita à esquerda, associando a esquerda ao que é impuro, repulsivo, e a direita à pureza e desejabilidade. A autora exemplifica com campanha a feminista “ele não”, que foi combatida com “ele sim”; a frase “lute como uma mulher” se torna “lute como uma mulher – de verdade”. Houve também a contraposição entre as mulheres feministas (associadas à desordem, falta de higiene, des pudor, ameaça, busca por privilégios, corrupção e à cor vermelha) e as mulheres de direita (que remetem pureza, beleza, civilidade, higiene, inteligência e as cores verde e amarelo). Outro exemplo são as

cotas, que deixam de ser um elemento de busca por igualdade para ser uma ferramenta de busca de privilégios.

Os ataques diretos a grupos de minorias e a tentativa de homogeneização do povo, a partir do discurso de “somos todos iguais” e de unir a nação, enquanto se cala as diferenças, é uma disputa discursiva e política para suprimir o crescimento que os valores pós-materialistas têm tido nos últimos anos (BAPTISTA; HAUBER; ORLANDINI, 2022). Assim, se politiza pautas identitárias, e as diferenças entre diversas pessoas são mencionadas de forma apenas a diminuí-las e negá-las, e assim isentar a responsabilidade do Estado em mitigar a desigualdade social.

Devido ao histórico de machismo na América Latina, os movimentos de extrema-direita articulam sua ideologia de forma a enquadrar o movimento feminista como uma ideia que é estranha aos valores nacionais e promovida por elites corruptas (ROVIRA KALTWASSER; ZANOTTI, 2023). Todavia a misoginia está longe de ser exclusividade latino-americana, e Trump usa de sexismo tanto para se promover e afirmar sua dominância, quanto para justificar seu posicionamento racista e xenofóbico.

C.J. Pascoe (2017) descreve como Trump e seus apoiadores se posicionam em relação a masculinidade, engajando em práticas de dominação sobre mulheres e outros homens, principalmente aqueles considerados fracassos em sua masculinidade. A eleição de Trump remete a história da masculinidade branca e heterossexual estadunidense, todavia, conforme as relações econômicas globais se alteram, a masculinidade como conceito cultural se redefine. Dessa forma, o declínio econômico e social tem ramificações na masculinidade: para os homens esse processo foi particularmente doloroso, uma vez que notaram seus salários reais diminuindo, especialmente dada a associação da masculinidade branca a figura da autossuficiência econômica e ao seu sucesso no local de trabalho.

Esse fenômeno é explicado por Jennifer Carlson (2015), que descreve o declínio sentido por homens brancos da classe trabalhadora com o que chama de "luto por Mayberry": uma cidade fictícia em um programa de TV da década de 50 que simbolizava um tempo idílico no passado americano. Uma vez perdido esse passado, esses homens responderam com raiva e luto. É importante destacar que esse tempo era idílico apenas para homens brancos, de classe média, heterossexuais e cristãos, uma vez que na época prevalecia segregação racial, discriminação, desigualdade de gênero e papel estereotipado da mulher, e minorias não

havia conquistado os direitos que tem hoje. Por mais que homens de cor e da classe trabalhadora tenham suportado em maior escala o peso material do declínio socioeconômico, a narrativa é adotada tanto por homens privilegiados quanto marginalizados, impactando em como eles se consideram homens, devido à centralidade de ser um provedor para a família na ideologia do que é a masculinidade estadunidense. Pautas como o porte de armas se popularizaram já que na impossibilidade de sustentar a família sozinhos, os homens assumem o papel de defendê-la. Para Carlson, os homens brancos americanos estão hoje tentando recuperar a "dignidade masculina", o status que uma vez possuíram. Os homens estudados acreditam que a cultura contemporânea é caracterizada por perda dos "valores americanos" e da "dignidade masculina" e "crescente desconfiança no Estado". Esse fenômeno teve grande impacto na eleição de Trump.

Pascoe (2017) argumenta que a promessa de Trump de "Tornar a América Grande Novamente" era, também, uma promessa de "Tornar os homens 'grandes' novamente". A autora explica como Trump reflete a masculinidade tradicional, patriarcal e violenta, afirmando seu domínio sobre mulheres, seja posicionando-as como objetos sexuais, seja exercendo dominação corporal de diversas maneiras, como foi o caso do debate presidencial em que seguia a candidata de oposição Hillary Clinton pelo palco. Trump se posicionou atrás dela com seu corpo muito maior de forma intimidante, ocupando espaço e pairando fisicamente de maneira bizarra. A autora cita ainda um terceiro exemplo, que é a dominância através da expressão de repulsa, como sua recusa em apertar a mão de Angela Merkel em evento diplomático internacional. Essa dominância também é imposta sobre outros homens, quanto utiliza o aperto de mão com muito mais vigor do que necessário, a ponto de desequilibrá-los com sua força física.

Práticas de dominação semelhantes são adotadas por aqueles que apoiam o Presidente Trump e suas políticas. Eles exploram ao máximo o duplo sentido do sobrenome de Trump. O Merriam Webster define a palavra "trump" como "levar vantagem sobre" ou "se sobrepor", essencialmente, dominar. Essa brincadeira com a palavra aparece em adesivos de carro, placas e camisetas usadas por seus apoiadores, com a inscrição: "Trump that Bitch" (Domine aquela mulher). Esse tipo de dominação de gênero funciona como um chamado à união, um momento de efervescência coletiva, um retorno a uma época em que as mulheres não desafiavam a dominação masculina e eram mantidas em seus lugares por lei e costume. [...] A dominação branca masculina havia sido desafiada por anos de ativismo feminista e pelos direitos civis, e, de muitas maneiras, as afirmações da masculinidade branca normativa eram uma forma de simbolicamente colocar as mulheres (e também minorias raciais) de volta ao seu lugar, através de atos de "trumpagem". (PASCOE, 2017, p. 130, tradução própria)

Ainda segundo Pascoe, embora Trump já tenha inclusive descrito a sua própria participação em violências sexuais, ele molda a narrativa posicionando outros homens como “bad guys” (homens maus, vilões), como os verdadeiros predadores sexuais. Um exemplo disso são suas falas opondo veementemente a imigração do México que colocam mexicanos como “bad hombres”, ao afirmar que o povo que chega do México aos EUA não são os melhores de lá, são pessoas problemáticas que trazem drogas, crime e estupro¹⁶. Isso é mais uma prática de dominação exercida pelo ex-presidente, de modo a estabelecer quem é “homem de verdade”, e quem não representa a masculinidade - estupradores, espancadores de esposas e, ao mesmo tempo, bichas, o que nega a humanidade ao outro ao mesmo tempo que reforça a própria masculinidade e posição de “good guy” (mocinho).

As causas e consequências da eleição de Donald Trump são profundamente simbólicas e devastadoramente reais. Embora Trump tenha enquadrado seu “discurso de vestiário” como “apenas palavras” como “coisas que as pessoas dizem”, esse tipo de discurso sustenta o que as acadêmicas feministas chamam de “cultura do estupro”, na qual a violência simbólica, especialmente a violência simbólica humorística, desumaniza as mulheres, reduzindo-as a objetos sexuais. Na verdade, a própria “conversa de vestiário” pode ser um termo para normalizar a violência sexual e de gênero que enquadra grande parte da ordem de gênero contemporânea no Ocidente (CJ Pascoe, 2015, pág. 136, tradução própria)

Para além da nostalgia sobre a época que a masculinidade era “digna”, a nostalgia também é a uma época que “a posição da América no mundo era incontestada, quando presidentes e juízes da Suprema Corte americanos eram todos homens brancos, quando a imigração era restrita e a segregação racial generalizada persistia, e quando os programas de ação afirmativa do governo ajudavam principalmente homens brancos (PETTIGREW, 2017). O governo de Trump visava retornar o máximo possível a essa cena de outrora, o que é representado pelo slogan frequentemente repetido "Make America Great Again".

Por fim, Smith e Hanley (2018) investigaram o voto em Trump considerando principalmente seus eleitores brancos. A partir do questionário ANES de 2016, foi argumentado que apoiadores de Trump votaram nele principalmente porque compartilham seus preconceitos. A razão decisiva pela qual eleitores brancos, homens, mais velhos e menos educados eram desproporcionalmente pró-Trump é que compartilhavam seus preconceitos e desejavam

¹⁶“Donald Trump's tirade on Mexico's 'drugs and rapists' outrages US Latinos (O discurso de Donald Trump sobre as 'drogas e estupradores' do México indigna os latinos dos EUA). The Guardian, 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2015/jun/16/donald-trump-mexico-presidential-speech-latino-hispanic>. Último acesso em 4 de junho de 2024.

líderes dominadores e agressivos mais frequentemente do que outros eleitores. Os fatores que aumentaram a chance de voto em Trump foram preconceito contra mulheres, contra imigrantes, e afro-americanos. Além disso, as atitudes que distinguem eleitores de Trump de não-Trump também distinguiram seus apoiadores entusiastas dos moderados, são elas: pessimismo sobre a economia, apoio a líderes dominadores, fundamentalismo cristão e sentimento anti-imigrante. Outra linha divisória crucial, segundo os autores, foi que o ressentimento racial comum parece ter dado lugar a uma nova escala anti-minorias. Partidários fortes de Trump são significativamente mais propensos a alegar discriminação anti-brancos, apresentando uma queixa intensificada e amarga sobre o que lhes é percebido como uma inversão da ordem moral e racial. Com isso o desejo por um líder dominador e impolítico, mais forte entre os apoiadores entusiastas de Trump, se une ao desejo de uma reversão do que eles percebem como uma inversão da ordem moral e racial.

Trump está longe de ser o pioneiro em utilizar a intolerância contra minorias na política estadunidense, na qual recorrentemente foram utilizadas estratégias que apelam para o preconceito por meio de "dog whistles" (apitos para cachorro) – expressões sutis ou gestos que aparentam um significado para a população em geral, e outro mais diferente para um subgrupo-alvo. Todavia, ex-presidente faz isso de forma bem menos sutil, continuamente atacando grupos externos e utilizando pautas xenofóbicas, como as ocasiões nas quais ele defendeu a proibição da entrada de muçulmanos “perigosos” nos Estados Unidos¹⁷ e referiu-se a imigrantes mexicanos como criminosos e estupradores. Assim como os eleitores bolsonaristas, seus eleitores o apreciavam por romper com o discurso "politicamente correto", falando abertamente suas opiniões racistas e anti-minoria.

Despolitização e não exclusão

A primeira chave para pensar o bolsonarismo é observar a heterogeneidade de seu eleitorado (MAITINO, 2020), apesar da maior adesão de pessoas de um determinado perfil (sexo masculino, maior renda, alta escolaridade e evangélicos). No começo, a difusão da figura de Bolsonaro acontecia em um nicho da internet, atraindo garotos jovens acompanhavam Bolsonaro por considerá-lo uma figura divertida, antissistema, que não hesita em insultar

¹⁷ DIAMOND, Jeremy. Donald Trump: Ban all Muslim travel to U.S. (Donald Trump bane todas as viagens de muçulmanos aos EUA), CNN, 2015. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2015/12/07/politics/donald-trump-muslim-ban-immigration/index.html>. Último acesso em 4 de junho de 2024.

aqueles que considera seus inimigos mesmo diante das câmeras, e por isso era chamado de “mito” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2020). Todavia, à medida que a campanha começa, a base eleitoral se diversifica para além dos jovens e *gamers* da internet, atraindo homens que defendem a volta da ditadura militar, “cidadãos de bem” preocupados com a mudança de valores e a família, pessoas ligadas às forças armadas, mulheres que são se sentem representadas pelo feminismo, antipetistas, liberais defensores da meritocracia, conservadores e moradores da periferia preocupados com o alto índice de crime e violência urbana (KALIL, 2018).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que existe um componente racial, heteronormativo, religioso e machista no discurso bolsonarista, os princípios de inclusão parecem progredir apesar da orientação autoritária de movimentos nacionais de direita (DUTRA; FERNANDES RIBEIRO, 2021). Apesar dos discursos de Bolsonaro serem muitas vezes misóginos, racistas e homofóbicos, há um esforço do candidato na campanha em mostrar que não pretende excluir minorias, considerando a todos igualmente, ou seja, parte do povo sem divisões (CESARINO, 2019).

Portanto, ao mesmo tempo em que se adota discurso autoritário e discriminante, existe um esforço em uniformizar a população e despolitizar pautas identitárias (BAPTISTA; HAUBER; ORLANDINI, 2022; CESARINO, 2019), de forma que as desigualdades sociais são negadas, e se coloca uma falsa equiparação da população. Dessa forma, se nega a discriminação contra os homossexuais diferenciando os “gays de direita” dos “gays de esquerda”, que querem privilégios e impor seus costumes de vida; diferenciando mulheres feministas, agressivas e sujas, das mulheres femininas; diferenciando as pessoas negras justas daquelas que querem “privilégios”, como o sistema de cotas (CESARINO, 2019)

Baptista, Hauber e Orlandini (2022) relatam que ambos Bolsonaro e Trump utilizam uma estratégia de despolitização que visa apagar da esfera pública pautas como o racismo, deixando-os para a esfera privada, e isso é feito de forma sutil, para compreender as mensagens é preciso contextualização. Essa estratégia é concretizada a partir da unificação e homogeneização do povo, comum nos discursos populistas, consequentemente apagando diferenças sociais e rechaçando pautas progressistas, o que resulta na naturalização dos problemas sociais e isenção da responsabilidade do governo. No discurso Bolsonarista isso se dá principalmente no enfrentamento da “ideologia de gênero” e da “doutrinação ideológica”, ilustrado na defesa da Escola sem partido. Já Trump não faz menção a questões

como desigualdades de gênero e raciais, e a despolitização aparece de forma indireta em tentativas de homogeneizar o povo no discurso de unificação da América, em frases como “Donald Trump: um presidente para todos os americanos” e “A todos os americanos, eu os vejo e os ouço. Eu sou sua voz. Vote em #DrainTheSwamp comigo em 11/8”.

Os ex-presidentes se assemelham quanto a capacidade de mobilizar vários segmentos do eleitorado, despolitizar as desigualdades sociais e criar uma imagem de nação unificada, ao mesmo tempo em que fazem apelos direcionados a um eleitorado branco, heterossexual, masculino e cristão. Todavia, ao contrário de Bolsonaro, o apelo de Trump à população branca se torna menos sutil devido ao forte discurso anti-imigração e nativista, de forma que pessoas não brancas, mesmo republicanos e conservadores, têm dificuldade de apoiá-lo (MUDDE, 2017). Dessa forma, sacrifica-se parte do eleitorado em favorecimento de conquistar o eleitorado alvo, a “classe trabalhadora branca”, e assim o nativismo é priorizado em relação a quaisquer outras questões.

Desse modo, ambos os ex-presidentes conseguem captar diferentes segmentos do eleitorado utilizando pautas gerais e significantes vazios (CESARINO 2019), mobilizando “cidadãos de bem”, pessoas defensoras da “família”, “patriotas americanos”, entre outros. Todavia, enquanto a propaganda bolsonarista, apesar de todos os seus discursos contra minorias, tenta unificar as pessoas apagando as diferenças e isentando a política de lidar com isso (“minha cor é o Brasil”, “meu partido é o Brasil”¹⁸), já Trump não consegue o mesmo sucesso, sacrificando boa parte dos votos de pessoas negras e não brancas.

3.2 Autoritarismo

Kaltwasser e Zanotti (2023) sustentam que apesar de muitas evidências indicarem que o nativismo é a principal ideologia proclamada por partidos de extrema direita populistas na Europa, existe variação na intensidade dos elementos ideológicos desse movimento nos países afetados. Alguns partidos e lideranças colocam ênfase no aspecto do autoritarismo, como Bolsonaro no Brasil e José Antonio Kast no Chile. Essa variação é explicada pelo grau de importância que diferentes tópicos representam nas nações. No Brasil, crime e segurança pública são preocupações sociais de grande relevância, portanto se atribui maior peso ao

¹⁸ ROCHA, André Ítalo; DUARTE, Isadora, BONATELLI, Circe. 'Meu partido é o Brasil', diz Bolsonaro sobre possível saída do PSL. ****Estadão****, 2019. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/politica/meu-partido-e-o-brasil-diz-bolsonaro-sobre-possivel-saida-do-psl/>>. Último acesso em: 4 jul. 2024.

aspecto autoritário do discurso: ele dá espaço para justificar medidas de segurança e ordem mais duras. Isso se ilustra pelo impacto da ditadura militar no discurso bolsonarista.

Telles (2018) situa a extrema direita brasileira dentro de uma *malaise* democrática global, facilitada pela insatisfação com a democracia e a fragilidade das instituições e lideranças no país. Os grupos direitistas utilizam argumentos recorrentemente presentes na construção de regimes autoritários ao decorrer da história: o binômio “lei e ordem”, o clamor por “segurança”, conceitos que servem para justificar ascensão de grupos policiais ou militares para realizar ações contra os grupos identificados como “criminosos”. Valores tradicionais como família, ordem, Estado Forte, crítica ao Estado de Bem-Estar Social e “direitização” passam a retornar como tema principal dos partidos conservadores.

Na mesma direção, Dutra e Lellis (DUTRA; LELLIS, [2020]) afirmam que o bolsonarismo deve ser compreendido como um movimento autoritário de moralização da política que visa explorar as oportunidades de poder geradas pela crise do sistema político e pela crise econômica. Ele é sobretudo um governo de guerra: se usa a guerra cultural como estratégia para manutenção do poder. Dessa forma, ele cria inimigos e bodes expiatórios como forma de obter poder, mesmo que custe sua governabilidade.

Cesarino (2019) relata que as pessoas atingidas por esse movimento procuravam ordem e segurança em meio à desordem e insegurança características do contexto neoliberal. A ascensão desse populismo conservador foi uma tentativa de restabelecer a certeza em um momento de incertezas. Líderes como Bolsonaro e Trump foram eleitos como uma esperança de restauração da ordem por meio de uma inversão radical das estruturas estabelecidas.

Dessa forma, bolsonarismo é um movimento moralizante: uma guerra cultural reforça uma dualidade que coloca os cidadãos de bem de um lado, e do outro os corruptos, os bandidos, os perversos. Os cidadãos de bem, com isso, ficam vigilantes daqueles que atentam contra a moralidade, a decência, e atentam contra a nação e a família. Essa visão é frequentemente reforçada com teorias de conspiração, que culpabilizam a mídia tradicional que espalha mentiras, os cientistas que criam alarde sobre uma “gripezinha” e querem vacinar a população à força, os esquerdistas, e mais adiante, qualquer pessoa com posicionamento contrário ao movimento. Essa dualidade nós/eles, certo/errado, divino/profano, moral/corrupto é reforçada a todo tempo no discurso bolsonarista.

No caso estadunidense, o posicionamento autoritário normalmente ocorre em tópicos como o aborto, pena de morte, legalização de drogas e os argumentos para isso são fortemente religiosos (Mudde 2017). Pettigrew (2017) coloca o autoritarismo como uma síndrome de deferência à autoridade, aversão a grupos externos, visão rígida e hierárquica do mundo e resistência a novas experiências, que pode ser desencadeado por ameaça e medo, por ver o mundo como um lugar muito perigoso e ameaçador. O autoritarismo é mais numeroso entre os direitistas do que esquerdistas, e os discursos de Trump, repletos de expressões absolutistas como "perdedores" e "desastres completos", são exemplos de declarações autoritárias clássicas. Além disso, a diferenciação de grupos no topo da sociedade (brancos), em relação aos da base, os "perdedores" e "maus elementos" (imigrantes, negros e latinos) pode ser considerada indicação de um discurso clássico de dominação social. Nos EUA, mesmo antes de Trump, os republicanos pontuaram mais alto em autoritarismo do que os democratas, a oposição do Partido Republicano a praticamente tudo que era proposto pelo presidente afro-americano Obama foi uma forma de atrair eleitores autoritários. Mas foi depois de Trump que esse apelo aos autoritários ocorreu de maneira mais direta.

Movimentos autoritários pregam que se deve almejar uma sociedade onde a ordem prevaleça, e para isso os crimes precisam ser punidos severamente; isso acarreta formulação de políticas mais rigorosas, mais policiamento e mais poder para a polícia. Frequentemente o discurso autoritário se mescla ao nativismo, e dessa forma minorias e imigrantes são culpabilizados pela criminalidade (MUDDE 2017). O discurso de Trump é o perfeito exemplo dessa ocorrência, quando diz que mexicanos levam crime para os Estados Unidos e políticas de entrada no país mais estritas devem ser adotadas tanto no caso em que defende a construção do muro entre os países¹⁹ quanto quando banuiu a entrada de muçulmanos “perigosos” nos EUA²⁰.

O caso de Trump acordo com equilibra bem os três fatores ideológicos tradicionais da extrema direita, os sentimentos nativistas podem ser ilustrados pela frase de campanha “build the wall”, o populismo por “drain the swamp”, e o autoritarismo pelas diversas afirmações de fraude nas eleições (KALTWASSER; ZANOTTI 2023). Cada um desses elementos foi

¹⁹ REILLY, Katie. Here Are All the Times Donald Trump Insulted Mexico (Aqui estão todas as vezes que Donald Trump insultou o México), TIME, 2016.. Disponível em: <https://time.com/4473972/donald-trump-mexico-meeting-insult/>. Acesso em: 29 maio 2024.

²⁰ KRIEG, Gregory. Trump’s history of anti-Muslim rhetoric hits dangerous new low (O histórico de Trumo de retórica anti mulçumanos atinge um perigoso novo nível). CNN, 2017. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2017/11/29/politics/donald-trump-muslim-attacks/index.html>. Acesso em: 29 maio 2024.

importante para mobilizar diferentes setores da população. As acusações de fraude foram somente um de diversos exemplos de traços autoritários: de acordo com Kaufman e Haggard (2019) ele também atacou a mídia do país, limitando sua atuação como o quarto poder; alimentou divisões étnicas e de classe e demonizou a sua oposição. Para os autores, o dano institucional mais duradouro foi à legitimidade e integridade do sistema judicial, com implicações sobre liberdades civis e integridade do sistema eleitoral. Trump derrubou convenções que desencorajavam candidatos no jogo político de retratar seus concorrentes como ameaças existenciais, aumentando a tendência de grupos concorrentes priorizem prevenir a vitória do outro lado, em contrapartida de dar menor prioridade a procedimentos democráticos justos. Em suma, o governo Trump acelerou a erosão de normas que por muito tempo foram consideradas pilares da estabilidade democrática nos Estados Unidos.

Smith e Hanley (2018) argumentam que apoiadores brancos de Trump votaram nele principalmente porque compartilham seus preconceitos. A partir do questionário ANES de 2016, os autores encontraram indícios que o apoio a Trump é fortemente correlacionado ao autoritarismo e à polarização política, principalmente por cor. Para eles, é comum que se discuta "a classe trabalhadora branca" como explicação ao voto, classe essa que resiste à tolerância e à governança tolerante, todavia, é argumentado que os eleitores pró-Trump vêm em grande número de muitos estratos e meios e que os efeitos da classe são mediados, na grande maioria dos casos, por preconceitos e outras atitudes. Por sua vez, esses preconceitos têm uma estrutura definida e autoritária, de forma a atribuir sentimentos negativos a minorias e mulheres e positivos a líderes dominadores e intolerantes que não têm inibições sobre seus preconceitos. Ademais, quase 75% dos apoiadores de Trump se consideram entusiastas, e mesmo os eleitores "moderados" estão muito mais próximos em atitude dos entusiastas do que dos eleitores de outros candidatos. Assim, existe uma profunda polarização.

Dessa forma, Smith e Hanley partem da hipótese que o preconceito é despertado pela agressividade que submissão, e por consequência ocorre o apoio a um líder dominante, capaz de punir os "não merecedores":

[...] propomos que pessoas com tendências autoritárias seguem líderes dominadores menos pelo prazer da submissão do que pelo prazer de forçar os "estranhos morais" a se submeterem. A participação vicária na dominação e punição de grupos externos é uma parte central do desejo autoritário de seguir um líder dominador. Assim, para ativar esse desejo, os líderes devem ser punitivos e intolerantes. O autoritarismo não é o desejo de seguir qualquer autoridade, mas sim o desejo de apoiar uma autoridade forte e determinada que irá "esmagar o mal e nos levar de volta ao nosso

verdadeiro caminho". Autoridades que rejeitam a intolerância são anátema e devem ser punidas (SMITH; HANLEY, 2018, pág. 196)

Dessa forma a "agressividade autoritária" mira em grupos desprezados e a "submissão autoritária" promove o apoio a líderes que abertamente rechaçam esses grupos, ou seja, o autoritarismo é o apoio a líderes intolerantes porque eles são intolerantes. Na maioria das vezes, eleitores brancos apoiaram Trump porque compartilhavam seus preconceitos.

Por fim, considerando a discussão sobre autoritarismo nos casos brasileiro e estadunidense, a próxima seção tem objetivo de comparar dados de ambos os países sobre os fatores demográficos relacionados ao voto em Bolsonaro ou Trump, e também da concordância com formas de governo autoritárias por seus simpatizantes.

Em suma, este capítulo analisou a construção dos elementos populismo, nativismo e autoritarismo nos movimentos de Bolsonaro e Trump. Primeiramente, o populismo foi abordado considerando a forma como esses líderes moldam a dicotomia entre "povo" e "elite", utilizando o populismo para opor a vontade popular a uma elite problemática, mas ajustando-o a uma retórica reacionária que não ameaça as elites financeiras. A elite corrupta, em seus discursos, é construída com base na hostilidade à esquerda política, associando intelectuais progressistas e políticos do PT e do Partido Democrata ao “establishment” que corrompe a vontade popular. Em outras palavras, nem o neoliberalismo de Bolsonaro, com seus valores meritocráticos e “pró-família”, nem o neoliberalismo hiper-reacionário de Trump rompem com a estratégia retórica populista, pois a definição de povo e elite foi adaptada a uma visão reacionária. Enquanto Bolsonaro se posiciona como representante do povo contra uma elite política e cultural, justificando a necessidade de romper com a “ideologia dominante” e o “marxismo cultural”, Trump, de maneira similar, defende os "americanos reais" contra as “liberal coastal elites”. Na orientação econômica, o bolsonarismo combina o neoliberalismo com uma retórica meritocrática, enquanto o trumpismo se apoia em medidas protecionistas e produtivistas para favorecer os trabalhadores americanos, especialmente os brancos.

Já a segunda seção se dedicou ao fator nativismo e tratou de como Trump e Bolsonaro se posicionaram como representantes de uma maioria unificada, enquanto minimizam ou atacam grupos minoritários. Foi abordado como o discurso nativista se adapta a cada país: se, nos EUA e na Europa, o nativismo está fortemente ligado à rejeição de imigrantes, no Brasil ele se manifesta na oposição a políticas afirmativas para negros e indígenas, com a justificativa

de que isso cria discórdia e ameaça a unidade da população. A literatura visitada apontou que tanto Bolsonaro quanto Trump utilizam critérios raciais para estabelecer essa distinção entre uma nação unificada e as ameaças a ela, adotando uma inversão discursiva que retrata políticas identitárias como vitimização. Em ambos os casos, a intolerância contra minorias e a rejeição ao "politicamente correto" são centrais para mobilizar suas bases eleitorais.

Por fim, o eixo autoritarismo funciona nesses movimentos de formas distintas, mas com pontos de convergência. No Brasil, o autoritarismo bolsonarista está fortemente ligado à segurança pública, evocando a ditadura militar como referência e reforçando a necessidade de ordem e punição severa. O bolsonarismo cria uma dicotomia entre “cidadãos de bem” e “vagabundos”, inimigos da moralidade. Já nos EUA, o autoritarismo trumpista se expressa em pautas como aborto e imigração, fortemente ligado a elementos religiosos e nativistas. Ambos os líderes usaram a guerra cultural como estratégia política, mobilizando seus eleitores contra inimigos simbólicos, como a mídia, intelectuais, minorias e progressistas – que, na narrativa populista dos movimentos, seriam os componentes da elite corrupta. O discurso autoritário de ambos os presidentes também reforça a polarização, criando um sentimento de ameaça constante e justificando o uso de medidas antidemocráticas para manter a ordem. Finalmente, ambos têm histórico semelhante de acusações falsas de fraude eleitoral e ataques ao sistema judicial e eleitoral de cada país.

4. Convergências e divergências entre fatores comportamentais e atitudinais de bolsonaristas e trumpistas

O presente capítulo trata de compreender o perfil demográfico e atitudinal dos eleitores de Bolsonaro e de Trump. A primeira parte adotada o teste de razão de chances (*odds ratio*) para descrever as características sociodemográficas dos eleitores que depositaram seu voto na extrema direita nos dois países analisados. Para tal, são analisados dados do LAPOP, uma vez que o questionário de opinião pública é aplicado em 34 nações no continente americano, e assim é possível utilizar as mesmas perguntas para aferir resultados no Brasil e nos Estados Unidos.

O *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) é um projeto desenvolvido na Universidade de Vanderbilt, nos EUA, com objetivo de aferir comportamentos e atitudes políticas, valores democráticos, situação econômica e outras atitudes pesquisadas por cientistas sociais. As bases de dados resultantes são disponibilizadas para pesquisadores pouco depois do processo de aplicação do questionário e aferição dos dados. Desta forma, a cada dois anos novos questionários são aplicados nos países estudados e seus dados são dispostos ao público.

A segunda parte do capítulo trata das atitudes relacionadas ao voto em Bolsonaro ou Trump. A principal questão tratada é acerca do apoio a formas autoritárias de governo por esses eleitores, uma vez que a extrema-direita, conforme já apontado nos capítulos anteriores, é frequentemente associada com autoritarismo e retrocessos democráticos. É utilizada uma segunda análise de razão de chances, dessa é colocada a variável voto em Bolsonaro ou Trump como explicação às atitudes antidemocráticas. Além disso, cabe compreender o posicionamento ideológico dos eleitores de cada país e como isso interferiu nos resultados eleitorais. Para contextualização desses fatores, considerando as discrepâncias políticas e históricas entre os países, como por exemplo o legado autoritário brasileiro, serão realizadas também análises longitudinais conforme os dados disponíveis.

Por fim, é adicionada uma quarta seção, que coloca em questão fatores discutidos na literatura a respeito dos grupos propensos a votar na extrema direita e também os estereótipos impostos a esses segmentos da população, de modo a testar em que medida esses fatores se comprovam na presente análise. Com base nas literaturas específicas de cada país, é abordada a mobilização do sentimento de privação relativa em classes sociais ou grupos majoritários.

4.1 O perfil do eleitorado

Na seção anterior foram abordados diversos fatores que, de acordo com a literatura analisada, interferem na probabilidade de apoiar o bolsonarismo e o trumpismo, como o nível educacional dos eleitores, a crise de masculinidade e, no caso brasileiro, a estagnação do poder aquisitivo da classe média e seu menor distanciamento das classes mais baixas. Nesta seção, o voto em Bolsonaro ou Trump é relacionado às variáveis independentes sexo, religião, idade, cor, escolaridade e renda, a fim compreender características e atitudes políticas dos votantes dos presidentes analisados.

De acordo com Zanotti, Rama e Tanscheit (2023) os apoiadores do bolsonarismo no Brasil são predominantemente homens que se identificam como de direita, tendem a serem evangélicos e apoiam medidas mais rigorosas e inflexíveis. Além disso, comparando os bolsonaristas com eleitores de extrema direita abordados na literatura global, os autores concluem que Bolsonaro não atrai os “perdedores da globalização”: seus eleitores são mais presentes nas classes altas em relação às baixas.

Todavia, apesar da grande atenção que variáveis socioeconômicas como classe social receberam na literatura para explicar o voto em Bolsonaro ou Trump, ainda permanece uma questão acerca do papel que essa variável desempenhou. Se de fato os eleitores de Trump são majoritariamente pessoas brancas da classe trabalhadora, seria a maior adesão das classes altas e baixas uma peculiaridade do caso brasileiro? Com os dados disponibilizados no questionário LAPOP, é possível analisar duas das variáveis mais utilizadas para compreender a classe social da população: renda e escolaridade.

A variável escolaridade foi dividida de forma que as pessoas com que chegaram ao ensino médio mas não o completaram foram classificadas como escolaridade baixa, as pessoas com ensino médio e ensino superior incompleto foram classificadas como escolaridade média, e as pessoas com ensino superior completo ou pós-graduação pertencem ao grupo com escolaridade alta.

A critério de comparação, existe o desafio metodológico de comparar faixas de renda em dois países com moedas e custos de vida diferentes. Para solucionar essa questão, foi criada a variável tercil de renda a partir das rendas relatadas nos questionários, agrupando os extratos populacionais em três grupos de tamanho similar; o primeiro com as pessoas com as menores

faixas de renda, o segundo com o extrato de renda intermediária, e o terceiro com as pessoas de renda mais alta.

<i>Tercis de Renda no Brasil em 2018</i>			<i>Tercis de Renda nos EUA em 2016</i>		
	Contagem	Porcentagem		Contagem	Porcentagem
Tercil inferior	293	32.7	Tercil Inferior	504	34.4
Tercil intermediario	292	32.6	Tercil intermediario	502	34.2
Tercil Superior	311	34.7	Tercil Superior	461	31.4

<i>Tercis de Renda no Brasil em 2022</i>			<i>Tercis de Renda nos EUA em 2020</i>		
	Contagem	Porcentagem		Contagem	Porcentagem
Tercil inferior	370	38.2	Tercil inferior	293	32.7
Tercil intermediario	330	34.1	Tercil intermediario	292	32.6
Tercil superior	269	27.8	Tercil Superior	311	34.7

Tabela 1: Classificação dos tercis de renda no Brasil e Estados Unidos

A amostra foi dividida se aproximando o máximo possível de recortes iguais de 33.3% cada um, todavia, cabe ressaltar que a diferença no percentual dos estratos se dá por conta das seções de renda colocadas como opção de resposta nos questionários LAPOP. Assim, nos dados de 2019, a amostra brasileira foi dividida de forma que 32.7% da população se enquadra no tercil de renda mais baixa, 32.6% na seção intermediária, e os 34.7% restantes apresentam renda superior. Já em 2023, por apresentar opções de resposta reduzidas para a questão da renda, a população só pode ser dividida de forma que o tercil inferior compôs 38,2% das observações, o intermediário 34%, e o superior 27,8%. Já a amostra estadunidense de 2017 teve as porcentagens 34,4%, 34.2% e 31.4%, para as populações do tercil inferior, intermediário e superior, e em 2021, 32,7%, 32,6% e 34,7%, respectivamente.

Os dados abaixo mostram o resultado do cruzamento dessa variável com a variável voto, de forma que cada tercil foi dividido entre pessoas que votaram em Bolsonaro ou outros:

<i>Tercil de renda e voto em Bolsonaro (2018)</i>			<i>Tercil de renda e voto em Bolsonaro (2022)</i>		
	Bolsonaro	Outros		Bolsonaro	Outros
Tercil Inferior	158	135	Tercil Inferior	123	247
	53.9%	46.1%		33.2%	66.8%
Tercil Intermediário	169	123	Tercil Intermediário	144	186
	57.9%	42.1%		43.6%	56.4%
Tercil Superior	203	108	Tercil Superior	127	142
	65.3%	34.7%		47.2%	52.8%

Tabela 2: Tercil de renda e voto presidencial no Brasil

Nesse cruzamento entre as variáveis, é possível observar um padrão já reconhecido na literatura brasileira sobre o bolsonarismo: a proporção do voto em Bolsonaro aumenta conforme a renda. Na análise dos dados de 2019 referentes a eleição de 2018, no primeiro tercil de renda, ou seja, o mais baixo, cerca de 53% dos votos foram para Bolsonaro, já entre o segundo tercil, esse percentual subiu para 57,9%, e escalou novamente quando 65,3% do tercil com renda mais alta votou no ex-presidente. Também nas eleições de 2022 é notável o mesmo padrão, com os votos de Bolsonaro subindo de 33,2% no tercil inferior para 47,2% no superior.

Tercil de renda e voto em Trump (2016)			Tercil de renda e voto em Trump (2020)		
	Trump	Outros		Trump	Outros
Tercil Inferior	124 36.6%	215 63.4%	Tercil Inferior	193 36.2%	340 63.8%
Tercil Intermediário	177 42.5%	239 57.5%	Tercil Intermediário	201 36.0%	357 64.0%
Tercil Superior	178 46.5%	205 53.5%	Tercil Superior	84 36.4%	147 63.6%

Tabela 3: Tercil de renda e voto presidencial nos EUA

Já nos votos de Trump nas eleições de 2016, foi exposto um padrão que diverge do estereotípico eleitor propagado em veículos de comunicação: apenas 36,6% do tercil de renda mais baixa votou no ex-presidente, enquanto nos tercis intermediário e superior, 42,5% e 46,5% dos eleitores votaram no candidato. Já nas eleições de 2022, não houve diferença entre as faixas de renda.

Como o cruzamento de variáveis simples é insuficiente para afirmar que essa variável apresenta impacto significativo no voto; é necessário controlar outras variáveis de forma a isolar o efeito de cada uma. Com isso, as variáveis individuais (sexo, religião, idade, cor, escolaridade e tercil de renda) foram inseridas no modelo de regressão logística a seguir a fim de compreender as características sociodemográficas do eleitor de Bolsonaro ou Trump.

Razão de chances para voto em Bolsonaro ou Trump (2018/2016)

<i>Predictors</i>	Voto em Bolsonaro 2018		Voto em Trump 2016	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>
(intercept)	0.33 ***	0.001	0.02 ***	<0.001
Mulher	0.64 **	0.003	0.69 *	0.012
Branco	1.77 ***	0.001	5.39 ***	<0.001
Idade	1.02 **	0.003	1.02 ***	<0.001
Católico	1.31	0.191	3.55 ***	<0.001
Evang. Não-Pentecostal	2.06 *	0.011	3.31 ***	<0.001
Evang. Pentecostal	4.03 ***	<0.001	5.94 ***	<0.001
Tercil mediano	1.08	0.669	1.35	0.098
Tercil superior	1.57 *	0.023	1.74 **	0.004
Média Escolaridade	1.69 **	0.002	1.22	0.649
Alta Escolaridade	0.83	0.480	0.81	0.633
Observations	831		974	
R ² Tjur	0.100		0.190	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Tabela 4: Razões de chance para voto presidencial no Brasil (2018) e EUA (2016)

Os resultados na tabela acima apontam impacto estatisticamente significativo da maioria das variáveis analisadas no voto em Bolsonaro, em Trump, ou em ambos. Pessoas de sexo feminino tiveram 36% menos de chance de votar em Bolsonaro e 31% menos chance de votar em Trump. As variáveis de religião impactaram de forma que evangélicos não pentecostais e evangélicos pentecostais têm 106% e 303% mais chance de votar em Bolsonaro, respectivamente. Já a chance do voto em Trump foi 255% maior entre católicos, 231% maior entre evangélicos não pentecostais e quase cinco vezes maior entre evangélicos pentecostais.

A idade foi significativa em ambos os cenários; cada ano de idade a mais acarretou 2% a mais de chance de voto em Bolsonaro ou Trump. Isso significa que um brasileiro ou um americano de 60 anos tem 80% mais chances de votar em um dos presidentes que um de 20. Ser branco também influenciou positivamente os votos em Bolsonaro e exorbitantemente em Trump, em 77% e 439%, respectivamente. A escolaridade média aumentou em 69% a chance de voto em Bolsonaro em comparação à escolaridade baixa, mas não demonstrou impacto estatisticamente significativo no voto em Trump. Quanto à variável tercil de renda,

estadunidenses que estão no tercil superior de renda tem 74% de chance a mais de votar em Trump em relação ao tercil de renda mais baixo, e brasileiros no tercil superior, 57% mais chance de voto em Bolsonaro.

As variáveis que apresentaram resultado compatível com a literatura estadunidense foram religião, cor e sexo, e compatíveis também com análises conduzidas no Brasil (NICOLAU, 2020, CARDOSO, 2020). Evangélicos, principalmente pentecostais, mas também não-pentecostais, atuaram de forma muito semelhante nos dois países, aumentando a chance de voto tanto em Trump quanto em Bolsonaro. Nos EUA, a variável cor teve o maior impacto entre todas as outras, multiplicando a chance de voto em Trump em quase cinco vezes em caso de pessoas brancas.

Ser mulher reduz a razão de chance de voto nos candidatos analisados em ambos os casos. A variável sexo merece destaque uma vez que os fenômenos bolsonarista e trumpista são também fenômenos masculinos. No Brasil, as eleições anteriores apresentaram proporção semelhante de votos de homens e mulheres nos candidatos eleitos, já em 2018 Bolsonaro teve um apoio mais expressivo entre as mulheres de escolaridade média (NICOLAU, 2020).

Quanto ao fator escolaridade, existe diferença entre os perfis de eleitores de cada candidato. Os resultados para o caso brasileiro mostram confirmação do que a literatura já apontava, que pessoas de escolaridade média apresentando mais chance de voto em Bolsonaro que de escolaridade baixa. Em Nicolau (2020), Bolsonaro foi o preferido nos três níveis de escolaridade nos três níveis, fundamental, médio e superior, todavia, o extrato de média escolaridade teve a maior diferença entre a votação de Bolsonaro e a de Fernando Haddad. Não houve significância estatística para diferença de voto por escolaridade no caso de Trump, mas cabem algumas considerações acerca do que a literatura que estudou exclusivamente o país aponta.

As explicações sobre o voto em Trump, a partir de pesquisas iniciais de aferição eleitoral, seguiram um padrão que culpabiliza a “white working class” (classe trabalhadora branca), principalmente em veículos jornalísticos. Como ressaltam Smith e Hanley (2018), essas explicações se desenvolveram a partir de pesquisas que mostraram que os eleitores de Trump tendem a não possuir ensino superior. Todavia, essa seção visa ressaltar que não ter ensino superior é muito diferente de não ter renda alta, fazendo que a definição de “classe trabalhadora” seja extremamente falha na maioria dos casos em que é empregada. É o que

explica Metzgar²¹, que descreve que durante as eleições de 2016 houve uma onda de atenção para essa "demografia" entre repórteres e estrategistas políticos, difundido essa imagem do eleitor de Trump. À medida que o conceito migrou dos cientistas sociais para os comentaristas, começaram a se propagar estereótipos soltos e suposições preconceituosas de classe. Usando o conceito de Connie Schultz, ele relata que a "classe narrativa" branca e educada tende a ver os brancos da classe trabalhadora como propagadores de males sociais como racismo, sexismo e homofobia, e se chega ao ponto de liberais usarem os termos 'lixo branco' e 'lixo de trailer' para se referir a essa demografia. Para Metzgar, a "classe narrativa" vem de uma classe média com pouca experiência com pessoas da classe trabalhadora de qualquer cor, e por isso na maioria das vezes as suposições preconceituosas de classe são baseadas na ignorância e incompreensão da classe média profissional.

Ainda em Metzgar, esse erro ocorre por duas razões. A primeira é uma ignorância sobre as demografias de classe: analistas e repórteres frequentemente utilizam a binária bacharelado/não bacharelado para categorizar a população branca, mas desconhecem o tamanho relativo desses grupos, assumindo que a maioria das pessoas brancas são profissionais com educação universitária, bem como eles mesmos. A segunda é a suposição que pessoas brancas com formação universitária são menos racistas e mais tolerantes do que as que não tem um diploma, suposição essa normalmente feita sem quaisquer evidências sólidas.

Mondon e Winter (2019) refoçam esse ponto, examinando como as explicações do voto em Trump centradas na classe trabalhadora branca reproduzem e sustentam uma narrativa política específica, ao essencializar a classe trabalhadora como branca, masculina, e apresentando-a como um substituto reacionário do "povo" e, a partir disso, e transformando esses votos em uma falsa imagem de revolução. Os autores relatam a repercussão de argumentos centrados na classe trabalhadora dos "deixados para trás", que se tornaram a forma mais comum de se explicar a ressurgência de partidos políticos de extrema direita por meio da captação do voto que previamente seria de esquerda. Eles argumentam que retratar esses eventos como revoltas da classe trabalhadora apaga sua diversidade e sustenta uma narrativa essencialista centrada na identidade, experiência e interesses brancos. Além disso,

²¹ Metzgar, Jack. Misrepresenting the White Working Class: What the Narrating Class Gets Wrong, (Deturpando a classe trabalhadora branca: o que a classe narradora erra). Working Class Perspectives, 2016. Disponível em: <https://workingclassstudies.wordpress.com/2016/03/14/misrepresenting-the-white-working-class-what-the-narratingclass-gets-wrong/>. Último acesso em 06 de junho de 2024.

contestam a ideia de que esses votos vieram majoritariamente da classe trabalhadora, mostrando que essa leitura não apenas exagera os dados, como também reafirma suposições ideológicas e agendas políticas.

Os resultados aqui obtidos contradizem o perfil estereotipado do eleitor de Trump, uma vez que a posição econômica dos eleitores mostra que o tercil da população com a maior renda apresenta mais chances de votar em Trump que a seção de menor poder econômico. Dessa forma, o eleitorado de Trump responde de forma semelhante ao brasileiro, que também tem mais chance de votar em Bolsonaro conforme aumenta a posição econômica.

Esses resultados colocam em perspectiva até onde vai o poder explicativo da teoria dos perdedores da globalização até mesmo para os estadunidenses. Por mais que a narrativa de Trump reforce essa teoria quando acusa imigrantes de roubar os trabalhos da classe trabalhadora estadunidense, o extrato que corresponderia a esses “perdedores” não vota em maior proporção no candidato, pelo contrário, tende a votar menos nele.

Esse resultado dá suporte ao estudo massivo pré-eleitoral que, de acordo com Rothwell e Diego-Rosell (2016), mostrou que os apoiadores de Trump têm salários acima da média e uma probabilidade relativamente baixa de estarem desempregados ou de trabalharem em tempo parcial. Além disso, apresentaram baixa exposição a trabalhadores imigrantes, e menos de 10% deles trabalham na produção. Quanto à escolaridade, os eleitores de Trump tinham, em média, apenas três meses a menos de estudo formal do que outros eleitores republicanos.

Quanto às eleições seguintes, em que ambos os candidatos de extrema direita foram (por pouco) derrotados, foi realizada a mesma análise com as variáveis disponíveis no LAPOP Brasil de 2023, e no Lapop EUA de 2021, todavia, o questionário aplicado nos Estados Unidos não contou com a pergunta sobre religião. Os resultados dos votos em Bolsonaro são apresentados na tabela a seguir:

Razão de chances para voto em Bolsonaro ou Trump (2022/2020)

<i>Predictors</i>	Votos em Bolsonaro 2022		Votos em Trump 2020	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>
(intercept)	0.19 ***	<0.001	0.20 **	0.002
Mulher	0.78	0.097	0.59 ***	<0.001
Branco	1.84 ***	<0.001	3.85 ***	<0.001
Idade	1.01	0.254	1.01 *	0.014
Católico	1.04	0.852		
Evang. Não-Pentecostal	3.09 ***	<0.001		
Evang. Pentecostal	3.38 ***	<0.001		
Tercil mediano	1.27	0.191	0.85	0.266
Tercil superior	1.24	0.304	0.83	0.355
Média Escolaridade	2.02 ***	<0.001	1.03	0.946
Alta Escolaridade	2.04 **	0.005	0.57	0.205
Observations	852		1106	

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Tabela 5: Razões de chance para voto presidencial no Brasil (2022) e EUA (2022)

Nas eleições de 2022 no Brasil, as variáveis que aumentaram a probabilidade de voto em Bolsonaro foram escolaridade (tanto média quanto alta, em mais de 100%), ser branco (84%), ser evangélico não pentecostal (238%) ou evangélico pentecostal (209%). Todavia, não foram encontrados resultados estatisticamente significativos para renda, idade ou ser mulher, como na eleição presidencial anterior. Nos Estados Unidos, permanece o padrão nas variáveis disponíveis, com o fator ser mulher reduzindo a chance de voto em Trump em 41%, maior idade aumentando em 1% a cada ano a mais, e ser branco alterando para quase três vezes mais chance.

Considerando os resultados discutidos nessa seção, é adicionado mais um ponto de interesse na discussão da extrema direita nos dois países que não é abordado em Mudde (2017) ou em Kaltwasser e Zanotti (2023), mas começam a ser discutidos separadamente nas literaturas nacionais dos países analisados. A última seção trata do sentimento de privação relativa encontrado na adesão ao bolsonarismo e ao trumpismo e como ele se dá em ambos os países analisados. A seguir, cabe compreender as atitudes individuais dos eleitores quanto ao

posicionamento ideológico, e principalmente no que diz respeito ao apoio a formas autoritárias de governo e intolerância política.

4.2 Atitudes individuais, autoritarismo e o apoio a Bolsonaro e Trump

A presente seção abrange uma análise das atitudes individuais dos eleitores de Bolsonaro e Trump. A primeira tem como intuito compreender o posicionamento ideológico desses eleitores a fim de compreender se houve algum tipo de realinhamento político durante as eleições tratadas, além de trazer uma análise longitudinal do alinhamento ideológico nos dois países. A segunda compreende outra análise longitudinal, dessa vez medindo apreço à forma democrática de governo a fim de compreender se há uma queda no apoio à democracia e em quais momentos ela aparece. Por fim, são realizadas análises de razão de chances para compreender a relação entre voto e apoio a formas autoritárias de governo em ambos os países nas últimas duas eleições.

Tendências Ideológicas e Alinhamento Político

As eleições de 2016 nos Estados Unidos chamaram a atenção devido à grande mobilização eleitoral que Trump conseguiu promover. Em uma nação onde o voto não é obrigatório, tal mobilização é essencial em uma eleição presidencial. Com o eleitorado estadunidense tendo suas preferências partidárias cada vez mais cimentadas e uma porcentagem cada vez menor de indecisos, as eleições estão cada vez mais propensas a serem ganhas através da mobilização dos membros do partido, o que torna pouco atraente uma tentativa de persuadir eleitores independentes ou céticos. Em decorrência disso, a maioria dos políticos atuais reluta em fazer algo que possa desafiar ou desapontar as suas respectivas bases eleitorais²², e Trump é o perfeito exemplo disso, assim como Bolsonaro.

Mudde (2017) afirma que cerca de 90% das pessoas com identificação com um dos partidos políticos votaram conforme essa identificação, ou seja, democratas votaram no Partido Democrata e republicanos votaram no Partido Republicano. Na eleição presidencial que elegeu Trump, os republicanos foram às urnas tanto por lealdade partidária quanto por

²² Martin, Healy. New York Times, 2016. Obama's options for a Supreme Court nominee, and the potential fallout (As opções de Obama para um candidato à Suprema Corte e as possíveis consequências). Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/02/17/us/politics/supreme-court-path-is-littered-with-pitfalls-for-president-and-gop.html> Acessado por último em 06 de junho de 2024.

aversão à candidata democrata Hillary Clinton. Muitos republicanos talvez preferissem votar num candidato republicano mais moderado, mas não puderam contar com essa escolha sem “desperdiçar” seu voto. O autor argumenta que durante ao menos as últimas duas décadas, a política populista de direita radical vinha sendo praticada de forma quase exclusiva pelos partidos populistas de direita radical. Por mais que os partidos tradicionais da direita tenham ocasionalmente adotado essa retórica, era rara alguma mudança fundamental em suas ideologias ou políticas. A partir do momento em que o GOP passou a apoiar Trump, foi intensificada a fusão entre a direita dominante e a direita radical. Considerando o alinhamento partidário, Mudde cita o artigo de Larry Bartels onde o cientista político argumenta que “2016 foi uma eleição comum, e não um realinhamento”²³.

Os dados do LAPOP 2017 e 2019 parecem confirmar esse resultado:

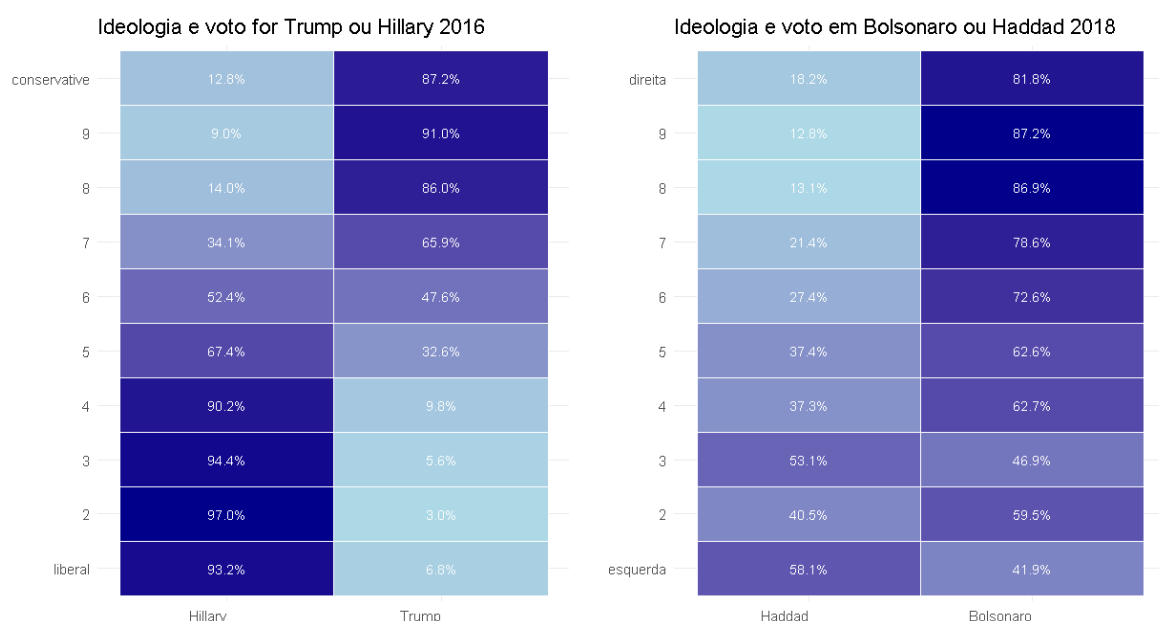


Figura 1: Heatmap da relação entre posicionamento na escala ideológica e voto em Bolsonaro (2018) ou Trump (2016)

O resultado é diferente usando os dados do Brasil para a eleição de 2018. Enquanto nos EUA, o mapa de calor (*heatmap*) destaca uma clara divisão, com eleitores liberais votando majoritariamente em Hillary e conservadores em Trump, Bolsonaro conseguiu conquistar votos de pessoas que se autodeclaram de esquerda. Embora haja uma tendência de eleitores

²³ Washington Post. 2016 was an ordinary election, not a realignment (2016 foi uma eleição normal, não um realinhamento). The Washington Post, November 8, 2016. Acessado por último em 30 de junho de 2024. <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2016/11/10/2016-was-an-ordinary-election-not-a-realignment/>

de direita votarem em Bolsonaro e de esquerda em Haddad, a esquerda se mostrou mais dividida nas categorias intermediárias, resultando em um mapa de calor menos definido. Os gráficos a seguir mostram os resultados de acordo com dados do LAPOP da rodada de 2023 no Brasil e do LAPOP rodada de 2021 nos EUA:

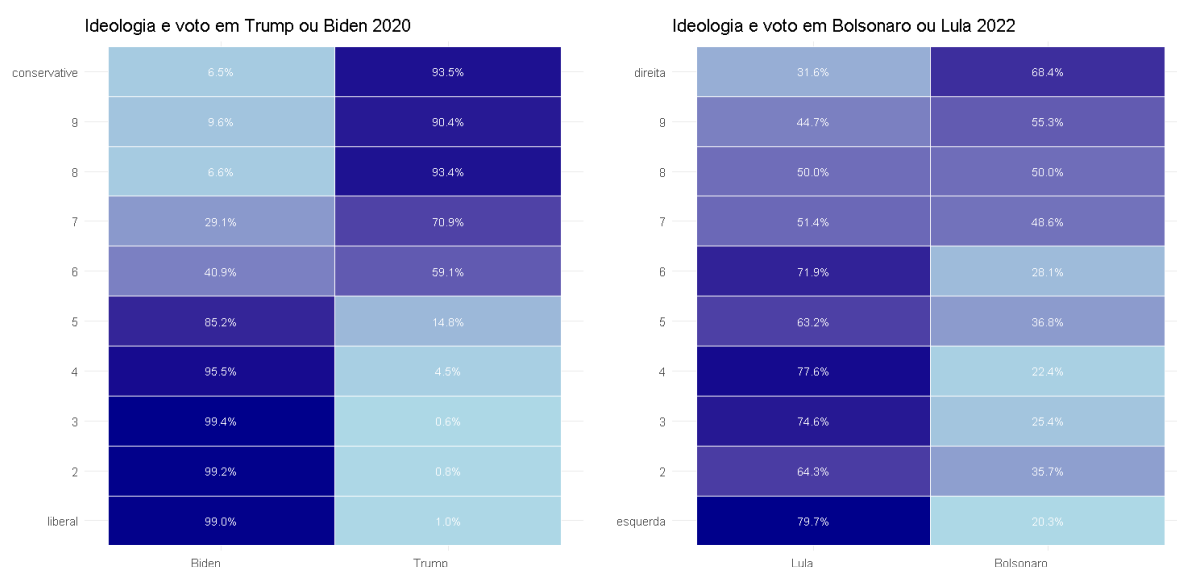


Figura 2: Heatmap da relação entre posicionamento na escala ideológica e voto em Bolsonaro (2022) ou Trump (2020)

Nos dados analisados para os Estados Unidos e o Brasil nas eleições seguintes, novamente se notam os padrões distintos de comportamento eleitoral de acordo com a inclinação ideológica dos eleitores. Assim como nas eleições passadas, nos Estados Unidos os votos seguiram claramente a inclinação ideológica dos eleitores, resultando em um heatmap mais definido. Já no Brasil, os votos seguem padrão consideravelmente menos claro, mas dessa vez deram vantagem a Lula. Por mais que Bolsonaro tenha contado com votos de uma parte significativa da direita, eleitores de centro e centro-direita se dividiram e votaram em grande proporção em Lula. Já a esquerda se mostrou menos dividida e se alinhou em grande maioria junto a seu candidato.

Esses resultados sugerem que enquanto nos Estados Unidos o voto se dá considerando a lealdade partidária, o Brasil tem uma votação mais baseada nos candidatos que em seus partidos. Mais do que isso, de acordo com os gráficos longitudinais a seguir da variável de posicionamento ideológico em todas as rodadas do LAPOP que contaram com essa pergunta, nos Estados Unidos os eleitores apresentam maior estabilidade de alinhamento ideológico, com a proporção em cada classificação se mantendo relativamente constante ao longo dos anos.

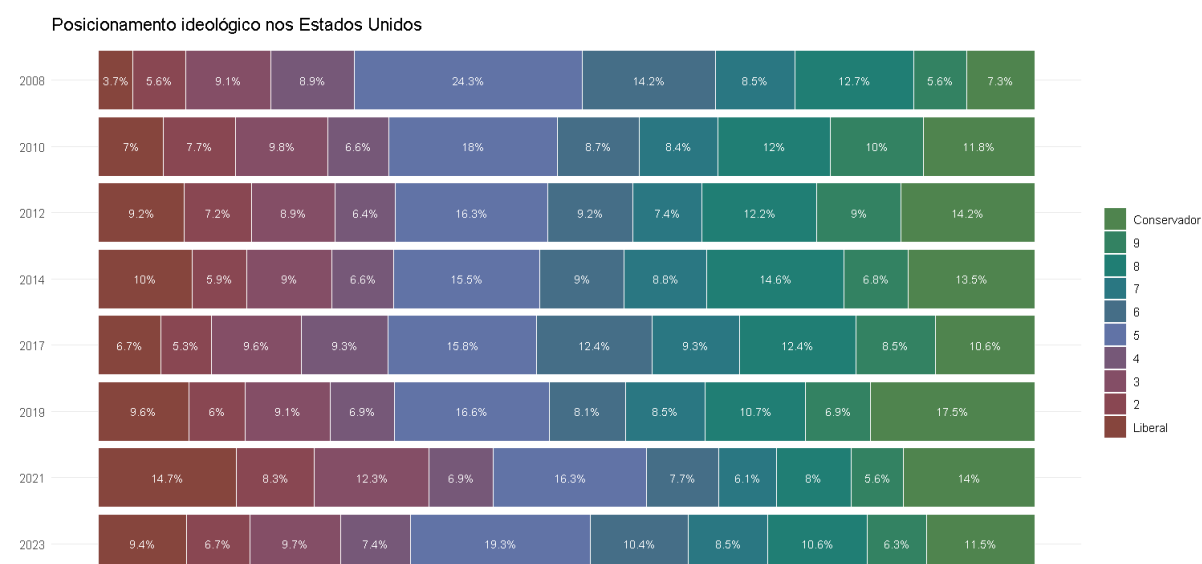


Figura 3: Gráfico longitudinal de escala de posicionamento ideológico nos Estados Unidos

Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, os eleitores que se identificam mais à direita da escala ideológica contam com vantagem sobre os de esquerda ao longo dos anos. Nos EUA, a proporção de eleitores nos extremos da escala varia levemente enquanto no centro permanecem estáveis até o ano de 2021, após a vitória de Biden sobre Trump, no qual há um deslocamento para a esquerda e assim a escala tem seu momento mais “simétrico”, com 14% de eleitores no extremo da direita e 14,7% no extremo da esquerda. Em 2023, esse movimento é revertido e volta ao padrão anterior.

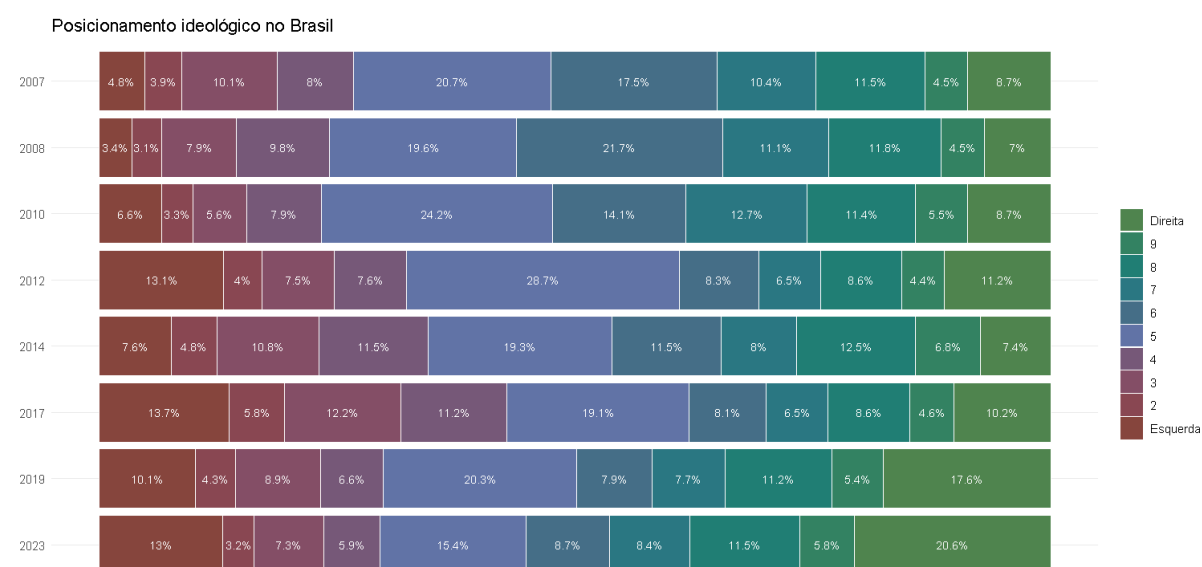


Figura 4: Gráfico longitudinal de posicionamento na escala ideológica no Brasil

Já na tabela longitudinal do Brasil, existe variação considerável ao longo dos anos, com a população que se identifica com o extremo da direita na escala crescendo de 8,7% em 2007 para 20% em 2023. Os eleitores no extremo da esquerda também aumentaram em número, porém em menor proporção: passaram de 4,8% para 13%. O centro se desloca em ambas as direções ao longo dos anos, e por sua vez diminui em número no ano de 2023.

Em suma, os dados destacam a complexidade do comportamento eleitoral em ambos os países, mostrando como fatores como lealdade partidária, personalidades dos candidatos e mudanças políticas podem influenciar o panorama político de forma significativa. Os resultados confirmam que não houve um “realinhamento partidário” nos EUA motivado por apoio a Trump, pelo contrário, a lealdade partidária parece desempenhar um papel crucial, resultando em um alinhamento político mais estável ao longo do tempo. Por outro lado, no Brasil, as escolhas dos eleitores parecem ser mais orientadas pelos candidatos do que pelos partidos, levando a um cenário eleitoral menos previsível e mais suscetível a mudanças.

Concordância com a democracia como forma de governo

Como foi visto, no Brasil fica explícita a preocupação da literatura com os resquícios de uma cultura autoritária no país, enquanto nos EUA um movimento autoritário não era uma preocupação relevante até recentemente, com Trump. Por isso, antes de uma análise da relação entre voto em Bolsonaro ou em Trump e formas autoritárias de governo, é interessante considerar como se dá o quadro longitudinal da adesão à forma democrática de governo em ambos os países.

Os dados retratados são disponibilizados pelo projeto LAPOP e a primeira questão analisada corresponde à pergunta do questionário: “a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”. As respostas variam de 1 (discorda muito) a 7 (concorda muito).

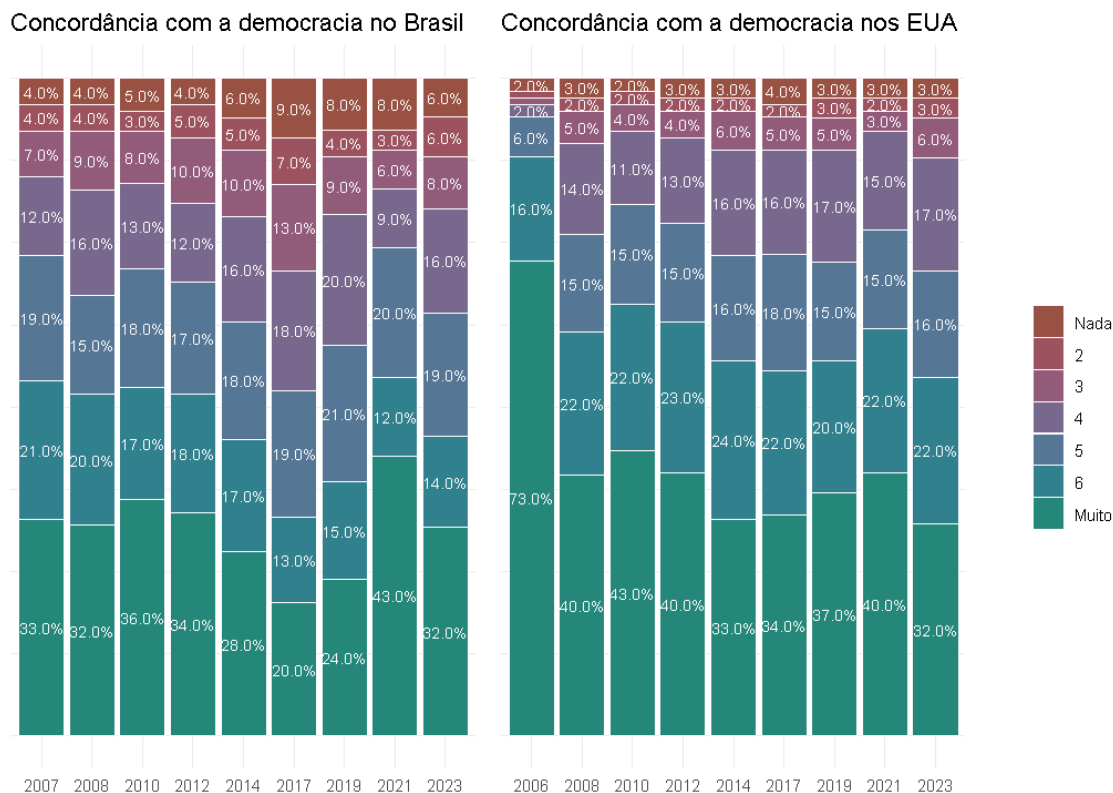


Figura 5: Gráfico longitudinal de concordância com a democracia no Brasil e nos Estados Unidos

É possível perceber um padrão nas respostas ao longo do tempo. No Brasil, há aumento contínuo do número de pessoas que discordam que a democracia seja a melhor forma de governo até 2017, e também das pessoas que são neutras (nota 4). O conjunto dos entrevistados que concordavam com a afirmação em algum grau (entre as notas 5 a 7) era de 72,6% em 2007, e até 2017 esse número caiu 30 pontos percentuais, chegando a apenas 52,4%. O questionário de 2018/2019, colhido poucos meses após as eleições de outubro de 2018, mostrou uma leve recuperação nesses números em relação a 2017, com as pessoas que concordam compondo 59,8% dos entrevistados, neutros 19,5%, e pessoas que discordam (notas 1 a 3) 20,5%. Contudo, a preferência pela democracia ainda não voltou aos níveis de 2012 e aos anteriores, se assemelhando ao ano de 2014.

Nos Estados Unidos, é possível ver o impacto na concordância de que o sistema democrático é a melhor forma de governo a partir do ano de 2008, com a Grande Recessão causada pelo colapso do mercado imobiliário. O número de pessoas que concordavam muito (nota 7), que antes chegava a 72%, caiu para 40% e nunca se recuperou, caindo novamente para 32% em 2014, na metade do segundo mandato de Obama. Houve uma pequena melhora até o ano de 2021, quando voltou para 40%, e novamente caiu em 2023. Apesar disso, o número de pessoas que discordam que a democracia é a melhor forma de governo nunca foi maior que o

do Brasil, o percentual de pessoas que não confiava ou confia pouco (notas 1 a 3) nunca ultrapassou 13%.

Outra questão no mesmo questionário solicitava aos entrevistados que respondessem: “De uma maneira geral, o(a) Sr./Sra. está muito satisfeito(a), satisfeito(a), insatisfeito(a) ou muito insatisfeito(a) com o funcionamento da democracia no país?”. Os resultados são exibidos no gráfico abaixo:

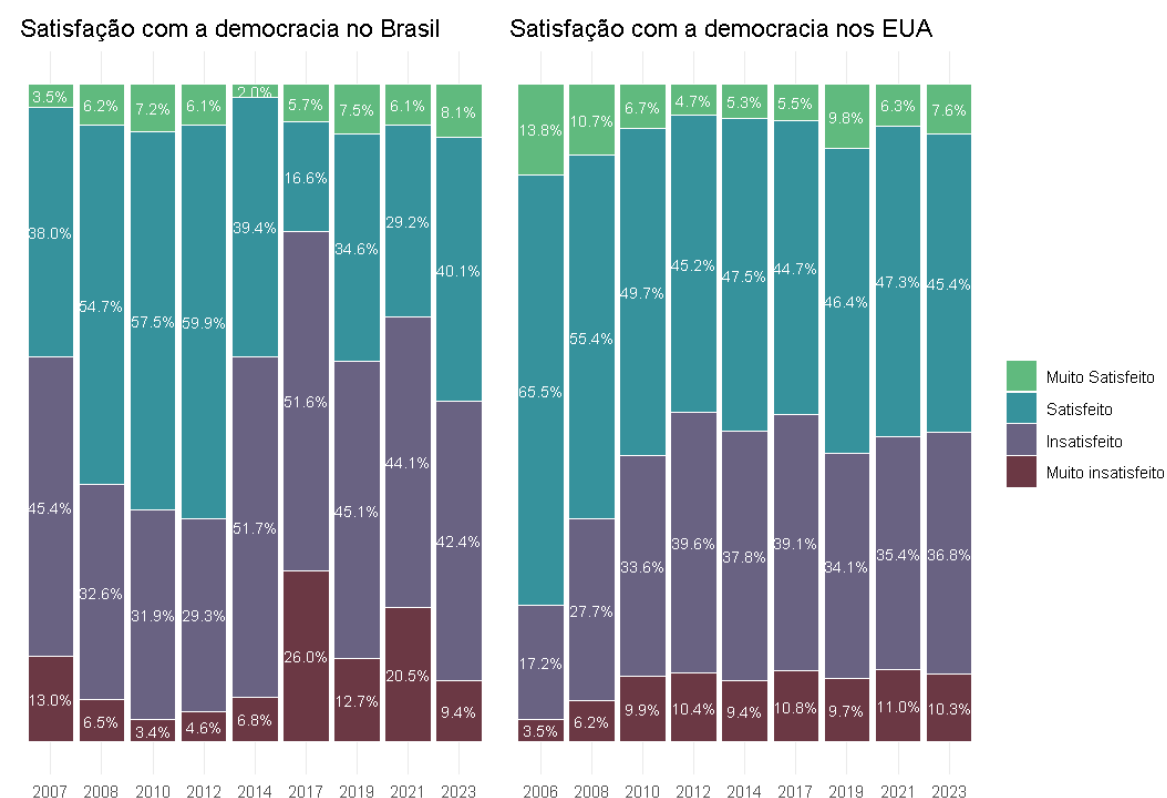


Figura 6: Gráfico longitudinal de satisfação com a democracia no Brasil e nos estados Unidos

No Brasil, em nenhum ano analisado o número de pessoas que se declaram muito satisfeitas ultrapassa 7,5%; as respostas tendem a se concentrar entre satisfeito ou insatisfeito. É notável que os níveis de insatisfação foram mais altos a partir de 2014; nesse ano, em relação a 2012, a insatisfação cresceu mais de 20 pontos percentuais. Em 2017, 22,3% dos entrevistados se declararam satisfeitos ou muito satisfeitos, contra 51,6% que estavam insatisfeitos e 26% muito insatisfeitos, o percentual mais alto em todo o período. Novamente o índice melhora em 2019, com uma diminuição considerável de respostas “muito insatisfeito”. Já nos EUA, a variação durante os anos é consideravelmente menor, mas os níveis de insatisfação sobem de

maneira constante de 2008 a 2012, se mantendo altos por todo período seguinte: cerca de 10% das pessoas se declararam muito insatisfeitas com o funcionamento da democracia, e cerca de 35% insatisfeitas. No ano de 2012, metade da população estava insatisfeita.

A última questão retratada nesta seção diz respeito à quanta confiança os entrevistados têm nas eleições em uma escala de 1 a 7, na qual 1 significa nenhuma e 7 significa total confiança.

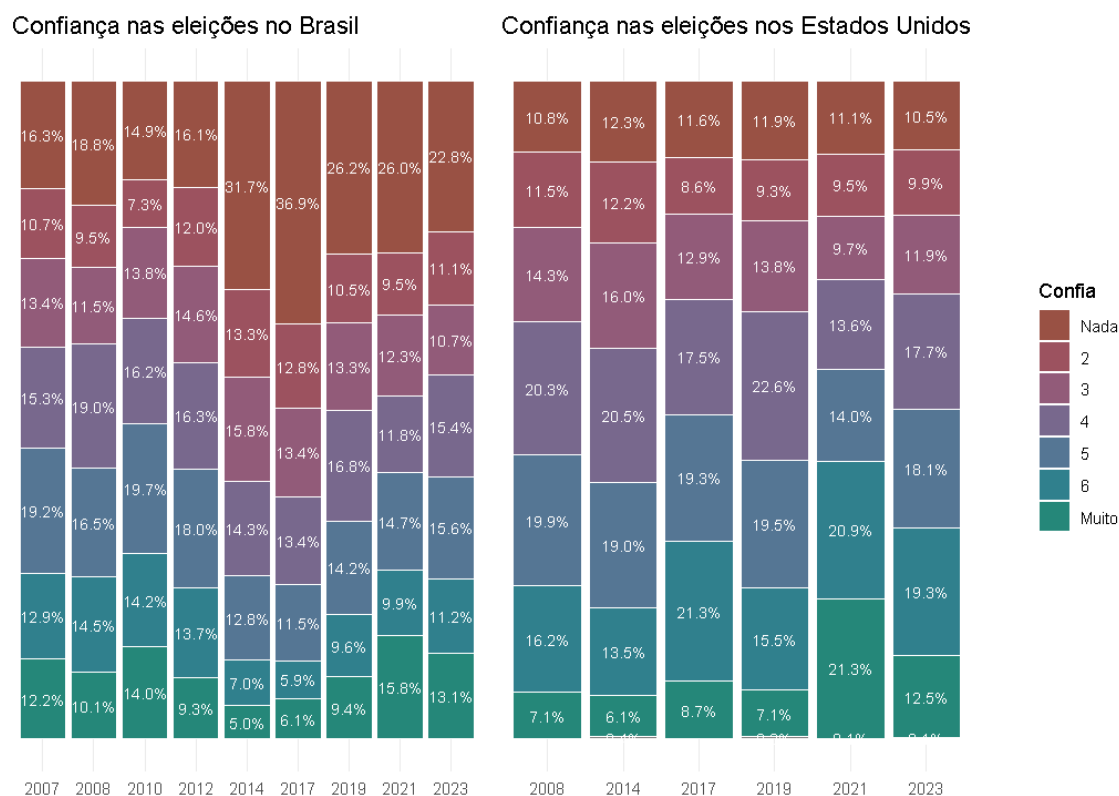


Figura 7: Gráfico longitudinal para confiança nas eleições no Brasil e nos Estados Unidos

No Brasil, é possível perceber o mesmo padrão que nos gráficos anteriores: redução significativa na confiança das eleições (notas 5 a 7) até os anos de 2014 e 2017, quando a desconfiança (notas 1 a 3) atingiu 60% e 63% dos entrevistados. Nos anos anteriores, as pessoas que não confiavam nada ou confiavam pouco nunca ultrapassaram 42%. O melhor índice se deu em 2012, quando as pessoas que desconfiavam estavam em 41% e as que confiavam, 42%. Ao contrário dos dois primeiros gráficos, no Brasil, mesmo quando o nível de confiança estava em seu ápice, a desconfiança nos resultados das eleições atingia número muito semelhante.

A respeito da confiança nas eleições, o LAPOP não coloca essa pergunta em 2006 para os Estados Unidos, impossibilitando a análise da opinião pública nesse quesito antes da crise de 2008, e tampouco nos anos de 2010 e 2012. Apesar de a confiança total nas eleições não ter níveis tão discrepantes do Brasil, atingindo seu máximo em 2021 com 21,3%, a desconfiança extrema é consideravelmente menor, nunca ultrapassando os 12,3% do ano de 2014. O gráfico para os EUA é mais constante e equilibrado, mas, apesar disso, os resultados não deixam de ser preocupantes, já que o número de pessoas que desconfia em algum grau (1 a 3) e confia em algum grau (5 a 7) costuma ser semelhante.

De acordo com os dados analisados, algumas semelhanças podem ser observadas no quadro de ambos os países, uma delas é a variação dos índices de apoio à democracia conforme o momento político. A tendência no Brasil é que, a partir do ano de 2014, e principalmente no ano de 2016, as respostas indicaram uma queda no apoio ao sistema democrático. Durante esses anos, o Brasil passava por um período de alta turbulência política: ocorreram as jornadas de junho de 2013, seguidas pela segunda eleição de Dilma Rousseff, com número de votos extremamente acirrado, contestação dos resultados pelo candidato derrotado Aécio Neves, escândalos de corrupção, escalada do antipetismo e movimentos pró-impeachment. Nesse período ocorreu uma queda na preferência pela democracia como forma de governo, com o número de insatisfeitos e muito insatisfeitos aumentando consideravelmente.

Os índices no Brasil apresentaram maior variação durante os anos e se recuperaram parcialmente depois das eleições de 2018. Já nos EUA, os dois primeiros gráficos mostram que a crise de 2008 afetou gravemente o apreço pelo sistema democrático, e por mais que os números apresentem menos variação ao longo dos anos, os índices nunca se recuperaram, apenas se estabilizaram. Por fim, nos últimos anos aferidos, é possível perceber que nas últimas duas rodadas do questionário, os índices para o Brasil e para os Estados Unidos são semelhantes; os brasileiros se assemelharam aos estadunidenses quanto preferência pela democracia e satisfação com o regime democrático, apesar da desconfiança um pouco maior dos brasileiros nas eleições.

Concordância com formas autoritárias de governo

A partir de perguntas do LAPOP que aferem concordância ou não com formas autoritárias de governo, foi adotado o teste de razões de chance para averiguar a relação entre o voto em

Bolsonaro ou Trump e o autoritarismo. O teste de razão de chances (Odds Ratio) foi selecionado por ser uma medida estatística que avalia a probabilidade de um evento ocorrer em um grupo em comparação a outro. No contexto desta análise, foi utilizado para mensurar a associação entre as mesmas características sociodemográficas no teste anterior (gênero, cor, idade, religião, educação e tercil de renda) e a aceitação de medidas autoritárias.

As perguntas dos questionários variam de acordo com a rodada, e, portanto, foram selecionadas as rodadas do LAPOP que contavam com uma questão acerca do voto ou intenção de voto dos entrevistados nos ex-presidentes tratados. Dessa forma, foram analisadas as rodadas seguintes às eleições: no Brasil, os dados foram de 2019 e 2023, após as eleições de 2018 e 2022, e Estados as de 2017 e 2021, que seguiram as eleições de 2016 e 2020.

As perguntas no LAPOP sobre concordância com formas autoritárias de governo são geralmente formuladas de quatro maneiras:

- “O(A) Sr./Sra. acredita que quando o país está enfrentando dificuldades é justificável que o presidente da república dissolva o Supremo Tribunal Federal e governe sem o Supremo Tribunal Federal?” ou *“Do you believe that when the country is facing very difficult times it is justifiable for the president of the country to dissolve the Supreme Court and govern without the Supreme Court?”*;
- “O(A) Sr./Sra. acredita que quando o país está enfrentando dificuldades é justificável que o presidente da república feche o Congresso e governe sem o Congresso?” ou *“Do you believe that when the country is facing very difficult times it is justifiable for the president of the country to close the Congress and govern without Congress?”*;
- “Algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, se justificaria um golpe militar quando há muito crime?” ou *“Some people say that under some circumstances it would be justified for the military of this country to take power by a coup d’état (military coup). In your opinion, would a military coup be justified when there is a lot of crime?”*;
- “Algumas pessoas dizem que em certas circunstâncias se justificaria que os militares tomassem o poder através de um golpe de estado. Na sua opinião, se justificaria um golpe militar diante de muita corrupção?” ou *“Some people say that under some circumstances it would be justified for the military of this country to take power by a*

coup d'état (military coup). In your opinion, would a military coup be justified when there is a lot of corruption?"

Todavia, assim como a pergunta sobre voto, as perguntas sobre aceitação de formas autoritárias de governo também apresentam variação no questionário. Como não existe histórico de golpes militares no EUA, as perguntas apareceram pela primeira vez após a eleição de Trump. No questionário de 2017, foi inserida a questão acerca da aceitação do golpe militar quando há muito crime ou quando há muita corrupção, e contou também com a pergunta sobre fechamento do Congresso.

Abaixo, o teste de razões de chance das rodadas de 2019 no Brasil e 2017 nos EUA. As variáveis independentes “Voto em Bolsonaro” ou “Voto em Trump” foram recodificadas em “Voto na Extrema Direita” para fins de adequação à tabela conjunta.

Razões de chance para concordância com formas autoritárias de governo no Brasil e EUA

<i>Predictors</i>	Congresso EUA 2016		Crime EUA 2016		Corrupção EUA 2016		Congresso Brasil 2018		Crime Brasil 2018		Corrupção Brasil 2018	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>
(intercept)	0.72	0.619	0.54	0.456	2.94	0.185	0.25	0.007	0.41	0.062	0.25	0.004
Extrema Direita	6.39	< 0.001	1.82	0.020	1.74	0.033	2.42	0.001	1.89	0.006	2.38	< 0.001
Mulher	1.35	0.154	1.42	0.126	1.96	0.006	1.23	0.409	1.09	0.708	0.86	0.503
Branco	0.80	0.512	0.59	0.098	0.64	0.216	1.46	0.155	1.16	0.522	0.89	0.639
Idade	0.97	< 0.001	0.99	0.057	0.98	0.003	1.00	0.863	1.01	0.282	1.01	0.107
Católico	1.25	0.453	1.36	0.352	0.76	0.386	0.44	0.010	0.95	0.851	0.73	0.347
Evang. Não-Pentecostal	1.53	0.123	1.48	0.179	0.83	0.537	0.37	0.040	1.05	0.900	1.90	0.135
Evang. Pentecostal	1.59	0.161	1.25	0.536	0.64	0.286	0.50	0.066	1.45	0.281	0.82	0.602
Tercil mediano	0.84	0.497	0.49	0.013	1.70	0.064	1.13	0.688	0.88	0.626	1.04	0.902
Tercil superior	0.69	0.166	0.65	0.128	1.13	0.701	1.25	0.493	0.62	0.094	1.51	0.161
Média Escolaridade	0.27	0.006	1.30	0.697	0.22	0.016	0.83	0.489	0.68	0.125	0.88	0.603
Alta Escolaridade	0.29	0.012	1.06	0.927	0.15	0.003	0.45	0.100	0.38	0.026	0.76	0.501
Observations	970		486		482		417		399		381	
R ² Tjur	0.102		0.046		0.062		0.062		0.078		0.075	

Tabela 6: Teste de razões de chance para voto e concordância com formas autoritárias de governo no Brasil (2018/2019) e nos Estados Unidos (2016/2017)

Os resultados apresentados indicam, primeiramente, a relação estatisticamente significativa entre voto e posicionamento a favor do autoritarismo. Para os Estados Unidos, na rodada de questionários de 2016/2017, observou-se que os eleitores de Trump apresentaram mais de cinco vezes mais chances de concordar com o fechamento do Congresso e respectivamente 82% e 74% mais chance de concordar com o golpe militar em caso de muito crime e muita corrupção. Em 2018/2019, o voto em Bolsonaro aumentou em 142% a chance de aceitação

tanto no fechamento do Congresso, em 89% a concordância com golpe militar justificado pela alta criminalidade, e em 138% a aceitação de um golpe em casos de corrupção.

Outras variáveis relevantes foram idade e escolaridade. Nos Estados Unidos ter maior idade diminuiu 3% e 2% a adesão ao fechamento do congresso e do golpe quando há muita corrupção, com efeito cumulativo, ou seja 30 anos de idade a mais diminuem em 60% a concordância com golpe por alta criminalidade, por exemplo. Já a escolaridade média, em comparação a baixa, diminuiu em 73% a adesão ao fechamento do Congresso e em 78% a concordância em Golpe por corrupção, enquanto a escolaridade alta diminui a aceitação dessas medidas em 71% e 85%, respectivamente. No Brasil, a escolaridade alta diminuiu em 62% a adesão ao Golpe por crime, todavia, nenhuma das outras variáveis analisadas foi estatisticamente significativa em todas as dimensões do apoio ao autoritarismo.

Os testes foram replicados com dados da rodada de 2022/2023 no Brasil e 2020/2021 nos Estados Unidos, todavia, os dados do questionário estadunidense não contaram com a questão sobre religião, o que impediu a testagem dessa variável no contexto estadunidense. Além disso, as únicas variáveis sobre a adesão ao autoritarismo foram acerca do Golpe por excesso de corrupção e concordância com o fechamento do Congresso. No Brasil, todas as variáveis puderam ser analisadas.

Razões de chance para concordância com formas autoritárias de governo no Brasil e EUA

<i>Predictors</i>	Corrupção EUA 2020		Congresso EUA 2020		STF Brasil 2022		Congresso Brasil 2022		Crime Brasil 2022		Corrupção Brasil 2022	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>
(intercept)	1.96	0.172	4.16	0.014	0.62	0.302	0.34	0.045	0.71	0.467	0.15	<0.001
Extrema direita	3.86	<0.001	0.66	0.078	1.76	0.014	1.98	0.019	3.44	<0.001	5.15	<0.001
Mulher	1.33	0.049	1.54	0.040	0.83	0.399	0.94	0.806	0.87	0.555	0.61	0.058
Branco	0.61	0.012	0.40	<0.001	1.15	0.564	0.77	0.405	1.16	0.545	0.89	0.681
Idade	0.97	<0.001	0.97	<0.001	1.00	0.580	1.00	0.888	0.99	0.308	1.01	0.210
Tercil mediano	0.84	0.246	0.49	0.002	0.74	0.239	0.78	0.446	0.51	0.013	0.57	0.066
Tercil superior	0.49	0.001	0.44	0.017	0.43	0.008	0.93	0.841	0.51	0.037	0.75	0.404
Média Escolaridade	1.08	0.855	0.40	0.045	0.74	0.231	0.48	0.021	0.70	0.195	1.38	0.265
Alta Escolaridade	0.61	0.251	0.21	0.001	0.57	0.148	0.33	0.031	0.74	0.427	0.91	0.832
Católico					1.57	0.139	0.75	0.428	1.33	0.359	0.90	0.765
Evang. Não-Pentecostal					0.96	0.928	0.94	0.911	0.87	0.753	0.93	0.879
Evang. Pentecostal					1.33	0.429	1.06	0.889	0.84	0.658	1.52	0.268
Observations	1104		1105		420		391		397		408	
R ² Tjur	0.135		0.102		0.055		0.047		0.089		0.169	

Tabela 7: Teste de razões de chance para voto e concordância com formas autoritárias de governo no Brasil (2022/2023) e nos Estados Unidos (2020/2021)

O voto em Trump foi significativo na adesão ao golpe em caso de muita corrupção, aumentando em 286% a concordância com tal ocorrência, mas dessa vez não interferiu na aceitação do fechamento do Congresso de forma significativa. Já no Brasil, o voto em Bolsonaro aumentou em 76% a concordância com o fechamento do STF, em 98% a chance de aceitar o fechamento do Congresso, em 244% a aprovação do Golpe em caso de crime e em mais de quatro vezes em caso de corrupção. Nenhuma das outras variáveis foi significativa em todas as formas de autoritarismo juntas.

Embora nos Estados Unidos mulheres e pessoas não-brancas apresentaram maior chance de adesão às formas autoritárias de governo, é importante lembrar que o teste de razão de chances isola parcialmente o efeito de outras variáveis, como voto em Trump, na ocorrência. Quando foi realizado o teste (ver capítulo 4.2.1) para aferir quem são os eleitores de Trump, mulheres e pessoas não brancas votaram significativamente menos em Trump em comparação a homens e pessoas brancas, e se sabe que ser eleitor de Trump aumenta consideravelmente as chances de ser a favor de formas autoritárias de governo.

Como foi aferido anteriormente, eleitores de Bolsonaro e Trump compartilham o mesmo perfil; as variáveis correlacionadas com o voto na extrema direita em ambos os países apontam para homens brancos de renda superior e religiões evangélicas (pentecostais ou não). E são esses eleitores que apresentam maiores chances de apoiar governos autoritários.

Esses resultados reforçam que discursos populistas podem ameaçar a opinião pública quanto ao apreço à forma democrática de governo, especialmente em tempos de crise. No Brasil, como já visto no capítulo 2.2, existe uma vasta literatura que já considerava o apoio a um líder forte como uma solução vista por muitos para solucionar os problemas do país em situações difíceis, um líder capaz de trazer ordem à desordem. Todavia, nos Estados Unidos, conforme a literatura já abordada (MUDDE 2017), o apoio a formas autoritárias de governo dificilmente era levado a sério como ameaça até o período Trump. Isso não foi impedimento para que os eleitores de Trump respondessem de forma semelhante aos bolsonaristas quando perguntados sobre concordância com um golpe de Estado.

4.3 A política do ressentimento

Em razão dos resultados apresentados neste capítulo, é relevante refletir sobre como os resultados apresentados podem oferecer uma nova perspectiva para compreender os fatores que impulsionam os movimentos de extrema direita. De acordo com Kriesi (2018) uma das principais interpretações para compreender a crise de representação política que é a causa central da difusão do populismo é a funcionalista. Essa interpretação argumenta que os partidos políticos estão cada vez menos capazes de mobilizar os eleitores, o que é evidenciado pela queda na filiação e identificação partidária, do comparecimento eleitoral e pelo aumento da volatilidade do voto. Por seguir estratégias para captar um eleitorado cada vez maior, os partidos têm se transformado em entidades "pega-tudo" que perdem a capacidade de estruturar conflitos políticos, e isso, por sua vez, gera convergência dos partidos nas principais questões políticas e desalinhamento crescente entre partidos e eleitores.

Portanto, o avanço populista contra a classe política tradicional se torna mais fácil à medida que as lideranças partidárias se distanciam da sociedade e se tornam mais semelhantes entre si. Ainda segundo Kriesi, a interpretação estruturalista destaca o surgimento de novas lideranças que articulam os potenciais políticos que foram negligenciados pelos partidos tradicionais em declínio, os desafiando. Em outras palavras, a falta de responsividade dos partidos tradicionais a novas demandas decorrentes de mudanças estruturais na sociedade acaba por proporcionar às lideranças emergentes oportunidades de mobilizar essas demandas não representadas.

Neste contexto, a ideia de que a globalização gera novas divisões sociais e econômicas, potencialmente deixando grupos vulneráveis que podem ser mobilizados por partidos de extrema direita, tem sido amplamente discutida. No entanto, os resultados apresentados neste capítulo desafiam explicações que sugerem que uma camada social vulnerabilizada pelos efeitos da globalização é mais propensa a apoiar o populismo de direita. No caso das eleições de Trump, por exemplo, não se observa que os estratos mais vulneráveis tenham apoiado o populismo de forma mais significativa. A situação no Brasil é ainda mais complexa, especialmente considerando que as análises globais do fenômeno populista frequentemente utilizam essas explicações de forma generalizada, sem levar em conta as especificidades locais.

Um fator relevante a ser destacado, apesar de não constar do foco dessa tese, é como os mapas demográficos e eleitorais sustentaram as campanhas populistas. Explicações baseadas em uma classe trabalhadora “deixada para trás” sugerem que os eleitores de líderes populistas são predominantemente aqueles que sofreram economicamente com a globalização, no entanto, uma análise detalhada dos mapas eleitorais de Trump e Bolsonaro revela que essa teoria pode não se aplicar de forma tão clara.

Nos Estados Unidos, o Cinturão da Ferrugem (Rust Belt), uma região historicamente industrial que abrange estados como Michigan, Ohio, Pensilvânia e Wisconsin, desempenhou um papel crucial na eleição de Trump em 2016. Com isso, surgiram explicações sobre como a classe trabalhadora branca no Rust Belt desempenhou um papel decisivo, ressaltando nessa região a concentração de eleitores brancos sem diploma universitário que votaram em Trump (e como já abordado, falta de diploma não equivale a pertencer a classe trabalhadora ou mais pobre). Isso é relatado por Mondon e Winter (2019), que citam diversas reportagens sobre a “revolta” da classe trabalhadora no Cinturão da Ferrugem e como os “deixados para trás” foram convencidos com os argumentos de Trump. Os autores relatam que esses comentários políticos muito comuns em 2016 reforçam o discurso utilizado pelos próprios políticos de direita quando afirmam contar com o apoio dos trabalhadores.

No entanto, como explica o artigo de Kilibarda Roithmayr²⁴ (2016), Trump não converteu os eleitores da classe trabalhadora branca na região, foram os Democratas que os perderam. Os autores elencam as razões pelas quais o consenso sobre uma revolta da classe trabalhadora no Rust Belt está incorreto. A primeira delas é que o aumento de eleitores do Partido Republicano da região do Cinturão da Ferrugem que estão na faixa de renda mais pobre é ofuscado pela dramática perda desses eleitores pelo Partido Democrata. Na categoria de renda dos eleitores que ganham menos de 50 mil dólares, o Partido Republicano conquistou 335 mil eleitores, mas a perda dos Democratas foi de 1,17 milhões. Da mesma forma, os Republicanos conquistaram 26 mil novos eleitores na faixa de entre 50 e 100 mil dólares, mas os Democratas perderam 379 mil. A segunda razão se dá com a faixa de renda dos eleitores que ganham mais de 100 mil dólares: os Republicanos conquistaram quase tantos eleitores ricos quanto eleitores da menor faixa de renda, cerca de 225 mil eleitores. Nas palavras dos

²⁴ Kilibarda, Konstantin, and Daria Roithmayr. The myth of the rust belt revolt.(O mito da revolta do cinturão da ferrugem) Slate, December 1 (2016). Disponível em: <https://slate.com/news-and-politics/2016/12/the-myth-of-the-rust-belt-revolt.html>

autores, “não é exatamente uma revolta da classe trabalhadora se eleitores ricos estão marchando junto com eles”.

Dessa forma, os democratas perderam grande partes de seus eleitores, e aqueles que os republicanos não conquistaram acabaram por ficar em casa ou votaram em um terceiro candidato. Isso se confirma segundo dados do Departamento do Censo dos EUA, segundo o qual dos cerca de 224 milhões de norte-americanos aptos a votar, mas dentre estes, somente 137,5 milhões realmente votaram, o que corresponde a 61,4% de todos os cidadãos do país²⁵. Além disso, os candidatos de terceiros partidos conquistaram juntos cerca de 4% dos votos na Pensilvânia e 6% em Michigan e Wisconsin, o suficiente para impactar nos resultados desses estados, cujas disputas foram decididas por menos de um ponto percentual²⁶.

No Brasil, Nicolau (2020) aponta que o Nordeste é um dos fatores determinantes na divisão dos eleitores brasileiros. Apesar da vitória de Bolsonaro em 2018, o Partido dos Trabalhadores conseguiu manter seu patamar de votos no segundo turno nessa região, que é cerca de 70% dos votos válidos. Essa vantagem do partido na região obriga os candidatos adversários a conquistarem votos do Sudeste para tentar anular essa diferença; os candidatos anteriores do PSDB, que rivalizaram com o PT de 2002 a 2014, não foram bem-sucedidos, mas Bolsonaro sim. O ex-presidente teve grande votação nos três maiores estados brasileiros, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que desde 2002 priorizou o PT por oito turnos seguidos de eleições presidenciais. Por fim, Nicolau destaca que o bolsonarismo é um fenômeno urbano, encontrado principalmente nos municípios com maior população e taxa de escolaridade, enquanto Haddad manteve os votos petistas de pequenas cidades de regiões mais pobres do país.

Somando isso aos resultados do início do capítulo, não há dúvidas sobre como as classes sociais se comportaram com cada candidato. Bolsonaro recebeu apoio crescente conforme a renda aumentava. Além disso, os fatores demográficos previamente analisados que são significativos para a chance de voto em Bolsonaro se entrelaçam como o mapa eleitoral: o Nordeste, região em que o PT teve mais votos, conta com mais católicos e mais pessoas de baixa escolaridade, características que favoreceram a probabilidade de voto no PT. Já nas

²⁵ OTOBONI, Jéssica. Entenda a importância da taxa de abstenção nas eleições presidenciais dos EUA. CNN Brasil, 15 out. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/a-importancia-da-taxa-de-abstencao-nas-eleicoes-presidenciais-dos-eua/>. Último acesso em junho de 2024.

²⁶ SOLENDER, Andrew. Third-Party Candidates Played A Major Role In 2016, But 2020 Is A Two-Man Race. Forbes, 8 set. 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/andrewsolender/2020/09/08/third-party-candidates-played-a-major-role-in-2016-but-2020-is-a-two-man-race/>. Último acesso em junho de 2024.

grandes cidades da região Sudeste, o contrário acontece: elas têm alta concentração de evangélicos e pessoas com ensino médio, o que foi associado com maior razão de chance de voto em Bolsonaro.

Assim, é relevante discutir outros fatores identificados pela literatura como influentes no voto na extrema direita. Thomas F. Pettigrew (2017) relata cinco fatores sociopsicológicos intimamente interconectados que servem de explicação não só ao apoio a Trump, mas também a vários movimentos de direita na Europa; são eles: autoritarismo, dominação social, preconceito, falta de contato intergrupal e privação relativa. Esses cinco fatores tornam os eleitores vulneráveis a um intenso senso de ameaça, que é muito bem utilizado pelas lideranças de extrema direita para atrair votos, propondo soluções simples para resolvê-los. Segundo Pettigrew, tais ameaças podem ser reais, mas muitas vezes são imaginárias, como no caso das alegações manifestamente falsas de Trump sobre o declínio econômico, a fraude eleitoral maciça, o aumento do crime em enormes proporções e da imigração não verificada. Essas ameaças imaginárias parecem mais plausíveis em um cenário global onde há ameaças terroristas genuínas, conflitos no Oriente Médio e uma recente grande recessão, principalmente para cidadãos que já são mais propensos a sensação de ameaça e que testemunharam mudanças rápidas em suas localidades.

Ainda de acordo com Pettigrew, a principal explicação da mídia para o apoio a Trump envolve economia, com ênfase na narrativa de que o principal motivo de descontentamento de seus apoiadores é que haviam perdido seus empregos para o México e a China. Todavia, estudos mostraram que a renda anual média dos apoiadores de Trump era de setenta e dois mil dólares²⁷; número bem similar à média dos eleitores de Clinton. De alguma forma, possivelmente através do reforço recíproco de narrativas, consolidou-se a percepção de que os eleitores de Trump eram predominantemente pertencentes à classe trabalhadora e possuíam níveis educacionais mais baixos.

Considerando o discurso trumpista de restrição de imigração e colocar os EUA e os estadunidenses primeiro (“America First”), Rothwell (2016) testou o apoio a Trump utilizando como variáveis explicativas maiores dificuldades sociais e exposição à

²⁷KILIBARDA, Konstantin; ROITHMAYR, Daria. The Myth of the Rust Belt Revolt: Donald Trump didn’t flip working-class white voters. Hillary Clinton lost them (O Mito da Revolta do Cinturão da Ferrugem: Donald Trump não convenceu os eleitores brancos da classe trabalhadora. Hillary Clinton os perdeu). Slate, 01 dez. 2016. Disponível em: <https://fivethirtyeight.com/features/the-mythology-of-trumps-working-class-support/> . Último acesso em julho de 2024.

concorrência comercial internacional. Os resultados mostraram que não existe nenhuma ligação entre dificuldades financeiras e voto em Trump, ou entre exposição à concorrência internacional e apoio a políticas nacionalistas. Apesar disso, medidas de bem-estar social como longevidade e mobilidade intergeracional são significativamente menores em comunidades de apoio ao ex-presidente. O autor levanta a hipótese de que o bem-estar material e a saúde são prejudicados por uma falha cultural ou psicológica em adaptar-se às mudanças mundiais; além disso, é plausível que os pais vejam que seus filhos não estão conseguindo atingir marcos preditivos de sucesso e mobilidade ascendente intergeracional, e assim culpabilizam o status-quo por isso.

Esse contexto, por mais que tenha suas diferenças, remete ao caso brasileiro, quando a classe média brasileira passou por uma perda relativa de status devido ao aumento de poder de consumo da classe baixa, e essa perda de distinção despertou ressentimento (COUTO 2015). Além disso, o progresso social no governo petista aumentou as expectativas da população para um patamar que não pode ser satisfeito por esse próprio processo, e a frustração dessas expectativas contribuiu para a crise política. Na mesma direção, o que Cardoso (2020) teorizou como os três desafios identitários da classe média (proteger posições sociais e econômicas, evitar a proletarização e resistir à desclassificação) contribuiu para o descontentamento da classe quando não conseguiram assegurar a herança de classe para os filhos ou ter mobilidade social ascendente suficiente para se distanciar das classes baixas.

Uma das consequências políticas disso foi a identificação de classe que esse perfil de eleitores passou a compartilhar entre si. Um dos interesses em comum dessa classe são projetos políticos que visem garantir as posições sociais dessa classe, usando, por exemplo, a redução da inflação para aumentar o poder salarial, geração de empregos de classe média, restrição de políticas que promovem igualdade social e medidas que estancassem a perda relativa de privilégios e manter as classes baixas “em seu devido lugar” (CARDOSO 2020). As consequências foram alinhamentos políticos e identitários definidos a partir de recursos materiais, culturais, simbólicos e discursivos, fatores que foram captados e utilizados para articulação da nova direita, e isso acarretou a eleição de Bolsonaro. Dessa forma, em ambos os casos, as transformações econômicas diminuíram o poder e status de classes e foram em grande parte captadas pelos discursos de Bolsonaro e Trump, que exploraram o sentimento de privação relativa da população.

Voltando a Pettigrew (2017), o autor destaca a importância da privação relativa em contrapartida à privação material. Para os eleitores de Trump, comparações decepcionantes com referências relevantes têm mais impacto do que mudanças factuais; suas percepções desempenham um papel crucial nas eleições, ainda que não correspondam à realidade. Muitos desses eleitores se sentem privados em relação às suas expectativas de vida, especialmente em termos financeiros, e com a decepção vem um ressentimento em relação ao que percebem, mesmo erroneamente, que grupos “menos merecedores” conquistaram. Além disso, existe a expectativa de que os filhos avancem além do status dos pais, por exemplo, frequentando a faculdade, mas o aumento das mensalidades acaba frustrando essas esperanças também. Nesse cenário, conhecendo bem seu público-alvo, Trump foi capaz de explorar o sentimento de privação relativa.

Além da privação relativa, a literatura também aborda a privação nostálgica (Gest, Reny e Mayer, 2018), perceptível nos slogans de campanha; além do slogan de Trump “Make America Great Again” e do movimento Tea Party “Take America Back”, foram analisados slogans na política da Inglaterra “We Want Our Country Back” e “Take Back Control”, relacionados à saída do país da União Europeia.

Na sua reverência pela forma como as coisas eram outrora, cada uma destas amplas plataformas faz claro uso da nostalgia e da desilusão – a própria premissa da privação nostálgica. Divergindo das explicações puramente institucionais da ascensão dos movimentos populistas de direita radical, situamos a nossa teoria da privação nostálgica num quadro psicológico. As mudanças económicas, políticas e sociais podem preparar o terreno para a emergência de partidos e políticos de direita radical, mas, em última análise, é a discrepância entre o estatuto social, político ou económico auto-relatado pelos indivíduos e as suas percepções do passado que modera, apoiar. A privação nostálgica é uma medida de quanto status foi ganho ou perdido ao longo do tempo, e descobrimos que existe uma relação clara e muitas vezes forte entre a privação nostálgica e o apoio às entidades da Direita Radical. (GEST; RENY; MAYER, 2018, pág. 1712, tradução própria)

Gest et al. (2018) testaram o efeito da privação nostálgica no voto de pessoas brancas dos EUA na extrema direita. A pesquisa realizada entre 2015 e 2016 questionava se, em relação há 30 anos atrás as pessoas se sentiam mais ou menos centrais socialmente, econômica e politicamente. Os resultados mostram que um terço dos adultos se considera menos central socialmente, 60% sentem que perderam poder político e metade sente menos bem-estar econômico em relação ao passado. Esses resultados destacam a sensação geral de retrocesso que muitos estadunidenses percebem em uma era de globalização, migração, estagnação política e crescente desigualdade econômica. Na pesquisa, os apoiadores da extrema direita estadunidense eram em sua maioria homens, com menos anos de educação formal, mais velhos, menos ricos, mais propensos a serem casados e a possuir uma casa. Por mais que esse grupo não seja o que mais tem a perder economicamente, ele é o grupo prototípico que definia o que é ser americano, a espinha dorsal da classe média.

Dessa forma, Gest et al. (2018) apontam que todos os três tipos de privação nostálgica estão correlacionados com apoio à Extrema Direita nos EUA, e essas correlações se fortalecem significativamente entre os Republicanos/Conservadores. Entre os eleitores independentes, essas associações enfraquecem, e entre os democratas/trabalhistas, a privação não surte efeito. Argumenta-se que a privação política é um forte determinante do apoio à extrema direita entre os republicanos porque, quando acreditam que o sistema político não se importa mais com pessoas como eles, tendem a procurar alternativas políticas mais radicais como o Tea Party, um partido anti-imigrantes e hiper-nacionalista, ou um homem forte econômico nacionalista como Trump. Além disso, o movimento Tea Party é mais impulsionado pela percepção de mudanças sociais e políticas do que pela sensação de maior dificuldade econômica.

A privação nostálgica também pode ser argumentada no caso brasileiro, principalmente quando mencionada a nostalgia do movimento bolsonarista com o período militar. A nostalgia com o passado glorioso, como abordada por Bobbio (2022), é um fator comumente observado na extrema direita. Essa nostalgia remete a um passado melhor, mas o discurso difere da realidade: o passado só era melhor para pessoas de determinada cor, sexo, escolaridade e classe social. A privação nostálgica remete a um passado em que ser um homem branco, por si só, já conferia gritantes vantagens em relação a todos os outros grupos, e, dessa forma, esse grupo era relativamente mais central em todos os aspectos do que é hoje, por mais que ainda seja o grupo mais privilegiado.

Apesar dessas considerações, a presente tese de doutorado não tem como objetivo estudar especificamente a privação relativa e a nostálgica e seu papel na popularidade da extrema direita populista. Todavia, considerando o seu lugar no discurso de ambos os presidentes e os resultados aqui presentes a respeito da posição socioeconômica de eleitores de Bolsonaro e Trump, argumenta-se a importância de mais estudos comparativos que levem em consideração essa variável, em detrimento do estudo dependentes de vulnerabilidade econômica e social como principais fatores explicativos.

5. Considerações finais

O presente estudo abordou a ascensão da extrema direita populista no Brasil e nos Estados Unidos utilizando como foco a eleição de seus dois maiores representantes ao nível do poder executivo: Jair Bolsonaro e Donald Trump. Foi problematizada a maior ocorrência de estudos na Europa e Estados Unidos e como isso afeta a compreensão do fenômeno a nível global: países do sul global têm contextos históricos, políticos, econômicos e sociais que muito diferem do Norte, e com isso explicações elaboradas em países europeus dificilmente explicam a ascensão da extrema direita nesses países. Contudo, se a extrema direita populista ganhou força mundialmente, é necessário olhar para países pouco estudados dentro desse contexto para procurar novas explicações que talvez sejam comuns ao nível global, e, ao mesmo tempo, encontrar peculiaridades em casos nacionais.

Assim, procurou-se compreender o contexto anterior às eleições de ambos os ex-presidentes, de forma a abordar o contexto socioeconômico e político dos países, bem como as literaturas a respeito da cultura política nos países e contexto histórico dos sistemas democráticos. Por fim, foram sistematizados estudos sobre as características dos movimentos bolsonarista e trumpista, agrupando-os nos tópicos populismo, nativismo e autoritarismo.

Na mesma direção, a análise dos dados eleitorais buscou compreender quem são os eleitores de Bolsonaro e de Trump, e quais são as similaridades e diferenças entre eles. Era esperado compreender se existem condicionantes em comum aos movimentos aqui analisados, porque, por mais que os movimentos sejam frequentemente comparados e englobados no fenômeno da extrema direita populista global, as literaturas nacionais em cada país apontam determinantes que, em comparação, são incongruentes. Como foi abordado, no Brasil, a adesão ao bolsonarismo está associada a uma classe social mais alta; já os apoiadores do Trump foram frequentemente reportados como trabalhadores brancos de classes baixas.

Todavia, ao contrário de apontar características divergentes, essa análise resultou na elaboração de um perfil em comum para eleitores de ambos os candidatos. Algumas das variáveis confirmaram o que já era compreendido pela literatura, como exemplo, uma maior escolaridade formal já foi associada ao comportamento democrático no Brasil (FUKS; CASALECCHI, 2016, 2018). Essa variável não apresentou influência estatisticamente significativa nos Estados Unidos, mas no Brasil a escolaridade média aumentou as chances em ambos os anos analisados, e escolaridade alta no ano de 2022. Quanto às variáveis que apresentaram relevância para voto em Trump e em Bolsonaro foram:

- Ser mulher, que reduziu as chances de voto nos candidatos em ambos os países nas eleições de 2016 e 2018, e em Trump em 2020;
- Pertencer a religiões evangélicas, pentecostais e não pentecostais aumentou as chances em ambos os países nas primeiras eleições e no Brasil em 2022, enquanto nos EUA em 2020 as variáveis não puderam ser aferidas, uma vez que não houve pergunta sobre religião no questionário;
- Anos de idade agiram de forma a aumentar as chances de voto em Bolsonaro em 2018 e em Trump em 2016 e 2020;
- Ser de cor branca aumentou as chances de voto em Bolsonaro no Brasil em 2016 e aumentou ainda mais em Trump nos EUA em todas as eleições;
- Por fim, pertencer ao tercil de renda superior aumentou as chances de voto em ambos os candidatos em suas primeiras eleições.

Em suma, Bolsonaro e Trump parecem atrair grupos demográficos muito similares. Ao voltar à literatura considerando esses dados, foi possível compreender discrepâncias entre o perfil eleitoral que se atribui à extrema direita. Já era estabelecido que a teoria dos “losers of globalization” não se aplica no caso brasileiro, ou em outras palavras, Bolsonaro não atrai perdedores da globalização no sentido econômico (ZANOTTI et al., 2023). O sucesso de Bolsonaro se deu principalmente por conseguir capturar queixas de diversos segmentos da população (PINHEIROMACHADO; SCALCO, 2018) e de capitalizar na crise política brasileira, explorando elementos como a corrupção e a crise política.

Considerando os resultados aqui explorados acerca do posicionamento social e econômico dos eleitores de Trump, o poder explicativo de argumentos centrados nos “deixados para trás” ou perdedores da globalização deve ser repensada também no caso estadunidense. Embora Trump frequentemente recorra a um discurso que remete a essa teoria, com retórica anti-globalização e anti-imigração, e culpabilize imigrantes pelos problemas nacionais, os dados não sustentam que seus principais eleitores sejam majoritariamente pessoas desempregadas ou de baixa renda e baixa escolaridade. Os dados desmentem o estereótipo do eleitor de Trump como alguém desempregado ou de baixa renda: na realidade, o tercil de menor renda votou em Trump em uma proporção menor do que os grupos de renda intermediária e alta. Considerando que eleitores de Trump não são mais frequentes entre os extratos sociais que estão em privação econômica, é mais coerente explorar teorias relacionadas aos sentimentos de privação relativa e privação nostálgica.

Literaturas específicas para cada país discutem de forma similar os processos que estimulam a privação relativa e nostálgica. Esses processos parecem dialogar melhor com os resultados da análise e são congruentes com o caráter intolerante e autoritário da extrema direita. No Brasil, as classes médias se sentiram prejudicadas com a ascensão das classes baixas; em ambos os países, homens sentiram uma perda relativa de "direitos" à medida que mulheres e grupos LGBT ganharam espaço; e brancos experimentaram uma percepção de perda de status com o reconhecimento de pessoas não-brancas em geral e nos EUA especificamente a inclusão de imigrantes. A perda relativa de poder que os grupos dominantes sentiram quando minorias começaram a ganhar direitos e qualidade de vida, por mais que não tenha sido o suficiente para inverter posições sociais ou mesmo atingir igualdade, somou-se à crise do sistema neoliberal que deteriora a qualidade de vida e poder aquisitivo. Esses fatores geraram um incômodo que foi capitalizado pela extrema direita, que tradicionalmente apela para sentimentos nostálgicos sobre um passado grandioso. Portanto, a ascensão de líderes como Bolsonaro e Trump pode ser vista como uma resposta a essas dinâmicas complexas de privação e crise.

Além disso, a extrema direita em ambos os países se beneficiou enormemente do deslocamento das pautas da esquerda, antes econômicas, para culturais. Nas eleições brasileiras, o movimento bolsonarista promoveu uma verdadeira campanha de terror para vender seus valores em defesa da moralidade e da família contra a “depravação” esquerdista, e assim conquistou votos de trabalhadores para a implementação de uma agenda política que destruiu direitos trabalhistas. Nos EUA, Trump se beneficiou do mito do “great replacement” e da ameaça da invasão de outras culturas que estão acabando com o “american way”, e está dobrando a aposta na corrida eleitoral de 2024, conforme é concluída a presente tese.

Com isso em mente, a parte atitudinal da investigação apontou outros aspectos relevantes. Primeiramente, acerca do posicionamento na escala ideológica por parte da população desses países, as análises mostraram a complexidade do comportamento eleitoral em ambos os países, ilustrando como fatores como lealdade partidária, personalidades dos candidatos e mudanças políticas podem influenciar o panorama político de forma significativa. Os resultados nos EUA indicam que a lealdade partidária parece desempenhar um papel crucial, resultando em um alinhamento político mais estável ao longo do tempo. Dessa forma, a diferença que deu vitória a Trump não deve ser explicada por um realinhamento partidário, mas por outros fatores. Por exemplo, como foi abordado na seção anterior, o voto nos EUA

não é obrigatório, e a mobilização para fazer com que os eleitores saiam de suas casas no dia da votação tem um peso significativo nos resultados eleitorais. No Cinturão do Aço, muitos eleitores que se identificam como democratas acabaram por ficar em casa ou escolher um terceiro partido no dia das eleições, motivados pela crescente frustração com o partido. Por outro lado, no Brasil, as escolhas dos eleitores parecem ser mais orientadas pelos candidatos do que pelos partidos, levando a um cenário eleitoral menos previsível e mais suscetível a mudanças.

Na revisão da literatura, a questão do alinhamento partidário já mostrou que existe uma complexidade que vai além da identificação: na tentativa de angariar mais votos e ou financiamento, a esquerda nos dois países passou a deslocar suas pautas econômicas cada vez mais ao centro. Com a semelhança de políticas econômicas, a direita passa a dobrar a aposta, se tornando cada vez mais reacionária no âmbito do reconhecimento. Uma vez que passa a se atribuir maior peso a questões morais e as pautas socioeconômicas ficam em segunda dimensão, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, a esquerda passou a reagir ao jogo da direita em vez de realmente trazer à frente as pautas trabalhistas, e se viam cada vez mais conciliadas aos interesses neoliberais. No Brasil, isso fez com que a pauta central fosse em questão de costumes, e nos Estados Unidos, durante a primeira candidatura de Trump, os eleitores democratas tinham poucas razões para acreditar que o partido honraria seus interesses depois de dois mandatos consecutivos em que Obama desperdiçou oportunidades de mudança real.

Nas análises longitudinais, tanto na identificação na escala ideológica quanto nas variáveis de apoio ao sistema democrático, os EUA contam com menos oscilações de opinião pública que o Brasil, o que talvez possa ser explicado pelas sucessivas crises políticas que ocorreram desde 2013. Todavia, os gráficos longitudinais mostram o impacto de crises financeiras e políticas em ambos os países: nos Estados Unidos, o ano de 2006 contou com os índices mais elevados de satisfação com a democracia e concordância de que a melhor forma de governo é a democrática, mas com a crise de 2008, os índices apresentaram uma piora considerável, e por mais que tenham se estabilizado, nunca voltaram aos números de 2006.

Quanto à concordância com formas não democráticas de governo e sua relação com o voto em Bolsonaro ou Trump, existe considerável alinhamento em ambos os países. No ano seguinte às eleições de 2016, ser eleitor de Trump aumentou as chances de ser a favor de fechar o Congresso, a Suprema Corte, e até mesmo aderir a um golpe militar em caso de

muita corrupção no país. O mesmo foi verdade para eleitores de Bolsonaro. Em 2021, após Trump tentar chegar à presidência pela segunda vez, novamente seus eleitores apresentaram mais chance de aderir a um golpe militar em caso de muita corrupção. Por fim, em 2023 no Brasil, os eleitores de Bolsonaro tiveram mais chance de ser a favor do fechamento do Congresso, do STF e de acreditar aceitável um golpe em caso de muito crime ou de muita corrupção.

Em suma, os eleitores de Trump, nos Estados Unidos, onde movimentos autoritários não causavam preocupação antes de 2016, e os de Bolsonaro, no Brasil, com seu histórico de golpes militares que fazem com que a comunidade acadêmica constantemente monitore os sentimentos democráticos, reagiram às formas autoritárias de governo de forma muito similar. Isso é, além de seus eleitores apresentarem perfil sociodemográfico similar.

Em conclusão, esse trabalho foi executado procurando encontrar diferenças entre os movimentos bolsonarista e trumpista, considerando primeiramente fatores tidos como condicionantes do apoio à extrema direita no Brasil e depois identificando sua existência nos EUA. Todavia, foram encontradas mais semelhanças, principalmente nas análises dos dados do LAPOP. Apoiadores de Trump e de Bolsonaro se assemelham tanto em perfil democrático quanto em atitudes a respeito de formas autoritárias de governo. As variáveis de apoio à democracia reagiram às crises políticas e financeiras de forma similar. Mesmo na revisão da literatura acerca da trajetória política recente entre os dois países foram encontradas paridades, principalmente relacionadas à exportação do neoconservadorismo e anticomunismo estadunidense para o Brasil e à movimentação dos partidos de esquerda para o centro do espectro político.

Com isso, é importante repensar o otimismo das teses pós-materialistas, de acordo com as quais existe uma tendência de mudança intergeracional de forma que as gerações mais novas seriam cada vez mais democráticas e tolerantes. Primeiro porque esses movimentos de direita estão se aproveitando das redes sociais para viralizar seus conteúdos extremos, e isso acaba por seduzir as gerações mais novas que utilizam de maneira muito mais intensa as redes sociais, como Youtube, Instagram e TikTok, onde movimentos de direita tendem a viralizar.

Além disso, quando as teorias da modernização afirmam que as sociedades tendem a ficar mais igualitárias, não se leva em consideração a crise de relevância quando a população

branca, os homens e a classe média viram seu poder relativo diminuir, seja financeiramente ou culturalmente. Fatores como a crise do neoliberalismo, a diminuição dos salários reais, a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e sua maior independência financeira, inclusive através de medidas como o Bolsa Família no Brasil e a conquista de direitos por grupos minoritários, tudo isso contribui para que esses grupos percebam a diminuição de sua centralidade política.

Como foi visto, existem muitos fatores em comum nos movimentos de extrema direita estadunidense e o brasileiro. Se por um lado a literatura começa agora a identificar que esses fatores se adaptam às culturas nacionais e demandas da população, por outro lado, as lideranças populistas podem se dar conta de que podem adaptar esses fatores para sua cultura a fim de trazer a extrema direita a países onde ela não chegou ao poder ainda. Essa tese foi elaborada ao mesmo tempo em que Milei ganha as eleições na Argentina, candidato que declarou várias vezes sua afinidade e admiração por Trump e por Bolsonaro e as políticas defendidas por ambos. Apesar de Bolsonaro ter sido declarado inelegível nas próximas eleições do Brasil, Trump continua na corrida eleitoral rumo à presidência dos Estados Unidos, utilizando a idade do atual presidente Biden para colocá-lo como inapto a governar, e, como já visto, o alinhamento neoliberal do partido democrata nas últimas décadas o distancia das necessidades reais da população e aliena seus decepcionados seguidores.

Bolsonaro e Trump foram derrotados quando concorreram a um segundo mandato, mas ambos perderam por pouca diferença de votos, o que significa que os movimentos de extrema direita nos países continuam contando com um considerável apoio, bem como o movimento ao nível global. É necessário ter cautela quanto às teorias que buscam prever em qual direção a política global parece se mover, principalmente as mais otimistas quanto à prevalência dos valores democráticos. O que o cenário mundial mostra, ao contrário do esperado pela maior parte da ciência política, é que por mais que se tenha notado uma onda de progresso, existe um grande movimento de reação a ele, motivado por descontentamento com as condições de vida no sistema neoliberal e ressentimento das classes que perderam a vantagem econômica e de poder sobre outros grupos.

Existem diversos fatores que contribuem para a virada à direita tanto a nível global quanto aos níveis nacionais, uma vez que os países adaptam a narrativa populista para seu contexto histórico-cultural. A maior dificuldade dos estudos de ciência política é abarcar esse universo de fatores condicionantes e facilitadores: a crise neoliberal, o sentimento de ameaça de

pessoas diante da globalização cultural e financeira, a disseminação de conteúdos extremistas pelas redes sociais, o ressentimento em relação a uma variedade de fatores interligados. Nessa dimensão, é possível inserir ressentimento masculino com a emancipação feminina e direitos de grupos LGBT+, ressentimento branco e de classe média com a perda relativa de status com o avanço das classes baixas, entre outros.

Por fim, é necessário reconsiderar os métodos de pesquisa que negligenciam a dinâmica política em contextos de globalização e na era da disseminação digital massiva de informações. A eleição de políticos como Trump e Bolsonaro surpreendeu os pesquisadores quando as metodologias utilizadas não se adaptaram aos novos modos de campanha política na mesma medida que as estratégias adotadas por figuras políticas de orientação conservadora. Pesquisadores que adotaram abordagens pioneiras, como estudos de redes sociais e etnografias digitais, apresentaram-se mais resilientes às surpresas emergentes no cenário político em mutação. É necessário também promover pesquisas multidisciplinares, combinando metodologias quantitativas e qualitativas, a fim de compreender as mudanças políticas e culturais e conseguir explorá-las em dinâmica e magnitude. Nesse momento, pesquisas qualitativas em ambientes virtuais que identificam os tipos de conteúdo que estão sendo disseminados se tornam exponencialmente mais relevantes. Ao mesmo tempo, pesquisas quantitativas são necessárias para compreender a escala em que os discursos têm adesão popular.

Referências

- APPADURAI, A. Fadiga da democracia. In: APPADURAI, et al. (org.). **A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los**. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. p. 19–36.
- AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Autêntica Editora, 2021.
- BAPTISTA, É. A.; HAUBER, G.; ORLANDINI, M. Despolitização e populismo: as estratégias discursivas de Trump e Bolsonaro. **Media & Jornalismo**, v. 22, n. 40, p. 105–119, 26 maio 2022.
- BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 98–104, 2001.
- BÉLAND, D. et al. Trump, Bolsonaro, and the framing of the COVID-19 crisis: how political institutions shaped presidential strategies. **World Affairs**, v. 184, n. 4, p. 413–440, dez. 2021.
- BOBBIO, N. Para uma definição da direita reacionária. **Revista de Ciências Sociais da UEMS**, v. 2, n. 2, p. 4–19, 2022.
- BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 24, n. 1, p. 53–89, abr. 2018.
- BRENNER, R. Structure vs Conjuncture. **New Left Review**, v. 43, p. 33–43, 2007.
- CARDOSO, A. M. **À beira do abismo: uma sociologia política do bolsonarismo**. Rio de Janeiro: Amazon, 2020.
- CARLSON, J. Mourning Mayberry: guns, masculinity, and socioeconomic decline. **Gender & Society**, v. 29, n. 3, p. 386–409, jun. 2015.
- CASTELLS, M. **Rupture: the crisis of liberal democracy**. John Wiley & Sons, 2018.
- CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p. 530–557, 19 dez. 2019.
- COUTO, C. G. **2014 e o futuro do PT: novas eleições críticas?** 2015.
- DA SILVA, W. G. A. **Os remédios da nação: da controvérsia medicamentosa no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil**. 2023.
- DUTRA, R.; FERNANDES RIBEIRO, M. A. Existe um autoritarismo brasileiro? Uma interpretação alternativa à tese da singularidade política nacional. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 22, p. 246–273, set. 2021.

DUTRA, R.; LELLIS, N. Crise programática e moralização da política. In: **Religião em tempos de Covid-19**. 2020. p. 188.

FRASER, N. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 43–64, 29 mar. 2018.

FUKS, M. et al. Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p. 199–219, abr. 2016.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; RIBEIRO, E. A. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 7–32, 2019.

FUKS, M.; RIBEIRO, E.; BORBA, J. From antipetismo to generalized antipartisanship: the impact of rejection of political parties on the 2018 vote for Bolsonaro. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 1, p.5, 2021.

GARCIA, B. O movimento conservador norte-americano e o 11 de setembro. **Locus: Revista de História**, v. 27, n. 2, p. 123–149, 2021.

GERVAIS, B. T.; MORRIS, I. L. **Reactionary republicanism: how the tea party in the house paved the way for Trump's victory**. Oxford University Press, 2018.

GEST, J.; RENY, T.; MAYER, J. Roots of the radical right: nostalgic deprivation in the United States and Britain. **Comparative Political Studies**, v. 51, n. 13, p. 1694–1719, nov. 2018.

GIMENES, É. R. **Eleitores e partidos políticos na América Latina**. Appris Editora, 2017.

HIGH, B. The recent historiography of American neoconservatism. **The Historical Journal**, v. 52, n. 2, p. 475–491, 2009.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. Trump, Brexit, and the rise of populism: economic have-nots and cultural backlash. **SSRN Electronic Journal**, 2016.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. Francis, 2009.

ITUASSU, A. et al. De Donald Trump a Jair Bolsonaro: democracia e comunicação política digital nas eleições de 2016, nos Estados Unidos, e 2018, no Brasil. 2019.

MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, p. 1–42, 2008.

KALIL, I. O. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

KAUFMAN, R. R.; HAGGARD, S. Democratic decline in the United States: what can we learn from middle-income backsliding? **Perspectives on Politics**, v. 17, n. 2, p. 417-432, 2019.

KRIESI, H. Revisiting the populist challenge. **Czech Journal of Political Science**, v. 25, n. 1, p. 5-27, 2018.

LACERDA, M. B. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados**. 2018.

MASOOD, A.; NISAR, M. A. Speaking out: A postcolonial critique of the academic discourse on far-right populism. **Organization**, v. 27, n. 1, p. 162–173, jan. 2020.

ME MAITINO. **Populismo e bolsonarismo**. v. 13, 2020.

MOISÉS, J. Á. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 11–43, 2008.

MONDON, A. Populism, public opinion, and the mainstreaming of the far right: The ‘immigration issue’ and the construction of a reactionary ‘people’. **Politics**, 23 jun. 2022.

MONDON, A.; WINTER, A. **Reactionary democracy: How racism and the populist far right became mainstream**. Verso Books, 2020.

MONDON, A.; WINTER, A. Whiteness, Populism and the racialisation of the working-class in the United Kingdom and the United States. **Identities: Global Studies in Culture and Power**, vol. 26, no. 5, p. 510-528, 2019.

MUDDE, C. **Populist radical right parties in Europe**. Cambridge, 2007.

MUDDE, C. **The Far Right in America**. Routledge, 2017.

MUDDE, C. **The far right today**. John Wiley & Sons, 2019.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. **Populism: A Very Short Introduction**. Oxford University Press, 2017.

MUDDE, C.; ROVIRA KALTWASSER, C. Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. **Government and Opposition**, v. 48, n. 2, p. 147–174, abr. 2013.

MUDDE, C.; ROVIRA KALTWASSER, C. Studying Populism in Comparative Perspective: Reflections on the Contemporary and Future Research Agenda. **Comparative Political Studies**, v. 51, n. 13, p. 1667–1693, nov. 2018.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. [s.l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 11, 2016.

PASCOE, C. Who is a Real Man? The Gender of Trumpism. **Masculinities & Social Change**, v. 6, n. 2, p. 119, 21 jun. 2017.

Penha-Lopes, Vânia. "Race and ethnic identity formation in Brazil and the United States: three case studies." **Afro-Hispanic Review**, p. 251-262, 2010.

PETTIGREW, T. F. Social psychological perspectives on Trump supporters. **Journal of Social and Political Psychology**, v. 5, n. 1, p. 107–116, 2017.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. HAU: **Journal of Ethnographic Theory**, v. 10, n. 1, p. 21–31, 2020.

PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Taylor & Francis, 2023.

RENNÓ, L.; TURGEON, M. A Psicologia Política das Classes Sociais no Brasil: Atributos das Atitudes Políticas por Estratificação e Mobilidade Social. **Dados**, v. 59, n. 1, p. 11–52, 2016.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, v. 22, p. 603–637, 2017.

ROGER EATWELL; MATTHEW J. GOODWIN. **Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal**. Editora Record, 2020.

ROVIRA KALTWASSER, C.; ZANOTTI, L. The populist radical right beyond Europe. **Journal of Language and Politics**, v. 22, n. 3, p. 285–305, 2023.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. *Lulismo, Petismo*, and the Future of Brazilian Politics. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 3, p. 129–158, dez. 2014.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. **Partisans, anti-partisans, and voter behavior**. Em: Routledge handbook of Brazilian politics. Routledge, 2018. p. 269–290.

SOLANO, E. A evolução do bolsonarismo: análise qualitativa da percepção deste eleitorado em 2019 e 2020. **Journal of Democracy**, v. 10, n. 1, 2021.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

TEIXEIRA, R.; JUDIS, J. B. **Where Have All the Democrats Gone?: The Soul of the Party in the Age of Extremes**. Henry Holt and Company, 2023.

TOCQUEVILLE, A. **La democracia en América**. El Cid Editor, 2017.

VALIM, R. **Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo**. Editora Contracorrente, 2017.

WEHNER, Leslie E. Stereotyped images and role dissonance in the foreign policy of right-wing populist leaders: Jair Bolsonaro and Donald Trump. **Cooperation and Conflict**, v. 58, n. 3, p. 275-292, 2023.

ZANOTTI, L.; RAMA, J.; TANSCHKEIT, T. Assessing the fourth wave of the populist radical right: Jair Bolsonaro's voters in comparative perspective. **Opinião Pública**, v. 29, n. 1, p. 1–23, abr. 2023.